

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MOTIVOS DE ESCOLHA DO CURSO DE
GRADUAÇÃO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NACIONAL**

Érica Giaretta Biase

**Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabeth Nogueira Gomes da
Silva Mercuri**

Campinas
2008

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

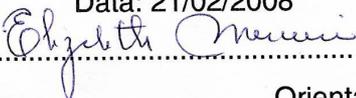
**MOTIVOS DE ESCOLHA DO CURSO DE GRADUAÇÃO: UMA ANÁLISE DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL**

Autor: Érica Giaretta Biase

Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabeth Nogueira Gomes da Silva Mercuri

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Érica Giaretta Biase, e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 21/02/2008

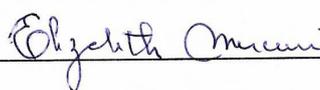
Assinatura:.....

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:







**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

	Biase, Erica Giaretta
B47m	Motivos de escolha do curso de graduação: uma análise da produção científica nacional / Érica Giaretta Biase, - Campinas, SP: [S.n.], 2008.
	Orientador: Elizabeth Nogueira da Silva Mercuri. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
	1. Ensino superior. 2. Curso de graduação. 3. Escolha profissional. 4. Pesquisa bibliográfica. I. Mercuri, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva. II Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	08-024/BFE

Título em inglês: Reason of choice of the graduation course: na analysis of the national scientific production

Keywords: Higher education; Graduation Course; Professional choice; Bibliographical research

Área de concentração: Psicologia Educacional, Educação, Ensino Superior

Titulação: Mestre em Educação

Banca Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Nogueira Gomes da Silva Mercuri (Orientadora)

Prof^ª. Dr. Cícero José Alves Soares Neto

Prof^ª. Dr^ª. Lucila Diehl Tolaine Fini

Prof^ª. Dr. José Ari Carletti Oliveira

Prof^ª. Dr^ª. Ângela Fátima Soligo

Data da defesa: 21/02/2008

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: ericabiase@yahoo.com.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço com alegria e prazer:

...a Deus, pela oportunidade de realizar mais um projeto de vida;

...a minha mãe, exemplo de paciência, bondade e amor e pelos seus incalculáveis esforços para me proporcionar tudo que sou e tenho hoje;

...a meu pai, que me ensinou a ver o mundo como uma forma de enriquecimento pessoal e busca de novos horizontes, enriquecido pelo conhecimento como fonte de prazer;

...a Elizabeth Mercuri, que imprimiu à tarefa de orientação, como exemplo de profissional, não bastassem o rigor e a originalidade da competência intelectual, a marca de sua presença afetiva, com a certeza de que a generosidade com que me acompanhou durante esses anos superou em muito as exigências formais das vivências acadêmicas;

...à banca examinadora do exame de qualificação, composta pelas professoras Ângela Fátima Soligo e Lucila Diehl Tolaine Fini, pelas contribuições que me fizeram continuar de modo mais confiante;

...à banca examinadora da defesa desta dissertação, composta pelo professor José Ari Carletti Oliveira e pela professora Lucila Diehl Tolaine Fini, pela generosidade e delicadeza em suas colocações;

...ao meu esposo Edivânio, que foi namorado, noivo e esposo nesta trajetória. Pela sua atenção, dedicação e incentivo nesta caminhada;

...as minhas irmãs, Nádia e Adriele, pela coragem, força e incentivo constante;

...aos integrantes do grupo de Psicologia e Ensino Superior/PES da Universidade Estadual de Campinas, que não mediu esforços no sentido de possibilitar o acesso aos materiais bibliográficos e a confiança depositada no projeto;

...aos integrantes do Grupo de Estudos Metodológicos/GEM da Universidade Federal de Uberlândia, que foi a grande ponte de motivação na construção do projeto de pesquisa e apoio na caminhada rumo a investimentos científicos;

...a todos (as) amigos (as) e colegas que de uma forma contribuíram na realização desta pesquisa.

Obrigada a todos pela colaboração!!!

RESUMO

A pesquisa voltou-se para a compreensão de motivos e fatores que interferem na escolha de curso superior de graduação, a partir de um estudo de natureza bibliográfica da produção científica nacional de 1990 a 2005. O objetivo foi à identificação e análise dos principais motivos de escolha do curso de graduação presentes nos estudos e sua relação ao ano de publicação, área do conhecimento do curso e natureza administrativa das instituições a que os estudantes estão vinculados. Foram analisadas 57 publicações distribuídas entre dissertações, teses e artigos de periódicos. Constatou-se, no conjunto de dados descritos pelos autores das pesquisas, 80 termos de motivos de escolha apontados pelos estudantes pesquisados. A partir da extensão e similitude dos termos, foi possível o agrupamento de sete categorias. Cada uma dessas categorias está direcionada para um núcleo de atenção, as quais são os motivos voltados ao estudante, ao mercado de trabalho, ao outro, à profissão, aos familiares e às outras pessoas, à área do conhecimento e/ou curso e aos motivos voltados para o processo educacional. Dentre estas categorias de motivos de escolha do curso de graduação, observou-se que a categoria “motivos voltados ao estudante” apresentou uma porcentagem superior às demais (82,4%). Verificou-se também que no período estudado há uma maior incidência das categorias de motivos voltados à profissão, ao mercado de trabalho e à família. As outras categorias, que envolvem os motivos voltados ao outro, curso e ao processo educacional se mostraram menos atuantes nas decisões de escolha de curso. Em relação às associações entre motivos de escolha e as áreas do conhecimento, evidenciou-se que os resultados das pesquisas envolvendo estudantes do ensino superior das áreas de Ciências Médicas e da Saúde, e Ciências Humanas apresentaram entre si semelhanças maiores do que aos dados dos estudos com alunos do ensino médio. Na análise dos motivos de escolha presentes entre os estudantes de instituições públicas e privadas verificou-se que os motivos voltados para o estudante tiveram uma porcentagem maior no setor público (69,2%), e no setor privado os motivos voltados à profissão alcançaram maior destaque (78,5%). Entretanto, estes dados apresentam diferenças quando se consideram estudantes de ensino médio e graduandos. A presença quase permanente de motivos ligados ao estudante aponta estar fortemente presente nos indivíduos a crença de que, ao fazerem suas escolhas de curso estão, dentre outros aspectos, principalmente, respondendo às suas expectativas e características pessoais. Sugere-se a realização de um maior número de estudos com alunos de instituições privadas e ampliação de pesquisas comparativas, as quais envolvem cursos de diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: escolha profissional, curso de graduação, pesquisa bibliográfica, ensino superior.

ABSTRACT

The research turned toward the understanding of reasons and factors that intervene with the choice of superior course of graduation, from a study of bibliographical nature of the national scientific production of 1990 the 2005. The objective was to the identification and analysis of the main reasons of choice of the graduation course gifts in the studies and its relation to the year of publication, area of the knowledge of the course and administrative nature of the institutions the one that the students are tied. 57 publications distributed between Master's dissertations, Doctoral thesis and articles of periodic had been analyzed. It was evidenced, in the described data set for the authors of the research, 80 terms of reasons of choice pointed by the searched students. From the extension and similitude of the terms, the grouping of seven categories was possible. Each one of these categories is directed for an attention nucleus, which are the reasons directed to the student, to the work market, to the other, to the profession, the familiar ones and the other people, the area of the knowledge and/or course and to the reasons come back toward the educational process. Amongst these categories of reasons of choice of the graduation course, it was observed that the category "reasons directed to the student" presented a superior percentage to excessively (82,4%). It was also verified that in the studied period it has a bigger incidence of the categories of reasons directed to the profession, the market of work and the family. The other categories, that involve the reasons directed to the other, course and to the educational process if had shown operating little in the decisions of course choice. In relation to the associations between choice reasons and the areas of the knowledge, it was proven that the results of the research involving students of the superior education of the areas of Medical Sciences and the Health, and Sciences Human beings had presented between itself bigger similarities of the one than to the data of the studies with pupils of average education. In the analysis of the choice reasons gifts between the students of public and private institutions it was verified that the reasons directed toward the student had had a bigger percentage in the public sector (69,2%), and in the private sector the reasons come back to the profession had reached greater have detached (78,5%). However, these data present differences when graduating students of average education consider themselves and. The almost permanent presence of on reasons to the student points to be strong present in the individuals the belief of that, when making its choices of course are, amongst other aspects, mainly, answering to its expectations and personal characteristics. It is suggested the accomplishment of a bigger number of studies with pupils of private institutions and magnifying of comparative research, which involves courses of different areas of the knowledge.

Key Words: professional choice, course of graduation, bibliographical research, higher education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Formato de divulgação da produção.....	56
Tabela 2:	Distribuição anual da produção selecionada por formato de divulgação...	57
Tabela 3:	Variáveis privilegiadas nos estudos.....	58
Tabela 4:	Natureza administrativa das instituições dos estudantes envolvidos nos estudos.....	59
Tabela 5:	Cursos que os estudantes das pesquisas estão vinculados.....	59
Tabela 6:	Motivos de escolha do curso de graduação.....	61
Tabela 7:	Frequência das categorias de motivos de escolha de curso.....	74
Tabela 8:	Motivos de escolha de curso e áreas do conhecimento dos cursos.....	81
Tabela 9:	Motivos de escolha de curso e categoria administrativa da instituição.....	83
Tabela 10:	Natureza administrativa da instituição de ensino médio e categorias de motivos.....	84
Tabela 11:	Natureza administrativa dos cursos de graduação e categorias de motivos.....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Categorias de motivos entre os anos 1990 a 1995.....	77
Figura 2:	Categorias de motivos entre os anos 1996 a 2000.....	78
Figura 3:	Categorias de motivos entre os anos 2001 a 2005.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Categorização dos motivos de escolha de curso de graduação.....	64
Quadro 2:	Categorias de motivos de escolha entre os anos 1990 -2005.....	76

SUMÁRIO

	págs.
RESUMO	vii
ABSTRACT	ix
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE QUADROS	xv
APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	05
A estrutura do ensino brasileiro.....	05
A escolha do curso de graduação: implicações na formação acadêmica e na atuação profissional.....	16
A escolha de curso: contribuições teóricas.....	34
1 Teorias psicológicas.....	35
1.1 Teoria de traço-e-fator.....	35
1.2 Teoria Psicodinâmica	37
1.3 Teoria desenvolvimentista	39
1.4 Teoria decisórias.....	41
2 Teorias não Psicológicas.....	42
Objetivos.....	46
MÉTODO	47
1 Pesquisa bibliográfica.....	47
1.2 Material.....	48
1.2.1 Levantamento bibliográfico.....	48
1.2.2 Recuperação do material.....	49
1.2.2.1 Caminhos de busca.....	49
1.2.2.2 Seleção.....	49
1.2.2.3 Localização.....	50
1.2.2.4 Obtenção.....	50
1.3 Estrutura de análise.....	51
1.3.1 Características gerais da produção.....	51

1.3.2 Características gerais dos sujeitos/participantes.....	51
1.3.3 Características do conteúdo da produção.....	52
1.3.4 Relação entre motivos de escolha de curso e variáveis de interesse.....	52
1.4 Procedimento de análise da produção.....	54
RESULTADOS.....	55
Características Gerais da produção.....	55
Distribuição temporal e formato de divulgação da produção selecionada.....	56
Características dos Sujeitos/Participantes.....	58
Características do Conteúdo da produção.....	60
Motivos de Escolha de Curso.....	60
Categorias dos Motivos de Escolha.....	64
A Ocorrência dos Grupos Categóricos.....	73
Relação entre Motivo de Escolha de Curso e Variáveis de Interesse.....	75
A – Motivos de Escolha de Curso e suas Tendências Temporais.....	75
B – Motivos de Escolha de Curso e Área do Conhecimento.....	80
C – Motivos de Escolha de Curso e Categoria Administrativa das Instituições em que os estudantes estão vinculados.....	82
DISCUSSÃO.....	89
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXO.....	121

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste estudo está voltado para o aprofundamento e a compreensão dos motivos e fatores que interferem na escolha do curso de graduação. O interesse pessoal em compreender esta problemática veio se esboçando há algum tempo e começou a ser planejado com mais consistência nas vivências adquiridas no Grupo de Estudos Metodológicos/GEM, da Universidade Federal de Uberlândia, por meio da construção de projetos de pesquisa, intercâmbios de iniciação científica, participações em congressos, quando ainda cursava a graduação. O interesse pela temática tornou-se mais persistente com o ingresso no mundo do trabalho e pela observação de que muitos profissionais, depois de formados, sentiam-se frustrados, desmotivados e infelizes com o que realizavam e também o curso de graduação o qual tinham escolhido.

Tais vivências acadêmicas e profissionais desencadearam muitos questionamentos: o que leva uma pessoa escolher um curso e não outro? O que é necessário para o indivíduo se realizar profissionalmente? O que interfere na escolha do curso superior? O sistema educacional contribui no processo de escolha do curso? Os indivíduos, ao realizarem suas escolhas, estão conscientes e informados, suficientemente? A escolha do curso superior está subjacente à política educacional brasileira? Que ideologias permeiam esse processo de decisão do curso superior?

Com o ingresso no programa de mestrado e, especificamente, no grupo de pesquisa Psicologia e Educação Superior (PES), da Faculdade de Educação da Unicamp, muitas questões puderam ser redimensionadas e outras guiaram o percurso de aprofundamento dos estudos relacionados à temática. Os resultados das pesquisas do grupo, referentes à evasão entre estudantes de graduação, vieram subsidiar e dar consistência ao trabalho e fortalecer o interesse pela questão, assim como a literatura científica acerca dos fatores associados ao ingresso, à adaptação e à integração do estudante no ensino superior solidificou a proposta, dando abertura para novas discussões e a descoberta de conteúdos e direções teóricas que contribuíram na compreensão e na organização das idéias norteadoras da pesquisa.

A literatura nacional e institucional referente ao estudante do ensino superior tem destacado a importância do processo de escolha e direcionamento do curso superior, não só

quanto às vivências acadêmicas do estudante em seu período de formação, mas também sobre seu desempenho posterior na atuação profissional.

A busca de aprofundamento e esclarecimento das questões suscitou a necessidade de um estudo teórico que, por um lado, levasse à compreensão de alguns fatores de natureza pessoal norteadores do processo de direcionamento do curso superior e, por outro lado, uma análise da estrutura educacional na qual estamos envolvidos que parecem explicar, em parte, as condições sob as quais as decisões são tomadas.

Com base no referencial teórico sobre os fatores que direcionam a escolha do curso superior, percebe-se que são inúmeras as variáveis que interferem nesse processo, tais como, área de conhecimento dos cursos, natureza administrativa das instituições, gênero, temporalidade, idade.

Nesse contexto, a má qualidade do ensino público básico, a falta de informações sobre os cursos superiores, a competitividade e o processo seletivo das universidades são barreiras que os indivíduos devem superar individualmente. Por isso, parte dos estudantes desiste ou acabam alterando seus projetos profissionais.

Além dessas questões, existem também as de natureza social, cultural, familiar e individual. O processo de escolha envolve uma multiplicidade de situações emergentes, nas quais a decisão sofre intervenções de dois ou mais fatores, além de associar-se a outras variáveis, como gênero, idade e área de conhecimento do curso pretendido.

A escolha por um curso superior tem se tornado uma necessidade e, segundo Braga (1997), a cada ano, as dificuldades são maiores, principalmente quando se trata de fazer opções. Muitos cursos estão sendo criados e novas especializações são oferecidas. O mundo tecnológico tem multiplicado as possibilidades e as instituições superiores buscam ampliar o número de vagas, gerando um mercado em disputa por “clientes”, principalmente em face da grande expansão do sistema de ensino superior privado.

Envolvidos com a complexidade do tema e pela sua importância como variável atuante sobre o sucesso acadêmico do estudante de graduação, optou-se pela realização de um estudo de natureza bibliográfica, voltado para a análise dos motivos ou determinantes da escolha de curso de graduação presentes nas publicações científicas brasileiras sobre a temática.

Para fundamentar a reflexão e a tomada de decisões metodológicas acerca da análise dos fatores que interferem na escolha do curso superior, foi necessária uma revisão da literatura, no

que se refere à estrutura do ensino superior brasileiro, às implicações na formação acadêmica e à atuação profissional, decorrente da escolha do curso de graduação; e às principais teorias que auxiliam na compreensão do processo de escolha e decisão de curso.

Dessa forma, na primeira parte teórica da Introdução buscou-se descrever como está organizada a estrutura do sistema educacional brasileiro, desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, o ensino médio até a educação superior e; nesta estrutura, quais têm sido as principais barreiras ou dificuldades que o estudante encontra em seu direcionamento ao ensino superior.

Na segunda parte, procurou-se estabelecer uma reflexão sobre a escolha do curso de graduação a partir de suas implicações na formação acadêmica e na atuação profissional do estudante.

Num terceiro momento, centralizou-se a atenção das principais teorias que ajudam a compreender o processo de decisão e escolha de curso e, conseqüentemente, da profissão.

Encontram-se a seguir, em Método, as decisões metodológicas que incluem um breve esclarecimento das características de uma pesquisa de natureza bibliográfica, as decisões tomadas sobre o material a ser analisado, a estrutura de análise a ser empregada e, por fim, os procedimentos de análise de produção.

Ao final estão apresentados os Resultados a partir dos objetivos estabelecidos para análise e encerra-se com o capítulo da Discussão com apontamentos dos dados revelados, contribuições de pesquisadores e teóricos sobre a temática.

Após as Referências Bibliográficas, é apresentado, em Anexo, o conjunto de materiais selecionados para análise.

INTRODUÇÃO

A presente introdução ao trabalho está organizada em três grandes blocos que auxiliam na compreensão e na problematização do processo de escolha do curso de graduação. Inicialmente, são apresentadas as características e peculiaridades do sistema de ensino brasileiro, destacando aspectos que atuam sobre esse processo, dentre eles a sua estrutura, as modalidades da instituição, a amplitude e a diversidade de cursos e o processo seletivo de ingresso. No segundo bloco são apresentadas as contribuições da literatura acerca das implicações da escolha de curso na formação acadêmica e atuação profissional do estudante. Esses resultados contribuem para o dimensionamento da importância deste processo e justifica, em parte, a relevância da temática. Finaliza-se esse capítulo com as principais teorias que têm sido referenciadas como suportes para o entendimento desse processo. Esse conjunto de itens norteou a problematização e os objetivos assumidos para o trabalho, os quais são apresentados no fechamento do capítulo.

A estrutura do ensino brasileiro

A educação escolar brasileira é constituída pela educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio e pela educação superior. A educação infantil, considerada a primeira etapa da educação básica, preocupa-se com o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade e essa poderá ser ministrada, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases/LDB nº 9394/96, em creches, para crianças até três anos de idade e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Já o ensino fundamental, considerado obrigatório e gratuito na escola pública, possui como objetivo a formação básica do cidadão. Este pode ser adotado em forma de ciclos ou séries, sendo facultativo aos sistemas de ensino. Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar o regime de progressão continuada.

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, constitui-se um processo de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino

fundamental e, segundo a LDB nº 9394/96, proporciona possibilidade de prosseguir os estudos, assim como a preparação para o trabalho. A LDB estabelece que, garantida a formação geral do educando, no ensino médio, este poderá preparar o estudante para o exercício de profissões técnicas. Dessa forma, a preparação geral para o trabalho e, opcionalmente, a habilitação profissional permite o seu desenvolvimento nos estabelecimentos do ensino médio com contribuições e participações de instituições especializadas em educação profissional.

Essa etapa correspondente ao ensino médio é permeada por inúmeros contextos que diferem em função das características individuais, familiares, regionais, culturais, econômicas e sociais. Isso quer dizer que cada um desses elementos é constituído por uma série de fatores que atuam ao longo do processo construído e influenciam no percurso educacional, no qual a história subjacente conduz às decisões necessárias, neste caminhar.

Portanto, um indivíduo que freqüentou escolas de qualidade, que tem boas condições financeiras, que reside numa região privilegiada por universidades e faculdades, que lê freqüentemente, que freqüenta teatro e cinema, filho de pais com formação superior terá mais opções para prosseguir seus estudos em relação a outro indivíduo que não teve as mesmas condições de vida. Este, certamente, apresentará dificuldades em prosseguir e cursar o ensino superior. Então, o momento de decidir e definir o que fazer depois do término do ensino médio constitui um processo complexo de situações variadas e influenciadas por questões sérias de ordem política, econômica, geográfica, cultural, social e pessoal.

Freitas (2002) realizou um estudo com o objetivo de identificar e analisar a natureza das barreiras e das condições facilitadoras do processo educacional, percebido por estudantes do ensino médio, numa escola particular da cidade de São Paulo. A autora observou que as barreiras mais freqüentemente apontadas pelos estudantes estão relacionadas às competências, às habilidades e às estratégias exigidas pelos cursos, às características da ocupação pretendida; à família, aos amigos e a outras pessoas. E, como condições facilitadoras, encontram-se à família, amigos e outras pessoas, motivação pessoal e instituição educacional. Observa-se que o sucesso ou o fracasso são direcionados e estão associados às condições internas e externas do indivíduo. E muitas interferências são decorrentes das questões socioculturais e econômicas.

Entende-se, que um dos momentos significativos no percurso da formação escolar está centrado no término do ensino médio, quando o estudante deve definir, entre as possibilidades que lhe são oferecidas, a mais conveniente, tendo em vista seus princípios e condições. Para

alguns estudantes, essas definições estão apoiadas numa amplitude de oportunidades. Para outros, as condições são restritas, sendo a escolha limitada. Existem aqueles para quem a decisão de continuidade dos estudos superiores é apenas uma consequência do que já estava naturalmente definido, durante o percurso educacional. Por exemplo, a continuidade dos estudos constitui um processo natural a uma parcela dos estudantes, para os quais a decisão é centralizada apenas na escolha de que curso fazer. Diferentemente de outros que devem decidir se continuam ou não seus estudos.

Freitas (2002) expõe ainda que a família, assim como os amigos e outras pessoas, podem ser agentes facilitadores ou barreiras que influenciam no processo educacional de desenvolvimento profissional. Assim, a família e outras pessoas são consideradas barreiras, quando os pais têm expectativas com relação à escolha de uma profissão ligada aos aspectos financeiros, o relacionamento familiar muito próximo que impede a saída para cursar o ensino superior noutro lugar e a convivência com pessoas que influenciam na escolha da profissão. Como condições facilitadoras, foram apontados os diálogos entre amigos, o apoio da família, o ingresso e/ou facilitação do início da atuação profissional no mercado de trabalho por indicação de outrem.

Além disso, o estudante que decide pela continuidade dos seus estudos na busca de uma formação do ensino superior, vê-se face a uma complexidade de caminhos, tendo em vista a crescente diversificação desse nível de ensino. O direcionamento exige o conhecimento das peculiaridades associadas à categoria administrativa da instituição, do curso que pretende frequentar, dos processos seletivos decorrentes da opção e, assim por diante. Outras decisões e informações deverão também fazer parte desse processo de formação escolar.

O ensino superior brasileiro está organizado em duas categorias administrativas: pública e a privada. As instituições públicas, de acordo com a LDB nº 9394/96, podem ser federais, mantidas e administradas pelo governo público federal; as estaduais, pelo poder público estadual e as municipais, pelo poder público municipal. As instituições de ensino superior privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. E estas são classificadas em particulares com fins lucrativos, mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado; comunitárias, instituídas por grupo de pessoas físicas ou por mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade; confessionais, administradas por grupos de pessoas

físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específica e as filantrópicas, que são instituições de educação ou de assistência social que prestam os serviços e estejam disponíveis à população em geral, de caráter complementar às atividades do Estado, sem remuneração, por parte dos estudantes.

De acordo com o Ministério da Educação/MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Inep (2007), no Brasil existiam até 2006, 2.270 instituições de ensino superiores públicas e privadas. Em se tratando, especificamente, das instituições públicas eram 248 (10,5%) instituições, sendo 105 federais, 83 estaduais e 60 municipais. As instituições privadas totalizavam 2.022 (89,0%). Destaca-se, também, que a região sudeste tem mais Instituições de Ensino Superior do que as regiões norte, centro-oeste e sul juntas.

Compreende-se diante dos percentuais envolvendo o setor público e privado um crescimento acelerado entre as instituições privadas. Esses dados registrados indicam que a maioria dos estudantes está matriculada neste sistema de ensino, no qual é oferecido um número crescente de vagas.

Ainda, além dessa classificação entre pública e privada; o ensino superior, segundo a legislação em vigor, apresentada pelo MEC/Inep (2006), está organizado em diferentes modalidades, entre elas universidades e universidades especializadas, centros universitários e centros universitários especializados, faculdades integradas e faculdades, institutos superiores ou escolas superiores e centros de educação tecnológica.

As universidades, conforme a LDB nº 9394/96, são instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades de pesquisa e extensão de domínio e cultivo do saber humano. No exercício de sua autonomia, é permitida às universidades a criação facultativa de universidades especializadas por campo do saber, por exemplo, ciências da saúde ou ciências sociais, nas quais são desenvolvidos e criados cursos, programas, currículos, atividades de ensino, pesquisa e extensão, em áreas básicas e ou aplicadas. Já os centros universitários, considerados instituições de educação superior, pública ou privada, possui um caráter pluridisciplinar, que oferece ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.

Em geral, as faculdades integradas e faculdades são instituições de educação superior, pública ou privada, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento. Estão

organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com o propósito de formar profissionais de nível superior, atuando em vários níveis e modalidades de ensino.

Os institutos superiores ou escolas superiores, sejam públicas ou privadas, têm como finalidade ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão).

Ainda há os centros superiores de educação tecnológica, os quais compreendem instituições especializadas de educação profissional, divididas entre as categorias administrativas, públicas ou privadas, que têm como objetivo qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços. Estes possuem estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, possibilitando mecanismos para a educação continuada (MEC/INEP, 2006).

O estudante que opta por prosseguir os estudos em nível superior se depara, portanto, com um conjunto de informação sobre as diferentes modalidades de instituições de ensino superior e cursos oferecidos. Essas situações se diferenciam para cada um e não necessariamente acontecem numa mesma ordem, pois a localização na caminhada dentro do processo estudantil dependerá das condições e do contexto vivenciado por cada um isoladamente. Essa realidade dinâmica, heterogênea é que permeará a formação profissional e a carreira.

O estudante no ensino superior se depara, também, com a decisão sobre o curso que deseja. Dentre eles, estão os cursos seqüenciais, com até dois anos de duração e os cursos de graduação, a maioria com quatro anos de duração. Entretanto, os cursos de graduação variam no seu tempo de duração: alguns exigem um tempo maior, de cinco a seis anos, como os de engenharia e de medicina e outros com dois ou três anos de duração, a exemplo dos cursos de formação tecnológica.

A LDB nº 9394/96 estabelece que os cursos seqüenciais destinam-se à obtenção ou às atualizações de qualificação técnicas, profissionais ou acadêmicas. Estão incluídas nestes, duas modalidades de curso seqüencial. Um é o curso superior de formação específica constituído por um conjunto de disciplinas e atividades organizadas, com carga horária, duração mínima de 1.600 horas, 400 dias letivos, destinação coletiva e conduzindo a obtenção de diploma. O outro é o curso superior de complementação de estudos de destinação coletiva ou individual, que, é obrigatoriamente vinculado ao curso de graduação existente nas IES e é constituído por um

conjunto de disciplinas e atividades, a fim de atender objetivos educacionais, seja de forma coletiva ou individual, conduzindo a obtenção de certificado, atestando que o aluno adquiriu conhecimentos em um campo de saber. A diferença é que neste tipo de curso é exigido que o aluno tenha diploma de graduação ou esteja freqüentando um curso de graduação.

De acordo com o MEC/Inep (2006), os cursos seqüenciais são cursos de nível superior, mas não têm o caráter de graduação. O objetivo desses cursos é propiciar uma formação específica dentro de um campo do saber, e não em uma área de conhecimento e suas habilitações, conforme acontece nos cursos de graduação. Esses cursos são avaliados como uma modalidade de curso superior onde os alunos podem, após concluírem o ensino médio, adquirir uma qualificação superior, diversificando seus conhecimentos em um campo de saber, sem a necessidade de ingressar em um curso de graduação.

É importante esclarecer que os cursos seqüenciais não são pontes de ligação para os cursos de graduação e nem abreviação curricular de um curso de graduação. Os objetivos desses cursos são diferentes dos cursos de graduação. Entretanto, as grades curriculares dos cursos seqüenciais podem contemplar disciplinas semelhantes às oferecidas nos cursos de graduação.

Os cursos de graduação são os mais tradicionais e conferem diplomas com o grau de bacharel, licenciado, tecnólogo ou título específico referente à profissão. Segundo a LDB nº 9394/96, o grau de bacharel ou o título referente à profissão habilitam o portador a exercer uma profissão de nível superior; a licenciatura habilita o portador para o magistério no ensino fundamental e médio. É possível obter o diploma de bacharel e o de licenciado cumprindo os currículos específicos de cada uma dessas modalidades. Os cursos de graduação também podem oferecer uma ou mais habilitações. As habilitações constituem um programa instrucional com requisitos específicos com disciplinas, estágios e trabalho de conclusão, dentre outros. Estas são interligadas, obrigatoriamente, aos cursos de graduação no intuito de habilitar o aluno para exercer uma atividade específica, dentro da área de conhecimento do seu curso. Num curso de graduação existem diferentes habilitações que devem integrar um núcleo comum de disciplinas e atividades. Isso quer dizer, por exemplo, que o curso de graduação em comunicação social confere o diploma de graduado em comunicação social com habilitação em jornalismo, editoração, relações públicas, publicidade e propaganda, multiplicando em muitas opções a complexidade da decisão.

No Brasil são reconhecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq (2006), 95 diferentes cursos de graduação, distribuídos em oito grandes áreas do conhecimento: 1- ciências matemáticas e naturais, 2 – engenharia e computação, 3- ciências biológicas, 4- ciências médicas e da saúde, 5 – ciências agrônômicas e veterinárias, 6 – ciências humanas, 7 – ciências socialmente aplicáveis e 8 – linguagem e artes.

Deve-se ressaltar, ainda, que o ensino ministrado nas diferentes categorias administrativas, nos distintos sistemas de ensino e nos diversos cursos, pode ter o caráter presencial, quando exige a presença do aluno em, pelo menos, 75% das aulas e em todas as avaliações; e semipresencial, quando combina ensino presencial em parte de ensino e de outras atividades que podem ser realizadas à distância, utilizando os vários meios de comunicação, além de material impresso, televisão, internet e outros.

Após todas essas possibilidades de direcionamento da formação educacional e/ou profissional, pode-se dizer que ainda existe uma série de opções para a pós-graduação: pós-graduação lato sensu, stricto sensu e o doutorado. No entanto, esse processo mais avançado de escolha não está envolvido diretamente na temática deste trabalho, por isso não se entrará em informações minuciosas.

Salienta-se, nessa dimensão, que os cursos seqüenciais e os cursos de graduação de formação tecnológica são opções para uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, sendo permitido por lei fazer, posteriormente, um curso de graduação plena, com o aproveitamento dos créditos correspondentes às disciplinas cursadas, assim como a possibilidade de obter mais de um diploma.

Somado a isso, no sistema educacional brasileiro, a passagem do ensino médio para o superior, em todas as modalidades, é permeada por algumas formas de acesso, em que o número de vagas oferecidas é inferior ao número de candidatos, ocasionando um afunilamento de oportunidades e provocando uma acirrada competição entre os candidatos, em parte desses processos de ingresso, em especial entre os cursos das instituições públicas.

Esse fato pode ser constatado no Censo da Educação Superior de 2006, divulgado MEC/Inep (2007), que aponta terem sido oferecidas 5.311.895 vagas pelo sistema de educação superior em 2006. Houve um aumento de 6,4% em comparação ao ano anterior, o que equivale a 320.062 vagas a mais. O maior número dessas vagas está concentrado entre os cursos presenciais de graduação com 4.676.646. Constata-se também que o setor privado cresceu percentualmente

em relação ao número de vagas oferecidas com 74,1%, enquanto o setor público teve um crescimento percentual de 25,9%.

Nesse sentido, verifica-se que nem todos, estudantes, têm a oportunidade e as chances de acesso à educação superior, pois as vagas são poucas para a grande quantidade de candidatos. Assim, os que estão mais bem preparados ingressam, enquanto os outros iniciam o processo de preparação por meio de cursinhos e estudos individuais ou, até, desistem do acesso neste sistema de ensino.

Atualmente, existem distintos critérios de ingresso nas instituições de ensino superior. Algumas realizam a seleção de candidatos a partir de avaliação dos conteúdos estudados no ensino médio por meio do vestibular; do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que corresponde à avaliação seriada no ensino médio, além de teste, prova e avaliação de conhecimentos, avaliação de dados pessoais e profissionais (MEC/INEP, 2006).

Observa-se que os processos seletivos os quais envolvem teste, prova e avaliação de conhecimento, ou ainda, de dados pessoais e profissionais são utilizados por algumas IES, assim como outras utilizam seleções baseadas em avaliação de dados pessoais/profissionais dos candidatos por meio de entrevista, exame curricular e histórico escolar.

Está sendo implementado em algumas IES, devido a uma série de desigualdades que se manifesta na sociedade brasileira, especialmente por meio da exclusão socioeconômica de determinados grupos, entre eles os negros, índios e deficientes, o sistema de cotas. O Estado do Rio de Janeiro foi um dos primeiros a revigorar a lei, reservando para negros e pardos 40% das vagas relativas aos cursos de graduação disponíveis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. De acordo com a artigo 5 do decreto nº 30.766 de 4 de março de 2002, a identificação dos alunos acontecerá através de declaração firmada, sob as penas da lei, pelo próprio candidato a vaga (PENA e BORTOLONI, 2004; DOMINGUES, 2003; MUNANGA, 2003).

A Universidade de Brasília (UnB) também foi uma das instituições do ensino superior que adotou o sistema de cotas a partir de 2004. Além destas, segundo a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social (Seppir), seis outras universidades já implementaram cotas e mais treze IES estão em processo de discussão para a implantação de vagas (MAIO e SANTOS, 2005)

Munanga (2003) esclarece que os alunos que disputaram essas vagas na universidade pública por cotas, terão de fazer as mesmas provas de vestibular que os outros candidatos e serão avaliados como qualquer outro de acordo com a nota de aprovação. A diferença é que suas provas serão corrigidas e classificadas separadamente dentro de um universo específico de acordo com a sua identificação negro, pardo ou afro-descendente, índio, no ato da inscrição.

Já a avaliação seriada no ensino médio é outra modalidade de acesso que abre para o estudante o acesso à universidade de forma gradual e progressiva, compreendendo avaliações realizadas ao término de cada uma das três séries. O participante do programa não está impedido de concorrer também ao vestibular tradicional, ao concluir a terceira etapa do processo. Algumas universidades federais estão adotando esse processo, juntamente com o vestibular.

Outro processo seletivo de acesso ao ensino superior, utilizado por mais de 300 IES é o resultado do ENEM, realizado pelo INEP, aos quais os alunos concluintes ou egressos no ensino médio podem submeter-se voluntariamente. Ele encerra o conteúdo estudado em todo o ensino médio, por meio de questões objetivas que procuram integrar as várias disciplinas do currículo escolar e de uma redação, buscando identificar processos de reflexão e habilidades intelectuais adquiridas pelos alunos.

Entretanto, o processo seletivo tradicionalmente utilizado para ingresso no ensino superior brasileiro, conhecido como vestibular é o mais freqüentemente adotado pelas instituições de ensino superior (IES) brasileiras e, em especial, nas públicas onde a relação candidato/vaga costuma ser alta. Compreende-se por um conjunto de provas que deverão cobrir os conteúdos das disciplinas cursadas no ensino médio e, em geral, uma língua estrangeira moderna e uma prova de redação. Os alunos são convocados por meio de edital, e os exames podem ser realizados pela própria IES ou por instituição especializada, por meio de concursos ou processos seletivos.

Pinto (2004) aponta, com base em alguns dados coletados no MEC/Inep, que o Brasil ainda se encontra numa situação desfavorável em relação aos baixos índices de oferta da educação superior, ficando próximo ao Paraguai e à África do Sul. Embora, nos últimos anos, o país apresente uma expansão significativa nas matrículas, nos cursos de graduação presencial, muitos jovens e adultos ainda não conseguem ingressar no ensino superior público. Vale ressaltar que essa expansão ocorreu de forma diferenciada entre as categorias pública e privada.

Além de todo esse contexto, deve-se considerar que, ao participar desse processo seletivo, o candidato deve escolher um curso para dar prosseguimento aos seus estudos. Como visto, a cada ano o número de cursos cresce e exige cada vez mais um direcionamento com alta especificidade.

Outro fato a ser considerado é a proporção de candidatos por vaga, nos diferentes cursos, o que torna o processo seletivo competitivo, classificatório, excludente e, muitas vezes, injusto. Cursos como o de medicina, odontologia, veterinária e agronomia, dentre outras áreas, concentram um número excessivamente superior de candidatos em relação ao das vagas oferecidas. Outros cursos, como os de licenciaturas, não são tão disputados, pois oferecem um número maior de vagas, tanto no setor público quanto no privado, ao contrário do que ocorre com os cursos de medicina, agronomia e veterinária cuja oferta de vagas é maior na rede pública, o que se explica pelos altos custos de implantação.

Dessa forma, Pinto (2004) destaca que é notória a injustiça no sistema de acesso à educação superior no Brasil, uma vez que alunos procedentes de famílias com maior poder aquisitivo freqüentam, em geral, as IES públicas, enquanto os alunos pobres vão para as IES particulares. Também é visível que alguns cursos são mais elitizados do que outros, como é o caso do curso de medicina comparado ao de pedagogia e os de licenciaturas. O autor destaca que, nas IES públicas, a renda mensal das famílias dos alunos de medicina é superior a R\$ 7,2 mil e 24 vezes maior que o índice para os alunos de pedagogia.

Reconhece-se que, a cada ano, a procura pelos cursos superiores vem aumentando, o que representa um acréscimo na demanda por vagas. Vários fatores podem contribuir para esse aumento de procura: mercado de trabalho, status social, retorno financeiro, promoção de emprego, curta duração de alguns cursos e “facilidades” criadas pelas instituições privadas, dentre outros. Diante disso, surgem alguns questionamentos: o que leva um indivíduo a escolher um curso de graduação e não outro? Que fatores estão relacionados a essa escolha? O que é levado em conta no momento da definição de curso? A família? O status social? O vestibular? As condições financeiras? As características pessoais?

Verifica-se que, as mudanças estabelecidas pela LDB/1996 na organização do ensino técnico e do ensino superior visando o aumento de diplomados no país, vêm acompanhadas de um crescimento acentuado na procura de vagas no ensino médio, principalmente pelas classes

populares, que terão maiores dificuldades de ingresso tanto no mercado de trabalho, quanto nas universidades públicas comparado aos alunos provenientes do setor privado.

Esse crescimento acelerado de centros universitários e faculdades, focalizado no setor privado é decorrente do maior acesso ao ensino médio que, conseqüentemente, gera um aumento da procura pelo ensino superior. Bruno (1997) apud Silva (2003) fala que os profissionais formados em centros universitários ou faculdades de menor prestígio raramente vão ocupar os lugares de status na estrutura das empresas, dificilmente vão ocupar postos de chefia. No entanto, com a informatização e o desenvolvimento tecnológico, muitas funções foram desaparecendo a partir da reestruturação produtiva.

O emprego tradicional passa a ser substituído pela informalização em percentuais elevados. Essa flexibilização estende, em proporção cada vez mais assimétrica, entre as condições de produção e as imposições de sobrevivência dos indivíduos, criando uma expectativa negativa para aqueles que ainda não concluíram o curso e permanecem desempregados, como para o grande contingente juvenil que já terminou o curso de graduação e está à procura de uma vaga no mercado de trabalho.

O processo educacional ministrado nas instituições de ensino é responsável, em parte, pelo processo de ingresso no mundo do trabalho. O mercado de trabalho discrimina os profissionais formados em determinadas instituições, sendo freqüente em anúncios de classificados dos jornais a procura de pessoas formadas por cursos específicos de determinadas instituições. Essas distinções acontecem também nos recrutamentos, como também nas entrevistas e/ou análises de currículos.

Verifica-se que as instituições educacionais, em geral, são permeadas em seu sistema por fatores discriminatórios, no qual a exclusão ocorre não apenas no início da vida escolar, mas ao longo de toda formação. Sobretudo, o sistema de ensino mais do que ser reprodutor das misérias da sociedade, também cabe a este a busca por transformações. Portanto, as críticas e descontentamentos com as condições, que atualmente são visíveis, acontecem em parte em decorrência da maneira como ele é organizado e estruturado.

Em termos gerais, Costa (2002) diz que as instituições educacionais devem estabelecer um diálogo permanente com os estudantes, estimulando-os a indagar-se a respeito de suas potencialidades e dos valores da sociedade em que vivem. E, ainda, educá-los a aventurar-se e a identificar as suas capacidades. Pois dessa maneira o processo educacional poderá contribuir

efetivamente para o jovem tornar-se consciente dos elementos que fazem parte do jogo no momento da escolha profissional.

Refletindo por esse aspecto, parece nítida a influência que as instituições escolares, em geral, têm na edificação dos projetos profissionais dos alunos, sendo este um elemento central a ser considerado como projeto mais amplo de orientação profissional, em suas estruturas internas.

Tendo em consideração toda essa amplitude de aspectos envolvidos na continuidade dos estudos no ensino superior, vê-se que o direcionamento para um determinado curso ou área, na maior parte de vezes, necessita ser realizado bem antes do ingresso, como condição intrínseca às características do sistema de ensino. Além disso, está permeado por um conjunto amplo e distinto de fatores, o que faz dessa escolha um processo complexo, principalmente as implicações sobre a formação acadêmica e profissional dos estudantes, que será apresentado a seguir.

A escolha do curso de graduação: implicações na formação acadêmica e na atuação profissional

O direcionamento para um determinado curso de graduação é um processo construído ao longo da história de vida do indivíduo e que traz conseqüências de natureza variada, atingindo o indivíduo em seus envolvimento mais imediatos, por exemplo, acadêmico e pessoal, assim como todo seu desenvolvimento posterior e as demais escolhas profissionais. Essa é uma etapa importante na vida de uma pessoa, pois, nas sociedades capitalistas, o homem é valorizado socialmente pela atividade na qual trabalha. Por isso, a sua identidade pessoal está fortemente relacionada pelo que faz profissionalmente. A opção por um curso superior e o exercício de uma profissão são aspectos que merecem atenção, pois decidir o que fazer também significa quem ser, conforme afirma Bohoslavsky (1998).

Embora a decisão por um curso de graduação não deva ser um ensejo único da vida das pessoas, tanto culturalmente, quanto aos estudos que nessa área, têm centralizado as preocupações no término do ensino médio e no vestibular. Isso pode ser entendido, em grande parte, pela estrutura do sistema de ensino nacional que, como foi visto no item anterior, impõe

que o estudante faça uma escolha de alta especificidade e grande impacto para seu direcionamento profissional, neste momento de seu percurso para a formação acadêmica.

No entanto, segundo Silva et al (2004), a identidade profissional é construída desde as primeiras experiências da infância; a escolha depende do meio em que se vive e a forma como se internaliza as situações, definindo o psiquismo da pessoa. Logo, a escolha não é marcada em um tempo certo, podendo ocorrer numa fase mais tardia do desenvolvimento humano. A partir dessa visão, cria-se a possibilidade de que a pessoa repense suas atividades profissionais, mesmo depois de ter vivenciado profissões de diferentes campos de saber.

A evolução do conhecimento humano acentua o crescimento e o surgimento de novos cursos superiores, assim como de novas especializações de profissões tradicionais, gerando subcategorias profissionais e subdivisões no exercício profissional como, o engenheiro de produção, de projeto, de alimentos; biotecnologia, biomedicina, dentre outras. Além disso, acarreta uma formação continuada e pautada em conhecimentos sistematizados e elaborados que são procurados em nível superior. Dessa forma, o tempo de estudo em relação à entrada do profissional no mercado requer mais preparação, conseqüentemente, maior investimento intelectual, cognitivo e financeiro; o que gera uma angústia na decisão dos jovens e a influência de seus familiares e da sociedade na escolha (SANDENBERG e PASTORE, 1997; SOARES, SESTREN e EHLKE, 2002; SILVA e CUNHA, 2002; BUENO, LEMOS e TOMÉ, 2004).

Um grande temor da maioria dos jovens é compreendido pela insegurança e imaturidade transmitidas: pela cultura, pressões familiares, questões sociais, hierarquias, status, medo de tentar algo novo, mesmo que promissor. Dessa maneira, a maioria dos vestibulandos se concentra numa disputa acirrada pelas vagas dos cursos de medicina, direito, engenharia e administração. Isso causa uma explosão de profissionais nessas áreas, acarretando, ao finalizar o curso, uma grande disputa entre os profissionais em um mercado de trabalho competitivo. Esta competição gera uma desvinculação entre o curso escolhido e a profissão exercida, pois muitos formandos vão trabalhar em outros setores para não ficarem desempregados. Por outro lado, alguns cursos superiores de graduação foram criados recentemente, pelas transformações do mercado, como os de telecomunicações, informática, biotecnologia, que oferecem muitas vagas, e ainda, faltam profissionais qualificados (SANDENBERG e PASTORE, 1997; BRAGA, PEIXOTO e BOGUTCH, 2001)

A decisão de ingressar num curso de graduação remete a questionamentos que se estendem, desde a descoberta pelo campo de interesse até a preocupação em acertar na escolha de uma profissão que atenda aos interesses pessoais e financeiros, o que é uma tarefa complexa, face à insegurança advinda do mercado de trabalho num mundo em constantes transformações. Na sociedade atual, cresceram as dificuldades no exercício da escolha profissional e do curso de graduação. Algumas razões advêm de ordem pessoal, outras de ordem geral. A transformação do mercado de trabalho, o reflexo das inovações tecnológicas na indústria, da informática, das telecomunicações e da robótica alterou a rotina, os métodos, os equipamentos e o volume de trabalho, exigindo mais do profissional em diversas áreas do conhecimento (SILVA e CUNHA, 2002; CASTELHANO, 2005).

Nos últimos tempos, estudar, aprimorar, aperfeiçoar, cursar um ensino superior e especializar tornaram exigências diante da globalização. Porém, apenas um diploma não conquista uma vaga no mercado de trabalho. Este deve ser acompanhado de bom humor, bom senso, criatividade, satisfação, prazer, trabalho em equipe, disposição, dentre outros. Tais qualidades são adquiridas e despontam com mais freqüência nos indivíduos que estão satisfeitos com as escolhas educacionais realizadas. E tudo isso tem seu princípio mesmo antes do início da graduação.

Schiessl e Sarriera (2000) realizaram uma análise do processo de ingresso à universidade com 421 sujeitos secundaristas da rede pública e particular, da cidade do Itajaí, Santa Catarina. Os autores concluíram que são muitas as expectativas construídas pelos estudantes, que atribuem à universidade grande importância para o trabalho, envolvendo questões de ordem psicológica, social e econômica. A partir da pergunta: '*o que você espera da universidade*', foram agrupadas algumas categorias de respostas assim nomeadas: realização pessoal, qualidade do curso, formação, interesses pessoais, conhecimentos e informações. Nota-se o quanto a universidade e o curso de graduação têm valor e são inúmeras as expectativas geradas por esse processo de decisão: socialização com novos conhecimentos, preparação para o mercado de trabalho e para a vida, ser um profissional competente, obter estabilidade e segurança, incentivo financeiro, aprendizagem e cultura geral, convívio e troca de idéias com professores capacitados e motivados.

Considera-se importante o direcionamento num curso de graduação, pelo fato deste auxiliar na estruturação da identidade pessoal, favorece a elaboração de um projeto de vida,

pautado em uma grande fase de individualização, envolve um contingente de angústias e perturbações que dificultarão o desempenho em um trabalho do qual não se gosta e no qual não se encontra satisfação. A realização profissional desenvolve no indivíduo as características de pessoa ativa, produtiva na sociedade e co-participante na construção de bens, de forma natural (PRIMI et al. 2000).

Algumas pessoas se mantêm em determinados cursos ou ocupações, por não terem coragem de assumir certas escolhas ou por querer atingir a expectativa ou o sonho de outra. Essa atitude em nada contribui para o desenvolvimento pessoal, já que o contingente de profissionais frustrados, insatisfeitos e inclusive incompetentes, leva a uma baixa produção no mercado de trabalho. É importante que, ao decidir fazer um curso para, posteriormente, atuar no trabalho, a pessoa sinta-se satisfeita, realizada e produtiva (SOARES, 2002)

Verifica-se, diante das exposições acima, que a continuidade dos estudos na graduação é fato preocupante não só para o indivíduo, mas para todo desenvolvimento social, econômico, educacional e cultural da sociedade. Dessa forma, o conhecimento e a educação adquirem ênfase no discurso de diferentes segmentos do país e no mundo, centralizando o sentido social, cultural, político e econômico que têm nas mudanças do cenário mundial, com novas exigências na formação dos profissionais de diferentes áreas.

As universidades assumem papel fundamental na formação dos profissionais, incluindo tipo de profissional, para atender a quê, a quem, com que objetivos. Esses são alguns dos quesitos, explícitos e implícitos, que fazem parte do projeto histórico-político e pedagógico do currículo a ser adotado. Não basta reformular currículos de cursos, pois um dos maiores problemas situa-se na inserção do estudante no ensino de graduação, cujo processo seletivo impede que muitos realizem seus sonhos e planos de carreiras profissionais. São muitos os que ingressam por terem melhores condições de ensino; talvez nem seja isso que desejam, pois o prestígio de ser aprovado num curso competitivo é a grande opção (SILVA e CUNHA, 2002; MALHEIRO, 1978).

Nessas condições, as instituições superiores não devem eximir-se de análise e reflexões, considerando o sentido social, ideológico e político desse processo de decisão profissional e de carreira. Como instituições educacionais, devem colaborar para desmistificar as influências e as conseqüências do processo para a população. Este é um importante papel social a desempenhar, não contemplando, simplesmente, as demandas e necessidade do mercado. Se assim acontecer,

os estudantes e futuros profissionais terão consciência dos determinantes envolvidos neste processo de maneira autônoma e independente (SILVA e CUNHA, 2002; BRANCO, 1998).

Partindo do pressuposto de que a formação do sujeito inicia-se no seu cotidiano, na interação com a família, grupos, escolas e outras instituições e tem continuidade por toda a sua vida, é importante que o direcionamento do curso de graduação pretendido corresponda às mudanças e exigências do mercado de trabalho. Estas devem ser consideradas e analisadas com cuidado, evitando-se decisões apressadas ou que sobreponha a outros aspectos de uma formação mais humanística que valoriza as idiossincrasias, as particularidades pessoais. Entende-se que esse processo precisa e deve ser complementar, num movimento contínuo e dialético entre os interesses de ordem gerais e específicos (EHRlich, CASTRO e SOARES, 2000; RAMOS e LIMA, 1996; BUENO, LEMOS e TOMÉ, 2004)

Diante dessas considerações, apresentada pelos autores citados, acredita-se que a preocupação dos jovens deve ser no investimento de uma formação global, diante da grande competição no mundo do trabalho e da explosão pela procura do curso superior de graduação. No entanto, cursar o ensino de graduação só por fazê-lo não resolve os problemas, mas os multiplica. Porém, é necessário permanecer com sucesso na edificação de uma formação plena, e ter objetivos reais e sólidos.

Ciente da importância de um debate em torno do aspecto - desenvolvimento de carreira nos processos de escolha - buscou-se algumas contribuições de pesquisadores neste campo para auxiliar no entendimento dos conceitos e suportes da área.

Teorias mais recentes no campo de desenvolvimento de carreira consideram que esse é um processo duradouro, no qual o desenvolvimento de carreira é construído ao longo da vida, começando na infância e estendendo até a vida adulta, no qual ainda se depara com processos de decisão envolvendo a carreira, investindo em oportunidades de crescimento, como também dando continuidade ao trabalho ou aposentaria (FREITAS, 2002; MAGALHÃES, 2005).

Uma vez que as escolhas e tomadas de decisões interferem na vida vocacional/profissional do indivíduo, é extremamente importante considerar as barreiras como constituintes do processo de desenvolvimento de carreira, causadora de impacto no plano de carreira. Para explorar o plano de carreira é necessário possibilitar e oferecer elementos de reflexão, ultrapassar as barreiras e cultivar as condições facilitadoras oferecidas, para que, a partir daí, as escolhas sejam acertadas e o projeto de vida seja executado com sucesso.

Mc Whirter (1997) apontado por Freitas (2002) apresenta algumas barreiras educacionais e de carreira que dificultam no processo de escolha, entre elas destacam-se: a discriminação no emprego futuro e a discriminação étnica, além do impedimento de ingresso na faculdade, assim como barreiras para cursar a graduação.

Zunker (1954) apud Magalhães (2005) relata que o desenvolvimento de carreira, desenvolvimento ocupacional e desenvolvimento vocacional foram englobados num processo vitalício de desenvolvimento de crenças, valores, habilidades, traços de personalidade e conhecimento do mundo do trabalho. Aqui, o termo carreira foi usado para referir-se “as atividades e posições envolvidas nas vocações, ocupações e empregos que compõem a vida de trabalho de um indivíduo” (p.70).

Gottfredson (1996) citado por Freitas (2002) consideram dois processos importantes no desenvolvimento das aspirações profissionais: *circunscrição e ajustamento*. A circunscrição é denominada “como processo pelo qual os estudantes limitam suas aspirações profissionais numa zona de alternativas aceitáveis”. Enquanto o ajustamento é compreendido num “processo pelo qual os indivíduos trocam suas aspirações por escolhas mais realistas, num campo de alternativas aceitáveis”(p.63).

Segundo Freitas (2002) esse ajustamento é caracterizado por uma antecipação, ou como melhor expressa, uma experimentação. Isto é, quando a profissão desejada não é acessível ou real ao indivíduo. E este tem a possibilidade de modificar, levando em conta as experiências obtidas. No entanto, esses ajustamentos antecipados são preocupações dos profissionais da orientação profissional/vocacional.

Sob essa perspectiva, compreende-se que a escolha do curso é importante, tanto nos aspectos individuais, quanto nos sociais, econômicos e políticos, embora os resultados destes processos sejam lentos e comutados no coletivo. No entanto, nos aspectos individuais, a recompensa é percebida com mais agilidade, pois o estudante e o profissional, na medida em que se inserem num curso de graduação, começam a refletir e identificarem-se com aquilo que fazem. Então, quando conquistam um lugar no mercado, passam a viver intensamente a sua atividade. Dessa forma, se está motivado, se envolve, interessa e busca experimentar e vivenciar com êxito e aproveitamento máximo (PRIMI et al. 2001).

Verifica-se, de acordo com as idéias anteriores, que a escolha do curso de graduação é uma decisão essencial na vida do ser humano. Para tanto, deve estar pautada em informações

sobre a área pretendida, em debate e depoimentos de profissionais que nela atuam, na identificação de algumas habilidades e preferências, e, se possível, vivenciar, experimentar o cotidiano da opção direcionada por inúmeros determinantes construídos ao longo da história de vida (PRIMI et al. 2001; FIAMENGUE E WHITAKER, 2003; NASCIMENTO, 2004)..

É importante lembrar que a maioria dos profissionais e dos estudantes que se sentem satisfeitos no exercício profissional ou no seu curso de graduação, assim se definem porque fazem o que gostam e não porque ganham um bom salário no final do mês ou sabem que poderão usufruir mais tarde deste benefício, como é o caso dos estudantes. Nem sempre o dinheiro pode proporcionar a satisfação e prazer ao indivíduo. Existem alguns profissionais que trabalham numa profissão em função do salário, mas se realizam pessoalmente trabalhando em outra profissão exercida simultaneamente (SANDENBERG e PASTORE, 1997)

Vale dizer, diante da contribuição dos autores apontados, entretanto, que o direcionamento ao curso superior de graduação, quando concebido de maneira satisfatória, atendendo às expectativas individuais e, concomitantemente, a identificação da personalidade, traz ao indivíduo o reconhecimento e a valorização como pessoa, dentro do contexto social, o que o torna ciente de seus direitos e deveres e, até mesmo, possibilitando a formação de lideranças políticas.

As transformações permanentes no mercado de trabalho, com o surgimento constante de novas tecnologias e áreas diversificadas, exigem dos estudantes novas posturas e desafios que estimulem e viabilizem metas e reconheçam a importância da persistência, dedicação, empenho e responsabilidade nos estudos acadêmicos. Acredita-se que o maior estímulo à permanência e ao sucesso dos mesmos esteja relacionado ao direcionamento do curso realizado com segurança, amadurecimento, além da qualidade do curso, da diversidade de opções oferecidas na instituição, assim como de novas propostas de inserção no ensino de graduação (BRANCO 1998; SILVA e CUNHA, 2002; ANDRADE et al. 2002; MERCURI e POLYDORO, 2003).

A formação do estudante no contexto universitário somente trará bons resultados à medida que ele se sentir motivado pessoalmente. O desenvolvimento acadêmico se transforma num parceiro para um futuro promissor que oferece e enriquece as oportunidades de crescimento e desenvolvimento cognitivo, social e cultural.

É por meio do curso de graduação que o indivíduo vai exercer seu trabalho e desenvolver sua carreira. Então, esse princípio da formação se torna cada vez mais importante, por inúmeros

fatores. Dentre estes, pode-se perceber, na sociedade, que o trabalho, mais do que outra instância, forma a base da identidade das pessoas, a maneira pela qual elas se vêem e se descrevem. A partir daí, a educação tem um papel exclusivo no processo de escolha e no direcionamento do curso superior, por meio das ideologias subjacentes, da política filosófica e pedagógica da instituição, das formas de inserção e seleção dos candidatos, dentre outros.

Fazer um curso de graduação que corresponda às habilidades, à personalidade e às expectativas é um dos caminhos na conquista da autonomia no trabalho. Ainda, nestas circunstâncias, o trabalho desempenhado após o término do curso de graduação deve estar relacionado com este, sendo essa articulação responsável pelo sentimento de satisfação ao longo da vida adulta (GONÇALVES, 2001; CAIRES, 2006).

Compreende-se que o processo de formação educacional é fundamental na formação da identidade ocupacional. Em seu exercício de papel autêntico da estrutura social estratificada, a educação possui uma responsabilidade na formação da subjetividade dos indivíduos, proporcionando coerência aos mecanismos de delimitação social.

Assim, tanto as instituições educacionais, como as escolas e instituições de ensino superior, de alguma forma, buscam antecipar a estratificação do mercado de trabalho, priorizando no seu cotidiano as escolhas e possibilidades ocupacionais permitidas aos indivíduos e ao grupo que faz parte.

Entretanto, é necessário entender que o mundo do trabalho é permeado por paradigmas e implicações pautadas na globalização da economia, no avanço tecnológico e científico, na modernização de máquinas e equipamentos. Todas as evoluções desencadeadas neste setor, mercado de trabalho, incluem aspectos também perniciosos, exigindo e trazendo consequências à atividade profissional e ao indivíduo que a exerce.

Bridges (1995) apud Magalhães (2005) diz que o fim dos empregos como definidos convencionalmente estão sendo presenciados ao longo dos anos. Os comprometimentos em curto prazo fizeram do trabalho uma relação comercial, na qual os profissionais são remunerados por tarefas específicas desempenhadas, desenvolvendo múltiplas funções e vendendo suas potencialidades para o emprego em projetos específicos e temporários. Logo, as carreiras tornam-se mais “centradas no indivíduo” do que “centradas na organização”, e a expectativa se volta ao primeiro, no qual deve evidenciar suas preferências e habilidades em busca da aprendizagem constante e atualizações contínuas.

Como expressa Silva (2003), o mercado de trabalho em nossa sociedade é estratificado, ocasionando um fosso entre grupos sociais distintos. Com a chegada da globalização na economia, as ocupações acessíveis as classes de baixa renda, caracterizadas por exigirem baixa qualificação e mal remuneradas, são as mais afetadas.

Mediante uma reflexão mais profunda a respeito do que vem ocorrendo no mundo capitalista e a partir das mudanças exigidas, identificam-se alguns pressupostos que estão inseridos no processo da globalização. Qualquer análise deve conter múltiplos olhares, haja vista que trata de um movimento complexo, que envolve não apenas a formação do futuro profissional, como também, as possibilidades de inserção no amplo e emaranhado mercado de trabalho atual.

Nesse sentido, o deslocamento do foco de exploração do trabalho manual para o intelectual, que vem ocorrendo desde o início da última década do século XX, conforme expõe Gomez (2000), foi a partir desse deslocamento que surgiram as ocorrências de trabalhos mais integrados e flexíveis. Por isso, foram exigidas novas competências profissionais, as quais antes eram desprezadas, tais como facilidade de compreensão de textos, melhor comunicação, criatividade, raciocínio abstrato e dinamismo.

Dessa forma, a escola passou a legitimar estes objetivos, incorporando o princípio da igualdade de oportunidades. Assim, a ascensão profissional e social foi direcionada aos processos de ensino, principalmente àqueles que não têm uma origem/família com grandes possibilidades profissionais. Então, com essa possibilidade de escolarização entre as classes popular e média elevou-se a aspiração por ascensão profissional e, conseqüentemente, um ingresso mais consistente na sociedade de consumo

As reformas educacionais são conseqüências advindas das mudanças estruturais do capitalismo. Com as novas exigências e necessidades, a formação profissional é prioridade e não pode permanecer desatualizada. Cabe a esta implementar no ensino médio e superior, currículos cada vez mais especializados, respaldados no discurso da qualificação profissional frente aos avanços e mutações da sociedade moderna.

Nesse aspecto, Costa (2002) expressa que é necessária precaução ao tentar direcionar a educação e a economia num mesmo objetivo. Ao transferir para o campo educacional as regras e valores que determinam os processos econômicos, expõe a educação a um instrumento prestador

de serviço do mercado financeiro e do mundo do trabalho. Junto a essa desarticulação o processo educacional desvia sua verdadeira função e perde a razão de ser.

A função da educação está articulada a um trabalho sistemático de educação formal, no qual as instituições de ensino são instrumentos dessa educação com o princípio de transmitir conhecimentos e instruir o espírito dos estudantes, procurando mostrar o verdadeiro sentido da vida, no qual conhecer a si mesmo é mais vantajoso do que ter algo que não conheça.

Muitas são as tentativas, projetos e inovações construídas e planejadas com o objetivo de conciliar a formação profissional e as exigências do mercado, tendo em vista as condições de trabalho. Entretanto, Dupas (1999) apud Costa (2002) descreve que o sentimento de incerteza e precariedade em torno do mundo do trabalho é acompanhado por uma “enorme dor de passagem” das gerações futuras, no qual prevalecem os valores que lhes foram transmitidos por gerações anteriores, com as condições necessárias de usufruir de um emprego. No entanto, ao chegarem nesse estágio, os estudantes constataam que as inúmeras mudanças não lhes proporcionam nenhuma segurança e a propagação do comércio não lhes garante a estabilidade desejada (p.32).

A concretização e a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho se configuram numa condição cada vez mais difícil. Mas essa é uma experiência que todo jovem deve desejar e vivenciar, pois é fundamental e contribui para a realização do projeto individual. Além disso, favorece a ampliação de seus contatos sociais por meio da comunidade e beneficia a permuta dessas relações.

Diante disso, buscou-se aprofundar em algumas implicações que a escolha do curso de graduação envolve, tanto no processo de formação acadêmica, assim como os efeitos gerados após a formação, descritos como status social, autonomia e segurança adquirida, mão-de-obra qualificada, estresse, dificuldades enfrentadas, entre outros.

Com relação à escolha do curso de graduação e ao processo de formação acadêmica do estudante, serão analisadas, a partir da literatura, as implicações sobre o desempenho acadêmico; integração, ajustamento e adaptação; as condições físicas dos estudantes e a evasão, associados ao direcionamento do curso de graduação.

Almeida, Soares e Ferreira (2002), buscaram conhecer as causas do insucesso e da evasão no ensino superior, utilizando-se do Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA), que consiste num instrumento de auto-relato que investiga diferentes domínios da vida acadêmica do

estudante. Estes autores observaram que, na dimensão vocacional, os alunos que freqüentam cursos de terceira e quarta opção apresentam maiores dificuldades na adaptação; conseqüentemente, seu desempenho é inferior ao dos que ingressam nos cursos de primeira opção. O aproveitamento acadêmico está relacionado, diretamente, pela adequação do curso realizado à escolha do aluno.

Silveira e Mercuri (1998) descrevem os fatores que interferem na decisão de permanecer em um curso de segunda e terceira opção, As autoras constataram que o ingresso em cursos de segunda e terceira opção ocorre com o interesse de obter transferência para o curso de primeira opção, evitando a possibilidade da realização de outro vestibular. Esse fato esclarece porque os índices de evasão são maiores em alguns cursos, justamente por fazerem parte de escolhas inseguras de estudantes que almejam outros cursos. Diante dessa situação, alguns permanecem no curso e, às vezes, acabam se envolvendo. Outros tentam o remanejamento para outros cursos, com a vantagem de eliminar algumas disciplinas, e alguns aproveitam os conteúdos aprendidos dentro dos cursos, na preparação para outro vestibular. Entretanto, a opção por freqüentar os cursos de segunda e terceira opção é, a princípio, assumida pelo estudante como sendo uma decisão provisória e de curto tempo.

Outro estudo elaborado por Batista e Almeida (2002), em que buscaram analisar o impacto isolado e conjugado de três variáveis dos alunos - mobilidade, opção de curso e gênero-, a partir dos dados do QVA, aplicados em 200 alunos do primeiro ano da Universidade do Minho, em relação à opção de curso, constataram que os alunos que freqüentam cursos de primeira opção apresentam melhor desempenho acadêmico, com sentimentos positivos e melhores perspectivas e projetos vocacionais do que os colegas que freqüentam cursos que não eram os de primeira opção.

Nesse sentido, Soares (1999), apud Soares (2000), aponta que o grau de comprometimento com o curso está relacionado à questão da indecisão e da exploração vocacional. O sucesso acadêmico, a satisfação com o curso, a integração, o ajustamento e a adaptação ao ambiente acadêmico dependem do grau de decisão/indecisão vocacional, podendo se distinguir, neste contexto, três tipos de ajustamento e adaptação: o ajustamento '*resiliente*' representado, em grande parte, por alunos com valores reduzidos de ajustamento ao curso e à instituição superior e, índices mais elevados de indecisão e ansiedade quanto à escolha, com expectativas negativas em relação à posterior inserção no mercado de trabalho; o ajustamento

construtivo próprio dos alunos mais ajustados ao contexto, com valores mais baixos de indecisão vocacional, conseqüentemente, denotam níveis elevados de motivações vocacionais e expectativas elevadas em face da inserção no mercado; e o ajustamento conformista, que se assemelha ao primeiro, com valores reduzidos de ajustamento ao contexto universitário e desinteresse em face da exploração vocacional (SANTOS e ALMEIDA , 2002)

Assim, é possível identificar que a integração, o ajustamento e a adaptação do estudante ao ensino superior são influenciados pelo direcionamento do curso superior. Por isso, destaca o quanto a definição e a escolha do curso de graduação têm papel influente no processo educacional do estudante e repercute na vida profissional.

Almeida, Soares e Ferreira (2002) concordam que, no primeiro ano, são visíveis a insatisfação e os índices elevados de não ajustamento, integração e adaptação dos estudantes no curso, resultando em baixo rendimento, relacionado ao grau de indecisão quanto às escolhas vocacionais. Isso ocasiona taxas elevadas de insucesso e de abandono nos primeiros anos de freqüência universitária. Esses problemas levam as instituições a criarem serviços de apoio, procurando refletir e sanar as questões de projetos vocacionais associados ao curso, do direcionamento das escolhas profissionais, atendimento psicológico, investimentos na qualidade da aprendizagem, entre outros.

Em se tratando das condições físicas dos estudantes universitários, Pereira et al. (2004), com o objetivo de identificar os principais fatores de estresse do estudante, constituíram uma amostra com 924 estudantes universitários de diversos cursos da Universidade de Coimbra. Os autores verificaram diferenças estatísticas significativas entre o grau de estresse e a correspondência do curso freqüentado à opção profissional. Os dados obtidos indicam que a escolha que não corresponde aos interesses profissionais contribui para a condição geradora de estresse mais elevado, ao contrário do que acontece quando a escolha atende aos interesses.

Quando o direcionamento de uma escolha não atende aos reais interesses do indivíduo, mas da família, da sociedade, do sistema econômico, são vários os problemas decorrentes dessa insatisfação. Geram ansiedade, mau-humor, baixa auto-estima e, inclusive, indicadores emocionais de depressão (FARAH, 2001).

O estresse, por si só, já traz algumas conseqüências graves ao indivíduo. Estudos sobre o seu efeito na saúde física e mental confirmam que ele é um fato preocupante, desde o final do século XIX. No início, os estudos defendiam que o estresse contribuía para o desenvolvimento de

doenças cardíacas. Atualmente, depressão, raiva, altos níveis de ansiedade, tanto somática quanto cognitiva, são decorrentes de manifestações psicológicas e fisiológicas ao estresse. Problemas de saúde, como doença coronariana, hipertensão, insônia e enxaqueca aparecem como características de um quadro psicossomático (ZIMERMAN, 2001, BRANDÃO e MATSUDO, 1990).

O direcionamento de curso que não corresponde aos reais interesses do indivíduo pode ocasionar sérios problemas comportamentais, como desinteresse, apatia e repugnância, entre vários outros. Alguns são mais sérios, como suicídio e doenças, devido ao descontentamento, a situação angustiante e conflituosa a ser solucionada, principalmente quando os interesses estão sendo avaliados e julgados (ALMEIDA e SOARES, 2003; ZIMERMAN, 2001; SOBRAL, 2003; SILVA, 2001; MELEIRO, 1998).

Outro aspecto, que tem sido associado às variáveis relacionadas à escolha de curso é a evasão de curso de graduação. E, como afirmam Silva, Zorgo e Serafim (2001), o abandono da universidade resulta num desperdício de recursos pessoais, sociais e institucionais, acarretando prejuízos tanto para o estudante, que se encontra em desarmonia consigo mesmo, impedindo o desenvolvimento pessoal, quanto à própria instituição que desperdiça suas funções acadêmicas e à sociedade, que perde um cidadão preparado para o mercado de trabalho.

Ainda, Mercuri e Polydoro (2003), em discussão acerca dos fatores envolvidos no processo de decisão de permanência/evasão em cursos de graduação, apontam que o compromisso com o curso, entendido como o grau de segurança quanto à escolha do curso e o grau de segurança profissional propiciada por ele, têm um papel significativo ao longo da trajetória acadêmica, contribuindo fortemente para a permanência ou a evasão do aluno no curso escolhido. Entretanto, analisando-se separadamente os dois componentes do compromisso com o curso, as autoras apontam que o grau de segurança quanto à escolha está relacionado com mais intensidade ao destino acadêmico do aluno do que ao grau de segurança profissional propiciado pelo curso. De acordo com os dados apresentados, os estudantes que apontaram que estavam “nada seguros” quanto à garantia de emprego propiciada pelo curso apresentaram um percentual médio de evasão 36,3%, enquanto que, entre os que estavam “nada seguros” com a escolha de curso o percentual foi de 60,2%, ou seja, há mais evasão entre os que estão inseguros com a escolha do curso.

Moura e Menezes (2004), num outro estudo mais recente, cujo objetivo era a realização de um levantamento preliminar das condições de pessoas que se dizem insatisfeitas com sua opção profissional, por meio de entrevistas individuais, constataram que os altos índices de desistência dos cursos superiores estão associados à condição de insatisfação dos indivíduos com a opção realizada, o que exige um atendimento a esta população, assim como a prevenção deste quadro de alta evasão no ensino superior.

Miranda e Sauthier (1989), também com o objetivo de identificar as causas que culminaram em evasão, utilizaram de uma pesquisa qualitativa de análise de conteúdo, cujos entrevistados foram os alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estes autores verificaram que os fatores de maiores incidências para o trancamento do curso foram carga horária excessiva, problemas de saúde e financeiros, rigidez disciplinar da faculdade, pouca autonomia profissional e engano na escolha profissional.

Grandin e Mercuri (1997) buscaram identificar e analisar as condições de integração acadêmica e social de alunos ingressantes nos cursos de graduação e a relação com a finalização ou a evasão de curso. Os resultados deste estudo apontam que, entre os estudantes evadidos no primeiro semestre, encontra-se uma porcentagem elevada daqueles com insegurança quanto à escolha de curso. Assim, o processo de definição do curso ou da carreira reflete no comprometimento do estudante com seu curso e, conseqüentemente, de seu destino acadêmico.

Noutra pesquisa realizada na Universidade de São Paulo, sobre as causas da evasão no ensino superior, foi constatado por Harnik (2005) que quase metade dos estudantes que abandonam o curso de graduação apresenta problemas no momento da escolha: 44,5% abandonam o curso, dito como sonho de realização profissional e que passou a ser uma opção errada. Esses dados levam à constatação de que muitos estudantes não possuem informações coerentes e suficientes sobre o curso que pretendem escolher. Outros 30,7% desistem por não gostarem da estrutura do curso nos quais ingressaram; 13,4% estão insatisfeitos com o mercado e à profissão, 10,5% desanimam por razões pessoais e apenas 1% abandona por não se adaptar à cidade em que a instituição está localizada.

Assim como é importante o direcionamento do curso de graduação no processo de formação do estudante universitário, também é importante na continuidade após a saída da universidade e ingresso no mercado profissional.

Ao término do curso de graduação, muitas são as expectativas, motivações e desejo de colocar em prática o que foi aprendido na Universidade. Mas, esse momento de transição também é marcado por ansiedade, medo e insegurança. Bardagi (2004) aponta que algumas características do mercado e das instituições formadoras – escolas e universidades – propiciam este estado de ansiedade e insegurança, especialmente a partir dos impasses gerados entre competências e habilidades exigidas pela modernização e qualificação da formação recebida.

Oliveira (2003), ao desenvolver uma pesquisa sobre a finalização do curso superior, identificou que a formatura num curso de graduação significa, para grande parte dos alunos, a inserção no mercado de trabalho. Para o jovem brasileiro de classe média, a profissionalização e a inserção no mercado de trabalho acontecem ao final do ensino universitário (SOARES, 2002)

O desenvolvimento de carreira é visto como um processo de mudanças sistemáticas observadas no comportamento vocacional do indivíduo ao longo do tempo. A escolha profissional, tal qual a própria formação da identidade profissional, não é um comportamento isolado, mas sim o resultado de um processo de desenvolvimento profissional que ocorre ao longo da vida (CITRUS, 1974 apud BARDAGI, 2004). Bardagi (2004) ajuda a entender este modelo ao mencionar que o desenvolvimento de carreira é o processo de crescimento e aprendizagem que resulta em um aperfeiçoamento e na modificação gradual do repertório do comportamento de carreira dos indivíduos, e que os acompanha no decorrer da vida, inclusive após o ingresso e a atuação profissional.

Schmidt e Dantas (2006) estabeleceram como meta de estudo, a avaliação da qualidade de vida no trabalho, sob o aspecto da satisfação no trabalho de profissionais de enfermagem, atuantes em unidades do bloco cirúrgico de quatro hospitais de Londrina, Paraná. Foi constatada, entre os profissionais de enfermagem estudados, uma grande insatisfação em relação aos componentes do trabalho. Os componentes que apresentaram maiores pontuações em ordem decrescente foram: status profissional, autonomia, interação, normas organizacionais e remuneração.

Lapo e Bueno (2003), ao examinarem a questão do abandono do magistério público na rede do estado de São Paulo, no período de 1990–95, mostraram que esse processo acontece lentamente, por meio de uma série de mecanismos pessoais e institucionais de que os docentes fazem uso, até que ocorra o abandono definitivo, por vários motivos. Dentre eles, destacam-se os baixos salários, as precárias condições, a insatisfação no trabalho e o desprestígio profissional.

Assim, abandonar a profissão, não exercer mais a docência, foi uma condição que os professores perceberam para estabelecer o equilíbrio e propiciar a oportunidade de se realizar pessoal e profissionalmente.

Dentro das transições profissionais, a principal motivação para a busca de novas formações pela mudança de curso é a insatisfação profissional, acarretada por diversos fatores, dentre eles a busca por maior autonomia, realização pessoal, desmotivação e frustração com o exercício profissional, conforme aponta Teixeira (1998). Nesse sentido, entende-se que a conscientização do indivíduo acerca destas, bem como das exigências inerentes ao exercício das profissões, configura-se em uma condição indispensável para a realização de opções profissionais satisfatórias. Assim, os interesses profissionais resultam da elaboração das necessidades pessoais.

São constantes os desafios e as dificuldades impostas no mercado de trabalho, concomitantemente ao surgimento de situações constrangedoras, principalmente, aos recém-formados da Universidade. Tendo em vista a prática profissional, a satisfação no emprego e a avaliação de desempenho, percebe-se, entre os profissionais com menor tempo de formados, o descrédito quanto às possibilidades de mudança e a vontade de desistir (FELICIANO, KOVACS e SARINHO, 2005). Faber, apud Feliciano, Kovacs e Sarinho (2005), a partir das pesquisas sobre estresse, iniciou o estudo sobre a *burnout* como uma reação emocional crônica que afeta, principalmente, os profissionais que lidam com problemas de outras pessoas, envolvendo exaustão emocional, despersonalização e falta de realização pessoal.

Diante dessas informações, entende-se o quanto a insatisfação com a profissão exercida pode acarretar problemas graves ao indivíduo, tanto nas condições físicas que comprometem a saúde do corpo, como doenças que afetam a mente, ocasionando transtornos emocionais. Rosas (1980) afirma que, ao escolher a profissão, a pessoa também define o tipo de problemas que quer ter, tanto na saúde, como de ordem social e econômica.

Observa-se que, por meio de um direcionamento de curso estruturado e pautado com segurança e esclarecimentos prévios, desencadeia-se um desenvolvimento de carreira harmonioso e com autonomia, proporcionando a auto-realização, a saúde mental e o prazer do ser humano integral, pois a escolha da carreira é uma decorrência imediata das demais escolhas profissionais (SOARES, SESTREN e EHLKE, 2002; ASSIS, 2006; RAMOS e LIMA, 1996).

A partir das idéias anteriormente explicitadas pelos pesquisadores, verifica-se como a definição do curso e o desenvolvimento no processo educacional universitário exigem do profissional, após sua inserção na profissão, um desempenho e segurança naquilo que realiza. Inúmeros são os problemas acarretados no desenrolar da carreira, exigindo competência, desenvoltura, condições físicas e preparação psicológica. Por isso, os estudos e pesquisas têm centralizado atenção ao direcionamento do curso de graduação no contexto universitário e, mesmo, depois, no mercado de trabalho.

Culturalmente, os jovens se sentem pressionados a fazerem um curso superior de graduação, com o objetivo de se inserirem no mercado de trabalho, automaticamente, após a formatura (ALMEIDA, SOARES e FERREIRA, 2002). Na realidade, isso não acontece com tanta facilidade como ideologicamente é transmitido às gerações, pois as taxas de desemprego são assustadoras. A cada dia, o mercado, por meio do processo da globalização, produz efeitos como o aumento do sofrimento, a neutralização da mobilização coletiva e o individualismo (CASTELHANO, 2005). Portanto, a escolha do curso de graduação deve estar inserida num projeto profissional e de vida em longo prazo, com planejamentos e propósitos amplos que atendam aos interesses pessoais e profissionais posteriores à formação universitária.

É importante salientar que, na sociedade brasileira, o curso de graduação ainda é acompanhado de status social, considerado como um poder hegemônico das classes mais favorecidas. A partir disso, os melhores empregos são conquistados pelas pessoas “mais preparadas”, evidentemente aquelas que têm um curso superior (SOARES e SCHULZE, 2005; BRAGA, PEIXOTO e BOGUTCHI, 2001), embora, o termo “bem preparado” não signifique necessariamente ter cursado um ensino superior.

Discute-se, também, a articulação criada culturalmente na sociedade, entre o fazer um curso de graduação e garantir a estabilidade e até mesmo “promoção” dentro da área de trabalho. Em alguns casos isso pode até vir acontecer. Mas, nem todos conseguem essa garantia quando chegam a se formar, pois a grande demanda diante da pequena oferta torna a situação competitiva e acirrada, deixando milhares de formandos com o diploma na mão, sem saber o que fazer. Entretanto, é evidente que quem tem uma melhor formação possui mais chances. Então, freqüentar um curso do qual goste e investir numa boa formação podem ser o início da construção de um caminho promissor e de muito sucesso (REGO et al. 2005; CASTELHANO, 2005; SILVA e CUNHA, 2002).

Locke (1969, 1976, 1984), apud Martinez et al (2004) afirma que, quando a satisfação no trabalho atende aos reais interesses pessoais, ela exerce influência sobre o estado emocional do indivíduo, proporcionando alegria ou, quando esse não corresponde, se manifesta na forma de sofrimento decorrente da não satisfação.

Sant'anna, Morais e Kilimnik (2005), com o propósito de relatar procedimentos e resultados de validação de escalas destinadas à mensuração de construtos, competências individuais requeridas, modernidade organizacional e satisfação no trabalho, diagnosticaram, em uma amostra de 654 profissionais da área da administração que determinadas características, quando presentes nas tarefas desenvolvidas pelos profissionais, promovem a emergência de determinados estados psicológicos críticos capazes de constituir a motivação e a satisfação no trabalho. Acredita-se que os profissionais pesquisados 'gostam e sentem prazer com o que fazem' (QUARSTEN, MCAFEE E GLASSMAN, 1992 apud SANT'ANNA, MORAES E KILIMINIK, 2005, p. 6).

Em função disso, percebe-se que a escolha do curso de graduação, nas últimas décadas, tem recebido mais atenção dos grupos de orientação profissional, pesquisadores e teóricos das áreas afins, especialmente da psicologia, da educação, da sociologia e da economia. Esse contexto torna evidente o quanto o direcionamento de uma escolha de curso repercute na vida do indivíduo, trazendo conseqüências sociais, emocionais, políticas e econômicas.

Diante disso, alguns autores, como Andrade et al. (2002), Bastos (2002), Silva (2001), Silva e Soares (2001) e Alchieri e Charczik (2002), defendem que um dos melhores caminhos auxiliares no amadurecimento do indivíduo, é permitir ao estudante vivenciar experiências primordiais e esclarecedoras na busca de uma melhor opção de curso, ocorre no processo de orientação profissional. Isto é, a frustração, a indecisão, a não identificação com o curso e a evasão poderiam ser evitados por meio de um processo de orientação profissional. No entanto, esse é um dos caminhos entre vários outros existentes, como mudança no processo seletivo, aumento do número de vagas nos cursos das universidades e maiores investimentos educacionais, entre outros.

Enfim, os cursos de graduação, em nosso país, têm grande responsabilidade na formação de milhares de profissionais para o mercado de trabalho e, a cada ano, surge uma diversidade de outros novos cursos, a fim de atender às exigências e, às vezes, à busca de lucratividade. Para tanto, é necessário ter clareza dos objetivos e saber até onde se pretende chegar. São várias as

opções, inúmeras as propagandas e comerciais e diversas propostas. No entanto, o caminho é único e individual. Cada pessoa decide de acordo com a sua história de vida, suas qualidades e imperfeições. Assim, o que deve ser obtido em comum entre as características individuais de cada pessoa é a satisfação, a motivação e a auto-realização na decisão.

A escolha de curso: contribuições teóricas

Neste item, procurou-se descrever algumas das principais contribuições teóricas para a compreensão do processo de direcionamento vocacional/profissional, processo esse que está intimamente ligado ao de escolha de curso e cuja discussão tem sido realizada por autores de diferentes enfoques teóricos.

Entre o grupo das teorias consideradas psicológicas, o debate ocorre em torno das questões ligadas à adequação das aptidões dos indivíduos às características das ocupações, ao desenvolvimento psicanalítico e psicosexual do indivíduo, ao processo integrado ao desenvolvimento vocacional e às decisões experimentais (ROSSI, 2001). Sob o ponto de vista das teorias não psicológicas, encontram-se as questões econômicas, culturais, sociais e familiares relacionadas ao encaminhamento profissional/vocacional (FERRETTI, 1988; BOCK, 2001).

A eficácia e a utilidade desses enfoques, embora não seja possível uma comparação direta, está nas suas contribuições como elementos de explicação e, até mesmo, de intervenção sobre o processo de encaminhamento ou orientação profissional, embora esse não seja o foco do presente trabalho. Essas teorias podem fornecer subsídios para respostas a alguns dos questionamentos norteadores do processo de escolha de curso e da formação e, portanto, dos mecanismos que determinarão o campo profissional de atuação do indivíduo. As teorias que aqui serão apresentadas estão classificadas em dois grandes grupos: teorias psicológicas e teorias não psicológicas, como o fazem diferentes autores sobre a temática (BOCK, 2001; FERRETTI, 1988; PIMENTA, 1981)

1-Teorias psicológicas

As teorias psicológicas analisam os determinantes internos do indivíduo. Esses são vistos como tendo um papel ativo nos movimentos de escolha e, as condições sócios–econômicos–culturais vistas como função secundária no processo de decisão (BOCK, 2001).

O agrupamento das teorias psicológicas será apresentado em quatro grandes categorias, conforme definido por Crites, citado por Ferretti (1981). Cada uma das categorias é representada por teorias que possuem um conjunto de princípios diferenciados e representados por distintos autores, cujas contribuições devem ser consideradas tendo-se em conta o processo histórico vivenciado em cada época, conforme discutido por Rossi (2001) e Oliveira (2001).

Assim, a teoria de Traço-e-fator é desenvolvida por Parsons, as teorias Psicodinâmicas por Bordin, Nachmans e Segall, Roe e Holland, as teorias desenvolvimentistas por Ginszberg, Super, Tiedman e O'hara e Pelletier e, por fim, as decisórias, por Gellat, Hilton e Hersheson e Roth, de acordo com o apresentado por Ferretti (1981).

Diante desse panorama, busca-se explicar sobre cada categoria, com a idéia de promover a compreensão de cada uma delas dentro do contexto no qual foram construídas e as principais idéias norteadoras de seu referencial teórico.

1.1 - Teoria de traço-e-fator

Para entender melhor essa categoria, é necessário referir-se ao teórico responsável pelo seu surgimento. Franck Parsons foi apontado como o pioneiro nas áreas da psicologia vocacional e da orientação profissional (PIMENTA, 1981, CARVALHO, 1995 e ROSSI, 2001). Em 1907, ele fundou um espaço para orientação profissional, com o objetivo de auxiliar os jovens norte–americanos a conhecerem melhor a si mesmos e o mundo das profissões, que passou a ser denominado como o escritório de Vocational Bureau of Boston. Em 1909, lançou o livro *Choosing a Vocation*, no qual apontou a existência de três aspectos fundamentais para a escolha de uma profissão: o conhecimento de si mesmo, das próprias atitudes, habilidades e interesses; o conhecimento das diferentes ocupações e suas especificações e a busca de relações entre as características do indivíduo e as exigências das diferentes ocupações.

É necessário frisar que, nessas circunstâncias, Parsons ainda não tinha criado uma teoria de escolha profissional, apenas a consolidação de uma estrutura conceitual. Essa base inicial fundamentava-se na sistematização de conhecimentos profissionais e no estímulo ao autoconhecimento.

A partir do surgimento da psicologia diferencial e da psicometria, com a valorização e utilização dos testes psicológicos no período pós Primeira Guerra Mundial, foi que o modelo de Parsons evoluiu e, a partir daí, deu origem à teoria de traço-e-fator, teve seu auge marcado entre as décadas de 1920 a 1930.

Baseada na psicologia diferencial, a teoria traço-e-fator expõe que a adequação entre as aptidões do indivíduo e as características das ocupações traz a satisfação pessoal e, conseqüentemente, o bem-estar social. Essa teoria supõe que os indivíduos sejam diferentes em suas habilidades, aptidões, interesses e as diversas profissões existentes exigem profissionais com diferentes características e habilidades, conforme discutido por Rossi (2001). É a adequação a essas diferenças que leva a satisfação pessoal e, conseqüentemente, ao bem-estar social. Torna-se necessário que os indivíduos sejam diferenciados em suas habilidades, aptidões, interesses e características pessoais, pois as diferentes profissões exigem diferentes habilidades e características (PIMENTA, 1981).

Para Parsons, a opção vocacional significa o resultado de identificação e o diferenciador dos dados pessoais acontece num momento determinado na vida do indivíduo. Este reflete num processo de escolha definitivo e localizado, haja vista que considerava a realidade das ocupações e dos indivíduos como estáticas e não dinâmicas.

Segundo Pimenta (1981), essa teoria não considera nem possibilita qualquer intervenção por parte do sujeito que escolhe. Isso quer dizer que enfatiza as diferenças individuais e ocupacionais e busca a adequação do indivíduo à ocupação. É, fundamentalmente, uma teoria baseada em determinismos psicológicos (SPARTA, 2003).

Bock (2001) afirma que esta teoria dá fundamento aos denominados testes vocacionais e estes, embora tenham sido criticados no Brasil, fazem parte do imaginário social, quando envolve a escolha da profissão.

É possível dizer que, desde Parsons, diferentes enfoques e teorias sobre a escolha profissional tomaram impulso. Inúmeros autores buscaram sistematizar e investir neste campo do conhecimento, enriquecendo o seu desenvolvimento a partir das evoluções empíricas e

descobertas teóricas e produzindo as diferentes teorias de escolha profissional. Isso é o que se pode verificar a seguir, com a exposição da teoria psicodinâmica, representada pelos seus cinco teóricos: Bordin, Nachmans e Segall, Roe e Holland.

1.2 - Teoria psicodinâmica

Diferentemente da teoria traço–e–fator, que busca compreender o processo da escolha a partir das diferenças de aptidão, a teoria psicodinâmica é influenciada pelas teorias psicanalíticas e preocupam-se com a influência de impulsos e desejos na escolha de uma profissão e, na adaptação ao trabalho, tendo em vista o desenvolvimento psicosssexual do indivíduo, seus instintos, necessidades e conflitos que ocorreram na infância (FERRETTI, 1988).

Dessa forma, seus teóricos Bordin, Nachman e Segal (1963), apontados por Pimenta (1981) e Rossi (2001), defendem três aspectos que sustentam essa teoria: é necessário identificar as gratificações que alguns trabalhos podem oferecer, associar essas gratificações às funções fisiológicas essenciais à sua obtenção e ilustrar a influência das primeiras experiências sobre a tendência desenvolvida pelo indivíduo, no sentido de resgatar certas formas de gratificações.

Por outro lado, Roe (1953), citado por Ferretti (1988) e Oliveira (2001), embora tenha como princípio as concepções psicanalíticas, observa outros aspectos em relação às primeiras experiências da criança e sua escolha profissional. Roe acentua que os primeiros contentamentos e fracassos da criança são responsáveis pela direção à qual vai encaminhar suas energias psíquicas. Este encaminhamento propicia o desenvolvimento de aptidões, interesses e outros traços de personalidade que, conseqüentemente, irão influenciar os campos profissionais, para o quais terá maior interesse e se direcionará.

Roe (1964) apontado por Rossi (2001), tendo como referência a hierarquia de necessidades de Maslow, estabelece que as primeiras necessidades sejam satisfeitas antes que apareça outra de valor superior. Essas necessidades são enumeradas de forma hierárquica: “1- necessidades fisiológicas; 2- necessidades de segurança; 3- necessidades de aceitação e amor; 4- necessidades de importância, respeito e auto-estima, independência; 5- necessidades de informação; 6- necessidade de compreensão; 7- necessidade do belo; 8- necessidade de auto-realização” (p.27).

Outro aspecto importante a se destacar das concepções de Roe, trata-se do quanto a relação entre pais e filhos interfere e determina interesses por pessoas. Isso significa que o indivíduo que se orienta para pessoas escolherá ocupações que terão um contato com as mesmas, ao contrário dos orientados para não-pessoas, que direcionarão suas preferências por profissões mais técnicas e científicas.

Holland, outro contribuidor para a teoria psicodinâmica, vê os integrantes de uma profissão como possuindo personalidades e histórias semelhantes, o que reflete no desenvolvimento pessoal. Isso quer dizer que a maneira de agir e as respostas dos indivíduos são similares aos diversos problemas e situações, os quais geram ambientes interpessoais característicos (MAGALHÃES, 2005; ROSSI, 2001).

Nesse aspecto, as experiências pessoais, produto das interações pessoais e culturais que envolvem colegas, pais, adultos, sua classe social, a cultura do país e o ambiente físico, levam o indivíduo a desenvolver uma forma particular de lidar com as questões ambientais. Assim, os ambientes que melhor correspondam às expressões de suas atitudes, valores e papéis serão mais gratificantes, evitando os que desagradam.

Esse caráter particular da teoria de Holland (1975), citado por Pimenta (1981) e Rossi (2001), permitiu a elaboração de uma tipologia que sustenta seis tipos de orientação pessoal que, por sua vez, correspondem a seis tipos de ambiente: o realista, o intelectual ou investigador, o social, o convencional, o empreendedor e o estético. Assim, nenhuma pessoa é um tipo único. Entretanto, Holland acredita que as pessoas com escolhas profissionais semelhantes possuem personalidades também semelhantes.

Segundo Bock (2001), estas teorias, no Brasil, não obtiveram grande repercussão nas práticas de orientação profissional, como a teoria de traço-e-fator e as desenvolvimentistas.

As concepções da teoria psicodinâmica assumem que os aspectos psicanalíticos e psicosssexuais são fundamentais no processo da escolha profissional. Logo, as experiências vividas na infância têm um papel essencial na vida do indivíduo. Mas, a questão e a compreensão do processo da escolha profissional continuam a ser foco de estudos também, a partir da teoria desenvolvimentista, a qual procura entender a escolha profissional como um processo contínuo que se inicia na infância e se estende ao longo do ciclo vital.

1.3 - Teoria desenvolvimentista

Na teoria desenvolvimentista, a grande preocupação está centralizada no aspecto seqüencial do comportamento vocacional, sendo este o grande mérito do enfoque. Melhor esclarecendo, o processo de escolha e as etapas profissionais são vivenciados, cada uma no seu momento, de acordo com o desenvolvimento que se encontra. Ao contrário das teorias anteriores, as quais são definidas como teorias deterministas da escolha profissional, as teorias desenvolvimentistas percebem a escolha profissional como um processo e trabalham com a concepção do ciclo vital, as fases do desenvolvimento vocacional e as tarefas evolutivas.

Dentre os principais teóricos que contribuíram para o desenvolvimento dessa teoria estão: Ginzberg, Super, Tiedeman e O'hara e Pelletier, apontados por Ferretti (1981), Rossi (2001), Oliveira (2001) e Sparta (2003). Entretanto, o teórico de maior destaque nessa perspectiva desenvolvimental é Donald Super, que procurou investir numa visão longitudinal, proporcionando a elaboração de uma teoria da escolha profissional baseada na psicologia do desenvolvimento.

Super, citado por Pimenta (1981) e Magalhães (2005), considera o desenvolvimento vocacional, dentro dessa perspectiva, como um processo que começa na infância e estende até a velhice. Nesse processo, as etapas são ordenadas, previsíveis e dinâmicas, uma vez que é o resultado da interação entre as experiências do indivíduo e as exigências da cultura.

Compreende-se que as teorias desenvolvimentistas pensam as questões ligadas à escolha da profissão de maneira mais ampla que as anteriores. Relaciona a escolha profissional ao desenvolvimento do indivíduo num contexto complexo e, portanto, continuado e não limitado apenas à adolescência (SPARTA, 2003).

Diante disso, Super divide o processo do desenvolvimento vocacional em cinco etapas: 1 – crescimento (infância); 2- exploração (adolescência); 3- estabelecimento (idade adulta); 4- permanência (maturidade); 5- declínio (velhice), de acordo com o apresentado por Rossi (2001).

Tiedman e O'hara (1968) foram outros dois autores que apresentaram importantes contribuições para as teorias ligadas ao desenvolvimento vocacional, apresentando conceitos que propõem uma ligação, uma lógica entre a personalidade de um indivíduo e sua escolha- sua carreira. Dois conceitos são chaves na teoria desses autores: o de *diferenciação*, que se inicia em um problema, com um período de preocupação, no qual o indivíduo investiga, explora as

possibilidades para depois cristalizá-lo, fazendo sua escolha e o conceito de *integração*, que se refere à exploração do todo, à reorganização dos elementos que já foram diferenciados na etapa anterior.

De acordo com Tiedman e O'Hara (1968), apontados por Pimenta (1981), o desenvolvimento de si mesmo e o desenvolvimento vocacional interagem e se influenciam mutuamente. O papel do terapeuta, nos processos de intervenção, é o facilitar escolhas racionais, auxiliando o indivíduo a progredir em suas sucessivas tomadas de decisão, verificando sempre a lógica existente entre as diversas decisões que vai tomando.

Segundo Rossi (2001), tendo como ponto de partida as idéias de Tiedman e O'Hara, é necessário, para a construção da auto-imagem, ter conhecimento das características da personalidade, que incluem aspectos positivos e negativos, isto é, as qualidades e os defeitos. Entretanto, a maior dificuldade está em reconhecer as características negativas. Por isso, é fundamental ter consciência de três diferentes acepções: “o que eu penso que eu sou, o que eu penso que os outros pensam que sou e o que os outros realmente pensam de mim” (p.39).

Pelletier (1979) formulou a teoria Operatória do Desenvolvimento Vocacional, baseando-se nas fases do desenvolvimento vocacional, estabelecidas anteriormente por Ginzberg e Super. Trata-se de uma teoria fundamentada em princípios da Psicologia Desenvolvimentista, que utiliza, porém, a metodologia da Pedagogia Experiencial, ou seja, o sujeito aperfeiçoa as ações cognitivas necessárias à descoberta de si mesmo (autoconhecimento) e à compreensão de seu meio (mundo do trabalho), tornando-se ativo na escolha de sua carreira. A experiência é o foco desta teoria.

As Teorias Desenvolvimentistas são consideradas um avanço em relação ao período das Teorias Psicométricas, que consideravam os impulsos e as necessidades como determinantes da escolha profissional, à medida que se percebem a escolha conforme um processo. A interferência do meio em que as pessoas vivem é considerada, isto é, este exerce influência nas decisões. Nas outras teorias, porém, os indivíduos ainda são percebidos como passivos e suas escolhas determinadas apenas por suas aptidões, pelo seu conceito de “eu”, pelas etapas evolutivas pelas quais deve passar. O enfoque recai sobre o indivíduo e não na relação que ele estabelece com seu mundo (OLIVEIRA, 2001).

Pode-se dizer que os estudiosos da teoria desenvolvimentista contribuíram em diversos aspectos: despertaram a atenção para as diversas etapas que o indivíduo vivencia no seu

desenvolvimento vocacional; a responsabilidade de cada pessoa, a vinculação entre seu desenvolvimento pessoal e vocacional, as interações que entram neste círculo, não apenas em suas decisões, como também em seu ajustamento a outros meios externos, por exemplo, escola e trabalho.

1.4 - Teorias decisórias

Esse grupo teórico compreende o indivíduo como aquele que organiza seu problema, age conforme seus interesses e condicionamentos sociais. Dentre os autores que se destacaram nesta abordagem estão Gellat, Thomas Hilton, Roth e Hershenson, referidos por Ferretti (1981) e Rossi (2001).

Segundo Hilton (1962), apontado por Pimenta (1981), existem fatores básicos que interferem na decisão profissional: auto-conceito, atributo de papéis ocupacionais, necessidades do sujeito, conhecimento a respeito da estrutura social, conhecimento sobre os fatores econômicos que afetam o mundo do trabalho e o estado atual do sujeito. Porém, nessa teoria, a dissonância cognitiva é considerada a variável principal do processo de decisão e admite que o esforço para reduzi-la precede e facilita a tomada de decisão. A dissonância pode ser provocada por diversos fatores, tais como a percepção de distintas possibilidades e as pressões sociais que impedem adiar a decisão.

Gellat (1962), citado por Ferretti (1988) e Rossi (2001), propõe o esquema de decisão seqüencial, em que uma série de decisões experimentais leva a uma decisão terminal. No decorrer do processo de decisão, o indivíduo avalia as possibilidades que lhe são oferecidas, as conseqüências possíveis das decisões que ele pode tomar e a possibilidade de que estas conseqüências ocorram. Avaliando as decisões consideradas, o indivíduo fixa finalmente sua decisão.

Herdhenson e Roth (1966), reportados por Pimenta (1981) e Rossi (2001), postulam que a escolha ocupacional é determinada por duas tendências: a progressiva eliminação das alternativas e o reforço das alternativas não excluídas. Assim, à medida que o número de opções se limita, a certeza das opções aumenta. Acreditam que a escolha é individual e tem relação com a história pessoal de cada um.

Enfim, as teorias psicológicas trazem uma dimensão complexa de informações, conhecimentos e concepções diversificadas, proporcionando uma visão ampla do processo de escolha profissional. No entanto, essa visão ainda pode ser complementada com as teorias não-psicológicas que serão discutidas a seguir, já que possuem um importante papel na compreensão do processo da escolha.

2 - Teorias não psicológicas

Ao contrário das teorias psicológicas, as quais enfatizam o indivíduo no processo de escolha, as teorias não psicológicas dão importância às questões sociais e econômicas que envolvem o indivíduo.

Segundo Pimenta (1981), essas teorias “são as que atribuem os fenômenos da escolha aos fatores externos ao indivíduo” (p. 26).

Os economistas clássicos, como Smith, Senyor e Mill, citados por Pimenta (1981), relatam que o indivíduo tem completa liberdade de escolha. Assim, este escolhe a ocupação, no seu julgamento, que lhe trará maiores benefícios, como as ocupações que oferecem maior salário.

Já o neoclássico Clark, também citado por Pimenta (1981), afirma que dois fatores são responsáveis pela distribuição dos indivíduos nas ocupações: “a ignorância em levar vantagens e desvantagens salariais das diferentes ocupações e o custo para a aquisição da capacidade é variável para as diferentes ocupações” (p. 28).

De outro lado, os economistas contemporâneos afirmam que, além dessas variáveis, outras questões influenciam na escolha de uma ocupação como: prestígio, segurança do emprego e requisitos ocupacionais exigidos pelas ocupações.

Para as teorias culturais e sociológicas, o fator mais importante na determinação da escolha vocacional é a influência da cultura e da sociedade. Desse modo, observa-se que a cultura, a subcultura, a família e a escola estão totalmente interligadas ao processo de desenvolvimento vocacional (OLIVEIRA, 2001).

Ainda Hewer e Miller, citado por Ferretti (1988), comentam que a grande dificuldade enfrentada pelos indivíduos no momento da decisão vocacional é a falta de informações sobre as

forças econômicas e culturais o que, evidentemente, tem algum efeito sobre as escolhas vocacionais. Além do mais, as inovações resultantes do desenvolvimento da tecnologia industrial e da complexidade das organizações empresariais diminuem as possibilidades de escolhas de grande maioria da população, tornando inviável a orientação, uma vez que as pessoas teriam de escolher e permanecer numa única profissão por toda vida.

Essa teoria não psicológica tem um caráter econômico-social e foi formulada por Blau, Parnes, Gustad, Jessor e Wilcock. Esses autores, segundo Gilson (1975), conceberam a escolha profissional como um processo de compromisso, continuamente modificado, entre preferências e expectativas, de estar apto a ingressar em várias profissões. Eles identificaram alguns fatores que determinam o ingresso numa profissão. Quatro desses fatores caracterizam-se como: demanda, qualificações técnicas (funcionais), qualificações pessoais (não funcionais) e recompensas. As outras quatro restantes caracterizam o indivíduo: informação sobre uma ocupação, habilidades técnicas, características sociais e orientações de valor.

Segundo Ferretti (1988), as teorias sociológicas de escolha profissional originaram-se nas produções de sociólogos industriais, nos Estados Unidos. Esses consideravam que o fator mais importante na determinação da eleição vocacional de um indivíduo é a influência da cultura e da sociedade em que vive, em conformidade com as metas e os objetivos que aprende a valorizar.

Essas teorias sociológicas e econômicas de escolha profissional preocupam-se em explicar a distribuição da força de trabalho em diferentes ocupações no conjunto da sociedade. Por outro lado, preocupam-se em identificar também os fatores de natureza econômica que levam os indivíduos a procurarem algumas profissões e a rejeitarem outras. Essas teorias sociológicas de escolha vocacional buscam explicar as opções de indivíduo, fundamentalmente a partir de sua origem sócio-econômica, à qual são direcionadas conotações de condições sociais.

Ainda, verifica-se que a entrada do indivíduo numa dada ocupação resulta de dois processos inter-relacionados: processo de escolha ocupacional e o processo de seleção ocupacional. Ambos são influenciados pela estrutura social à medida que esta, de um lado, modela as potencialidades biológicas do sujeito que escolhe e, de outro, define as condições sócio-econômicas em que ocorre o processo de seleção.

Compreende-se, dessa forma, que a escolha ocupacional é parte de um processo que se desenvolve durante muitos anos, resultando de inúmeras escolhas anteriores. Cada uma dessas

escolhas é motivada por um conjunto pessoal de preferências quanto às alternativas de ação e por um conjunto de expectativas em relação às possibilidades de o indivíduo concretizar suas preferências.

Constata-se, na percepção dos psicólogos vocacionais, que as teorias não-psicológicas não tiveram muita aceitação no campo psicológico, diferentemente do que pensam e defendem os sociólogos e economistas, pois dão grande importância aos fatores externos do indivíduo como os determinantes principais de suas escolhas vocacionais. Estas concebem o indivíduo como um ser linear, passivo, com pequena ou nenhuma influência sobre a relação entre “input” e “output”.

Percebe-se, diante de todas essas idéias e de acordo com Ferretti (1988), que as teorias psicológicas e não psicológicas de escolha profissional procuram estabelecer uma polarização entre sociedade e indivíduo. Dessa maneira, a opção por uma das posições polares desfavorece a outra, reduzindo a relação entre indivíduo e sociedade, que é dialética, havendo uma relação mais ou menos estática de subordinação entre uma ou outra.

Os enfoques que valorizam o pólo social buscam explicar as escolhas de carreira, privilegiando formulações teóricas de caráter econômico ou sociológico como determinantes últimos dessas escolhas. O pólo referente ao indivíduo tende a reduzir as explicações que manifestam aspirações e expectativas do indivíduo, excluindo-se as determinações econômico-sociais.

O movimento de opção e escolha de curso de graduação deve ser profundamente analisado a partir das aspirações, os valores e os desejos que se relacionam às motivações vivenciais e vocacionais dos alunos. Assim, a escolha de curso não pode sintetizar na opção objetiva e pessoal de uma determinada área de estudo e/ou de trabalho, mas conjectura numa reflexão sobre as razões e as interferências envolvidas na escolha.

Além dessas condições, a retidão desses fatores numa sociedade capitalista leva a enfatizar o momento da escolha de curso, mas intensamente no papel das relações que se estabelecem entre escola, trabalho e cidadania do que em termos de uma escolha pessoal, alienada à realidade. Levando em consideração os múltiplos fatores sócio-econômicos que interferem decisivamente na opção, deve ser discutida as condições favoráveis de liberdade na opção profissional, a partir das implicações sociais que refletem na escolha do indivíduo.

Entende-se diante do conjunto teórico apresentado que o processo de decisão pode sofrer influências tanto internas como externas ou, simultaneamente, de ambas. Tanto as teorias psicológicas como as não psicológicas têm um valor próprio junto ao entendimento da escolha.

Enfim, cada teoria traz suas contribuições de alguma maneira – direta ou indiretamente – na busca de auxiliar e entender as questões subjacentes ao processo de escolha, no qual o indivíduo está inserido.

Face à estreita relação entre a escolha de curso e a escolha profissional/vocacional, entende-se que as contribuições acerca da escolha profissional auxiliam na compreensão da escolha de curso e podem assumir características de suporte teórico para seu entendimento.

OBJETIVOS:

A partir deste aprofundamento, algumas questões passaram a direcionar os objetivos do trabalho:

- Quais têm sido os motivos de escolha dos cursos de graduação?
- Os motivos da escolha de curso têm se modificado ao longo do tempo?
- A natureza dos motivos de escolha de curso varia de acordo com a área do curso escolhido?
- Existem diferenças quanto aos motivos de escolha de curso entre estudantes de instituições públicas e privadas?

Uma vez que o aprofundamento no estudo da literatura científica sobre o tema possibilitou o conhecimento da extensão e das características da produção, propôs-se o desenvolvimento de um estudo de natureza bibliográfica como solução metodológica na busca de respostas aos problemas de pesquisa levantados e delinear-se como objetivos de investigação:

- Identificar e analisar os motivos de escolha de curso graduação, presentes nos estudos nacionais sobre a temática;
- Analisar a relação entre os motivos de escolha de curso e ano de publicação dos suportes bibliográficos, área do conhecimento do curso e natureza administrativa das instituições às quais se vinculam os estudantes.

MÉTODOS

Serão apresentadas, inicialmente, as principais características de um estudo de natureza bibliográfica, seguidas da apresentação dos critérios e dos recursos utilizados na escolha do material e sua identificação, seleção e obtenção. Finalizou-se o método com a descrição da estrutura de análise proposta e os procedimentos de análise do material.

1 - Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica, apesar de ter como fonte de informações os suportes bibliográficos, e, portanto, lidar com dados já publicados, pode ser considerado uma atividade de pesquisa, a medida em que visa responder a um determinado problema, cujo processo envolva preparação, implementação e comunicação de seus dados.

A produção científica produzida e publicada em livros, periódicos, dissertações e teses necessitam de investigações, conforme destaca Witter (1990), por conduzir um desvelamento do saber construído, disponibilizando e facilitando aos pesquisadores a obtenção de informações acerca da produção científica de uma determinada área de conhecimento.

Além do mais, Bariani et al. (2004) esclarecem que, entre outras contribuições, uma pesquisa de natureza bibliográfica serve como guia para estudos científicos e para profissionais e pesquisadores que buscam a intervenção, visando a remediação, a prevenção ou a promoção.

Vale ressaltar, sobretudo, algumas características específicas de uma pesquisa de natureza bibliográfica. Deve-se ter em conta que esta constitui-se um tipo específico da pesquisa documental, que possui como suporte documentos bibliográfico. Excluem-se aqui os suportes visuais e auditivos (WITTER, 1990).

Somada a isso, a pesquisa bibliográfica utiliza-se de dados secundários, pois eles resultam de coleta e análise de informações contidas em pesquisas realizadas por outros pesquisadores (CALDAS, 1986). Todavia, uma pesquisa nessa dimensão não impede de gerar idéias novas e

úteis, uma vez que a análise dos dados é direcionada por um novo problema, produzindo dados primários. E também gerar análises críticas.

Ao optar pela realização de uma pesquisa de natureza bibliográfica, devem-se formular os problemas de pesquisa, definir claramente os objetivos, estabelecer um parâmetro de tempo e, se for o caso, definir categorias de análise que conduzirão a mesma (WITTER, 1990).

Com os objetivos e o problema formulados, a pesquisa bibliográfica acontece com a coleta e o levantamento de dados bibliográficos, através de meios distintos. A continuação desse processo ocorre mediante a recuperação das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, pela leitura e análise das informações relevantes (CALDAS, 1986).

Quanto aos aspectos positivos da pesquisa bibliográfica destacam-se a estabilidade dos dados e o menor custo em relação a outros tipos de pesquisa, além de não exigir o contato pessoal e oferecer suportes simultâneos a pesquisas diversas (GIL, 1991).

1.2 -Material

A pesquisa bibliográfica, como qualquer outro tipo de pesquisa, exige a especificação dos caminhos e dos procedimentos a serem realizados como decisão de parâmetros temporais e marco teórico. No procedimento, justifica-se a recuperação do material, as informações usadas, o tipo de análise privilegiada e os cuidados tomados quanto à redução de possíveis distorções (WITTER, 1990), passos esses que serão descritos a seguir.

1.2.1 - O levantamento bibliográfico

Neste são apresentados os critérios assumidos para o levantamento bibliográfico:

Período: o levantamento bibliográfico teve como limites os anos de 1990 a 2005;

Descritores: buscaram-se estudos que tratassem da escolha de curso do ensino superior, cujos participantes fossem os estudantes do ensino médio, do ensino superior ou vestibulandos. Os descritores *escolha profissional*, *decisão profissional*, *opção profissional*, *escolha de curso*, *acadêmico e estudante* orientaram o levantamento bibliográfico;

Áreas do conhecimento: o levantamento junto às bases de dados informatizadas priorizou as áreas da psicologia, da educação, das ciências sociais e da saúde. Tais áreas foram privilegiadas por trazerem inicialmente um conjunto significativo de pesquisas sobre a temática.

Área geográfica: publicações cujos dados tenham sido coletados e publicados no Brasil;

Formato da publicação: priorizaram-se três tipos distintos de publicações: artigos de periódicos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

1.2.2 - Recuperação do material

A possibilidade de acesso às publicações de interesse é condição básica para o desenvolvimento do estudo, principalmente tendo-se em conta a decisão de que o material a ser analisado deveria corresponder à totalidade da publicação e não apenas ao seu resumo. A recuperação deste material passou por diferentes momentos, incluindo busca, seleção, localização e obtenção, cujas definições para implementação são descritas abaixo:

1.2.2.1 - Caminhos de busca

O levantamento inicial foi realizado pela internet, quando foram consultadas diversas páginas e sites das áreas da Psicologia, Educação e Ciências Sociais e Saúde. Em algumas páginas e sites, teve-se acesso apenas ao título do trabalho; em outras, ao resumo e, ocasionalmente, ao estudo na íntegra. Os principais acervos consultados foram os de cinco universidades nacionais (www.unicamp.br; www.usp.br; www.ufrgs.br; www.ufsc.br e www.unesp.br), um site do governo federal (www.periódicos.capes.gov.br), duas bases de dados (www.scielo.br e www.bireme.br), um catálogo de publicações seriadas (www.ibict.br).

1.2.2.2 - Seleção

Do conjunto total de referências levantadas, foi realizada uma pré-seleção a partir dos títulos dos trabalhos no momento da pesquisa, nos recursos digitais. Após essa primeira etapa, realizou uma pré-análise dos estudos por meio do conteúdo de seus resumos e, quando possível o texto na íntegra, buscou-se identificar estudos cujos delineamentos metodológicos envolvessem

coleta de dados. Foram excluídos do conjunto de publicações para análise aqueles que consistiam em ensaios teóricos e que não traziam o estudante como fonte de informação. Duas publicações apresentaram duplo formato de divulgação (dissertação e artigo de periódico). Optou-se pela versão disponível.

Então, num primeiro momento, foram identificados 97 trabalhos, de acordo com as palavras-chave utilizadas. Desses, fez-se uma primeira seleção por título. Restaram 73, compreendidos entre teses, dissertações e artigos de periódicos. Dentre os 73, houve uma segunda seleção, revendo-se o resumo e, quando possível, o trabalho na íntegra.

Nessa segunda seleção, 14 trabalhos foram excluídos: três dissertações e um artigo de periódico, por não terem o estudante como fonte de informação; oito artigos de periódicos por serem estudos teóricos e duas publicações, por terem dois formatos de divulgação, por isso foi excluída uma, pois traziam repetição de dados. Ao final desse processo, o conjunto de materiais para análise ficou compreendido em 59 suportes bibliográficos.

1.2.2.3 - Localização

A localização dos trabalhos na íntegra foi realizada pela internet, por meio do acesso aos portais. O acervo de diferentes universidades foi consultado (www.unicamp.br, www.usp.br, www.puccamp.br, www.pucsp.br, www.puers.br, www.ufsc.br, www.ufrgs.br, www.unip.br).

1.2.2.4 - Obtenção

Nos estudos selecionados, foram utilizados os mesmos procedimentos adotados por Nardi (2005), ou seja: busca pessoal à biblioteca depositária, auxílio de terceiros, pedido direto aos pesquisadores, impressão de material disponível na internet e utilização dos serviços biblioteconômicos disponíveis (empréstimo entre bibliotecas e comutação bibliográfica).

Das 59 referências localizadas e solicitadas, uma não chegou no tempo previsto para análise e outra, quando solicitado o trabalho na íntegra seus resultados não atenderam aos objetivos da pesquisa. Desse modo, foram obtidas para análise 57 referências, distribuídas entre 27 dissertações, 6 teses e 24 artigos de periódicos.

1.3 - Estrutura de análise

A elaboração da estrutura de análise da produção teve como orientadores tanto os objetivos do presente trabalho como as informações advindas do estudo prévio da literatura a respeito do assunto.

O conjunto de referências do levantamento foi submetido a uma pré-análise a partir de seus resumos, no qual foi possível uma avaliação geral dos itens adotados e estabelecidos como elementos favoráveis ao objetivo do estudo. Além disso, analisaram-se cinco artigos completos de periódicos, escolhidos aleatoriamente, nos quais foi possível verificar se os itens de análise eram abrangentes e adequados aos objetivos do trabalho. A partir deste procedimento, quatro grandes aspectos foram assumidos na estrutura final de análise: características gerais da produção, características dos sujeitos/participantes; características do conteúdo da produção e a relação entre os motivos de escolha do curso superior e variáveis de interesse (ano de publicação, curso/área e categoria administrativa das instituições as quais se vinculam os estudantes).

1.3.1 - Características gerais da produção

Relaciona-se a aspectos da produção que estão disponíveis nas referências do material e no texto, por meio das notas de rodapé.

Formato da publicação: tipo de suporte de publicação: artigo de periódico científico, dissertação de mestrado e tese de doutorado.

Distribuição temporal: por meio da localização anual da produção entre os anos de 1990 a 2005, segundo a data de publicação do material disponível.

1.3.2 - Características dos sujeitos/participantes

Envolvem a análise de algumas informações relacionadas aos estudantes envolvidos nos estudos como sujeitos, informantes ou participantes.

Categoria administrativa das instituições às quais se vinculam os sujeitos/participantes: classificam-se em públicas e privadas.

Cursos/ área de graduação: cursos de graduação aos quais os estudantes estão direcionados e/ou matriculados. Os cursos estão agrupados em oito grandes áreas, utilizando-se os critérios do CNPq (2006): Ciências Matemáticas e Naturais, Engenharias e Computação, Ciências Biológicas, Ciências Médicas e da Saúde, Ciências Agrônomicas e Veterinárias, Ciências Humanas, Ciências Socialmente Aplicáveis e Linguagem e Artes.

1.3.3 - Características do conteúdo da produção

Buscou-se por meio de categorias descrever, os principais motivos de escolha do curso de graduação apontados nos estudos analisados. As categorias foram definidas a partir da análise de conteúdo dos aspectos referidos nos estudos como condições ou motivos de escolha de curso (BARDIN, 1977). Para a criação das categorias, foram utilizados os cinco critérios destacados por Richardson (1999), a saber:

- exaustividade: deve garantir uma abrangência de informações e dados que contemplem a temática;
- exclusividade: as informações devem ser restritas a um único conjunto, não podendo dar margem a outras classificações;
- concretidade: utilizar termos concretos, facilitando o entendimento e evitando-se distorções de idéias;
- homogeneidade: garantir, entre as categorias, elementos de mesma natureza com princípios integrados a partir de idéias semelhantes;
- objetividade e fidelidade: determinar, nitidamente, as variáveis e os elementos que influenciam a distribuição das informações em uma categoria fixada.

1.3.4 - Relação entre motivo de escolha de curso e variáveis de interesse

Foram relacionados os motivos de escolha de curso e as variáveis exploradas. Dentre elas estão: ano de publicação do material, as áreas dos cursos e a categoria administrativa das instituições em que os estudantes estão inseridos.

A - Motivos de escolha de curso e suas tendências temporais

A análise das tendências temporais dos motivos de escolha de curso foi realizada a partir da distribuição das categorias de motivo, entre os anos de 1990 a 2005, de acordo com o ano de publicação do material. A partir desta distribuição, buscou-se as possíveis tendências da presença de categorias de motivos associadas aos diferentes períodos temporais.

B- Motivos de escolha e curso/área

No estudo da relação entre motivos de escolha e curso/área buscou-se identificar tendências de associação entre as categorias de motivos de escolha de curso e as diferentes áreas do conhecimento, definidas de acordo com os critérios do CNPq.

A análise das tendências de associação foi feita a partir da frequência de ocorrência das categorias de motivos em relação a cada uma das áreas do conhecimento.

C- Motivos de escolha de curso e categoria administrativa das instituições em que os estudantes estão vinculados.

A análise das tendências de associação entre motivos de escolha de curso e natureza das instituições levou em conta a frequência de ocorrência das categorias de motivos de escolha de curso em relação às instituições públicas e privadas. Assim, a identificação de possíveis tendências entre associação de categorias de motivos e a natureza administrativa da instituição que o aluno frequenta.

1.4 - Procedimentos de análise da produção

O estudo da relação entre motivos de escolha de curso e as variáveis de interesse (ano de publicação, curso/área e categoria administrativa da instituição) foi realizado a partir de análise de frequência de ocorrência nas categorias de motivos em relação a cada uma das variáveis. Os dados foram analisados tentando identificar tendências de ocorrência das categorias de motivos de escolha.

A produção foi analisada a partir dos textos integrais de cada publicação. Com respeito às características gerais da produção e as dos estudantes/participantes dos estudos, a análise foi realizada a partir dos itens definidos na estrutura de análise, sobre os quais foram calculadas estatísticas descritivas básicas (frequência de ocorrência e percentuais).

RESULTADOS

Os resultados do estudo estão organizados da seguinte maneira: inicialmente são apresentadas as Características Gerais da Produção, seguidas das Características dos Sujeitos/participantes envolvidos nos estudos e, as Características do Conteúdo da Produção. Nas Características do Conteúdo da Produção apresentam-se os resultados relacionados com os motivos de escolha dos cursos de graduação e a relação com as variáveis elegidas para estudo.

Características Gerais da Produção

Nesta primeira etapa, que constitui as características gerais da produção serão apresentados os dados relativos aos aspectos formais do conjunto bibliográfico encontrado, incluindo quantidade, formato e ano das publicações, e as principais variáveis independentes priorizadas como foco de análise, das publicações encontradas.

É importante retomar que o material bibliográfico foi selecionado mediante alguns critérios direcionados pelos objetivos da pesquisa, o qual foi identificado por meio da leitura do título e resumo dos trabalhos.

1º - Os títulos deveriam indicar a escolha de curso de graduação como objeto de estudo dos trabalhos.

2º - As pesquisas deveriam trazer estudos com coleta de dados.

3º - Ter o estudante como fonte de informação.

4º - O ano das publicações deveria situar entre 1990 a 2005.

Recapitulando o descrito no capítulo sobre Método, dessas 59 referências (em Anexo), foi possível analisar 57. O texto de uma dissertação de 1998 não chegou no tempo previsto para análise. E, outra dissertação de 1990 ao ser analisada na íntegra, não correspondeu os objetivos e expectativas. Durante esse processo foram totalizadas 57 referências para a análise.

Distribuição temporal e formato de divulgação da produção selecionada

Em relação ao formato das publicações, apresentado na Tabela 1, aproximadamente 60,0% são publicações de trabalhos de pós-graduação, prioritariamente dissertações de mestrado

Tabela 1: Formato de divulgação da produção

Formato	N	%
Tese	6	10,5
Dissertação	27	47,3
Artigo de periódico	24	42,1
Total	57	100,0

A análise dos anos de publicações do material selecionado (Tabela 2) indica que na primeira metade do período estudado (1990-1997) estão alocados 21 (36,8%) dos trabalhos localizados, enquanto no segundo período (1998-2005) concentram-se 36 (63,3%). No entanto, cabe destacar os anos de 2000 e 2002, com 17 trabalhos (29,8%), em que há ocorrência de um número maior de dissertações e teses nesses dois anos, comparados aos demais. Entende-se que esta distribuição pode, em parte, ser explicada pela maior disponibilidade de material digitalizado na última década e, portanto, acessível pela internet.

Tabela 2: Distribuição anual da produção selecionada por formato de divulgação

Ano	Teses		Dissertações		Art. Periódicos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1990	-	-	1	3,5	-	-	1	3,5
1991	1	1,7	-	-	-	-	1	1,7
1992	1	1,7	2	3,5	-	-	3	5,2
1993	-	-	1	1,7	-	-	1	1,7
1994	1	1,7	-	-	-	-	1	1,7
1995	-	-	4	7,0	1	1,7	5	8,7
1996	-	-	2	3,5	3	5,2	5	8,7
1997	-	-	2	3,5	2	3,5	4	7,0
1998	-	-	1	-	-	-	1	1,7
1999	1	1,7	1	1,7	1	1,7	3	5,2
2000	2	3,5	2	3,5	4	7,0	8	14,0
2001	-	-	2	3,5	2	3,5	4	7,0
2002	-	-	4	7,0	5	8,7	9	15,7
2003	-	-	3	5,2	1	1,7	4	7,0
2004	-	-	1	1,7	2	3,5	3	5,2
2005	-	-	1	1,7	3	5,2	4	7,0
TOTAL	6	10,5	27	47,3	24	42,1	57	100,0

Como parte dos objetivos do trabalho envolve o estudo da relação entre motivos de escolha de curso e área do curso e natureza administrativa da instituição no qual o aluno está matriculado, foi necessário realizar uma primeira análise acerca do conteúdo das produções, no que diz respeito às variáveis que foram privilegiadas em cada uma delas, na sua relação com motivos de escolha de curso.

Os resultados mostram (Tabela 3) que as variáveis mais associadas aos motivos de escolha de curso são: categoria administrativa da instituição em que os participantes estiveram matriculados, curso ou área escolhido e gênero do estudante, das quais a área do curso foi uma condição identificável em 42,1% dos trabalhos e categoria administrativa em 24,5%, o que foi

considerado suficiente para o desenvolvimento das análises propostas nos objetivos deste trabalho.¹

Tabela 3: Variáveis privilegiadas nos estudos

Variáveis	TOTAL	
	N	% ^(*)
Categoria Administrativa	14	24,5
Área do curso	24	42,1
Gênero dos participantes	8	14,0
Outras variáveis	4	7,0
Não identificadas	17	29,8

(*) porcentagem calculada em relação ao total de trabalhos (n=57)

Características dos Sujeitos/Participantes

Em relação às características dos sujeitos/participantes envolvidos nos estudos, pode ser constatado por meio da Tabela 4, que quanto à natureza administrativa das instituições em que os estudantes estão matriculados, uma porcentagem significativa pertence a instituições públicas (45,6 %). Existe uma diferença de 12 estudos (21%) entre os estudantes pertencentes às instituições públicas e estudantes de instituições privadas.

¹ Neste conjunto de dados e nas tabelas posteriores, o somatório do número poderá ser superior ao número de trabalhos, uma vez que num mesmo trabalho é possível a ocorrência de duas ou mais categorias da variável em análise.

Tabela 4: Natureza administrativa das instituições dos estudantes envolvidos nos estudos.

Categorias Administrativas	Nº	%^(*)
Pública	26	45,6
Privada	14	24,5
Pública e Privada	17	29,8
Não Identificada	5	8,7

(*) porcentagem calculada em relação ao total de trabalhos (n=57)

Quanto aos cursos em que os estudantes estão matriculados, observa-se a partir da Tabela 5, a ocorrência de nove grupos, nos quais as frequências de estudos variam de 1 a 25. Dentre os cursos de graduação estudados no conjunto de referências estes podem ser alocados em duas áreas: área de Ciências Médicas e da Saúde, no qual os cursos de Enfermagem, Odontologia e Medicina estão inseridos, e a área de Ciências Humanas no qual os cursos de Direito, Administração e Psicologia. Em função desse resultado, serão essas as duas áreas de conhecimento incluídas nas análises. Destaca-se deste conjunto de dados a observação de que o estudante do ensino médio aparece como sujeito/participante dos estudos em frequência muito similar à dos alunos de ensino superior.

Tabela 5: Cursos que os estudantes das pesquisas estão vinculados.

Cursos	Total	
	N	%^(*)
Ensino médio	24	42,1
Administração	3	5,2
Direito	1	1,7
Psicologia	10	17,5
Medicina	5	8,7
Odontologia	5	8,7
Enfermagem	3	5,2
Cursos superiores	6	10,5
Ensino médio e superior	2	3,5
Não identificado	1	1,7

(*) Porcentagem calculada em 57 trabalhos

Observa-se, no material analisado, a presença de seis cursos de graduação, dentre os quais três: Psicologia, Medicina e Odontologia, são mais referenciados do que os outros e, em especial, o de Psicologia. No conjunto das publicações seis trabalhos foram categorizados em Cursos superiores, nos quais não foi possível identificar os cursos pesquisados ou não foram discriminados os dados para cada curso analisado. Outros dois tiveram a preocupação em analisar o Ensino Médio e os Cursos de Graduação, mas também não trouxeram os resultados por grupo.

Características do Conteúdo da Produção

Em continuidade às análises dos resultados, serão trabalhadas no presente tópico, as características do conteúdo da produção. Sendo parte central do trabalho, este item vem explorar e apresentar os resultados relacionados aos motivos e fatores associados ao direcionamento do curso de graduação. Para isto, numa primeira etapa, serão apresentados os vários motivos de escolha conforme apontados nas referências analisadas, seguidas por sua categorização com o objetivo de sistematizar o conjunto de termos utilizados pelos pesquisadores. Após definir as categorias, a preocupação se volta para a análise entre os motivos e as variáveis exploradas: ano de publicação, área do conhecimento e categoria administrativa das instituições às quais os estudantes estão vinculados.

Motivos de Escolha de Curso

Na identificação dos motivos de escolha de curso apontados nas publicações selecionadas foi realizada uma leitura individual de cada trabalho na íntegra. O capítulo de Resultados de cada pesquisa foi o foco central para a descrição dos motivos de escolha de curso.

Em cada trabalho foi possível registrar de um a dez motivos de escolha. Nessas condições, entre as 57 referências analisadas, 80 motivos foram identificados.

Após ler e registrar as informações centrais das referências selecionadas organizou-se os motivos encontrados em ordem alfabética, para posterior construção dos grupos categóricos. A

formação desses grupos se fez necessária para a organização sistematizada dos motivos e possibilitar análise posterior.

Os motivos encontrados estão apresentados, na Tabela 6, em sua forma original, conforme apontados pelos pesquisadores – autores das publicações. Também são elencados os trabalhos nos quais foi identificado cada um dos termos.

Tabela 6: Motivos de escolha do curso de graduação

	Motivos	Nº	Referências: D, T e P*
1	Altruísmo	10	D(5) P(5) P(7) P(11) P(13) P(15) P(21) D(28) P(23)D(29)
2	Ampliação do campo profissional existente	2	D(4) P(13)
3	Aplicar técnicas que trabalham com a mente das pessoas	1	D(7)
4	Após fazer Psicoterapia	1	D(7)
5	Aptidão	5	D(1) P(7) T(6) D(20) D(23)
6	Aspectos institucionais	2	D(3) D(23)
7	Atender ao próximo	3	D(4) D(7) P(7)
8	Autonomia	1	D(24)
9	Auxílio a si próprio	1	D(4)
10	Busca de competência e contatos interpessoais	2	P(13) P(21)
11	Busca de novos conhecimentos	4	T(2) P(11) D(29) P(23)
12	Capacidades físicas e corporais	1	T(1)
13	Características intrínsecas	1	D(11)
14	Compreensão de sua existência	1	T(4)
15	Concorrência do curso	1	P(9)
16	Conhecer a si mesmo	3	D(7) D(26) D(28)
17	Conhecimentos anteriores sobre a área	7	T(3) D(6) D(7) T(4)P(14)D(27)P(20)
18	Considerado importante e útil	1	D(28)
19	Crescimento pessoal	1	P(13)
20	Curiosidade científica e intelectual	2	P(13) P(19)
21	Escolha livre	1	T(6)
22	Espírito de imitação	1	P(19)
23	Estabilidade	1	D(13)
24	Expressão das características individuais, habilidades e gostos	1	D(19)
25	Facilidade de aprovação em concursos	1	D(7)
26	Facilidade em obter emprego	2	D(20) D(21)
27	Facilidades que a opção proporciona	1	T(3)

28	Faculdade ser pública	1	P(4)
29	Fatores afetivos	1	T(4)
30	Fatores cognitivos	1	T(4)
31	Fatores políticos	1	T(5)
32	Fatores psicológicos	1	P(1)
33	Fatores sócio - políticos e culturais	1	P(1)
34	Fatores sócio - culturais	1	D(8)
35	Gosto pela profissão	2	P(14) P(24)
36	Ideal filantrópico	1	P (19)
37	Identificação com a profissão	3	P(3) D(20) P(16)
38	Identificação, admiração e respeito de profissionais da área.	3	P(4) P(3) D(18)
39	Imaturidade no momento da escolha	1	D(12)
40	Impossibilidade de fazer o curso de preferência	1	P(21)
41	Informações gerais levantadas sobre a profissão em revistas, livros, etc.	3	D(20) P(19) D(27)
42	Informações levantadas sobre a profissão	2	P(9) D(27)
43	Interesse pela área e curso	10	D(3) T(3) D(7) P(4) P7 P(11) D(18) T(6) P(13)D(20)
44	Interesses e realização pessoal	8	D(1) D(23) D(20) P(21) P(24) D(29) D(21)P(13)
45	Livro de Psicologia	1	D(7)
46	Maturidade vocacional	1	D(24)
47	Meios de comunicação	4	T(6) P(13) D(21) D(27)
48	Mercado de trabalho	13	T(1)T(2) D(9)P(4)D(11)P(7)P(11)T(6) D(19)P(18) D(23) P(14) D(26)
49	Modelos narcísicos	1	P(15)
50	Momento histórico	1	D(8)
51	Motivações humanitárias	1	D(10)
52	Motivos extrínsecos a profissão	1	P(6)
53	Motivos voltados para a profissão	1	P(6)
54	Motivos voltados para o outro	1	P(6)
55	Motivos voltados para si	1	P(6)
56	Necessidade de obter resultados rápidos	1	T(1)
57	Necessidades de utilizar sensibilidade	1	D(28)
58	Nobreza da profissão	1	P(19)
59	Opção por profissão genérica	1	D(19)
60	Perfil profissional	1	P(23)
61	Prestígio e status	10	T(1) D(7) D(10) D(12) P (9) D(17) P(8) P(12)P(15) D(24)
62	Profissão liberal	4	D(4) P(4) P(18) P(16)
63	Realização e retorno financeiro	12	D(5) P(4) D(11)P(5) P(9)

		T(6) D(20) P(15) D(23) P(21) P (24) P(19)
64	Realização profissional	6 T (1) T(2)P(10)P(16)P(19) P(15)
65	Reconhecimento profissional	1 D(12)
66	Relaciona ao cuidado e a prevenção de doenças	1 P(7)
67	Relacionamento humano	6 D(4) T(3) D(7) P(5) D(18) P(23)
68	Relacionamento social	1 D(4)
69	Segurança profissional	1 D(13)
70	Sexismo	1 T(5)
71	Sobrevivência	1 D(6)
72	Valor nacional da profissão	1 T(1)
73	Valores e relacionamentos sociais	5 D(16) D(17) D(18) T(5) D(16)
74	Valores econômicos	8 T(1) D(9) D(13) D(18) P(23) T(5) P(8) P(15)
75	Valores educacionais	7 D(3) D(9) D(12) D(19) D(22) D(24) D(27)
76	Valores familiares e pares	35 P(24) P(23) P(22) D(29) D(27) D(26) D(25) P (1) D(1) T(1) D(3) D(5) D(6) D(7) D(9) D(8)P(3) P (2) D(11) D(12) D(13) D(15) D(16) P(9)D(17) T(5) P(17) D(20) D(19) P(18) D(21) D(22) D(23) P(14) D(20)
77	Valores pessoais	15 D(1) T(2) D(3) D(5) D(6) D(9)D(11) D(10) D(12) D (13) D(16) P (10) D(17) T(6)
78	Valores sócio-econômicos	4 T(1) D(3) D(11) T(4)
79	Vestibular	1 D(20)
80	Vocação	4 P(5) T(6) P(18)D(23)

* D para Dissertação; T para Tese; P para Periódico. Os números entre parênteses seguem a ordem da lista do material selecionado, conforme apresentado em anexo.

A Tabela 6 nos mostra um conjunto bastante extenso e diversificado de termos utilizados pelos autores, de condições ou fatores associados à escolha do curso de graduação.

Foram identificados 80 termos diferentes usados para descrever os motivos de escolha de curso e muitos desses termos foram apontados várias vezes em diferentes trabalhos. Verifica-se que dentre eles, 32 termos foram encontrados em mais de um trabalho, variando entre duas até 35

pesquisas, como é o caso do termo valores familiares e pares. Por outro lado, 48 termos foram apontados em uma única pesquisa. Ou seja, foi um registro único do termo, dentre as referências selecionadas.

Categorias dos Motivos de Escolha

A análise do conteúdo dos termos utilizados possibilitou a identificação e aproximações entre eles, o que permitiu a criação de novos grupos, que serão descritos a partir da organização de categorias com o propósito de simplificar o conjunto de informações e possibilitar as análises posteriores.

Para o agrupamento dos termos de motivos de escolha em categorias, foi analisado o conteúdo do termo e, a partir de então, foi identificado o núcleo temático de cada motivo, o que possibilitou o agrupamento dos 80 termos destacados.

Conforme se pode verificar no Quadro 1, foi possível a identificação de sete grupos categóricos compostos, cada um deles, por um número bastante distintos de termos.

Os grupos categóricos organizados foram os relacionados aos motivos voltados para: o estudante, ao mercado de trabalho, ao outro, à profissão, à família e às outras pessoas, ao curso e à área do conhecimento e ao processo educacional.

No Quadro 1, pode ser encontrado o conjunto de termos descritores em relação aos motivos alocados em cada uma das categorias.

Quadro 1: Categorização dos motivos de escolha de curso de graduação

Nº da categoria	Nome da categoria	Motivos de escolha
1	Motivos voltados ao estudante	Aptidão Autonomia Auxílio a si próprio Aplicação de técnicas que trabalham com a mente humana Busca de competência e contatos interpessoais Busca de conhecimentos Características intrínsecas Capacidades físicas e corporais Compreensão de sua existência Conhecer a si mesmo Curiosidade científica e intelectual

		<p>Crescimento pessoal Escolha livre Expressão das características individuais Fatores afetivos Fatores cognitivos Fatores psicológicos Fatores sócio – políticos – culturais Gosto pela profissão Habilidades e gostos Identificação com a profissão Imaturidade no momento da escolha Interesse pessoal Interesse pela área ou curso Maturidade vocacional Modelos narcísicos, Momento histórico Motivos voltados para si Realização pessoal Realização profissional Sexismo Sobrevivência Valores pessoais Vocação</p>
2	Motivos voltados ao Mercado de trabalho	<p>Ampliação do campo profissional existente Estabilidade Facilidade de aprovação em concurso Facilidade em obter emprego Mercado de trabalho Necessidade de obter resultados rápidos Segurança profissional Valores econômicos (salário)</p>
3	Motivos voltados ao outro	<p>Altruísmo Atender ao próximo Considerar-se importante e útil Ideal filantrópico Motivações humanitárias Motivos voltados para o outro Relacionado ao cuidado e prevenção de doenças Relacionamento humano Relacionamento social Valores e relacionamentos sociais</p>
4	Motivos voltados para a profissão	<p>Prestígio e status Valor nacional da profissão Nobreza da profissão Motivos voltados para a profissão Meios de comunicação Informações gerais sobre a profissão Informações levantadas sobre a profissão Perfil profissional Profissão genérica Profissão liberal Reconhecimento profissional Retorno financeiro da profissão</p>
5	Motivos voltados aos familiares e às outras pessoas	<p>Espírito de imitação Identificação, admiração e respeito aos profissionais da área</p>

		Valores familiares e pares
6	Motivos voltados para a área de conhecimento e/ou curso	Concorrência do curso Conhecimentos anteriores sobre a área Facilidades que a opção proporciona Impossibilidade de fazer o curso de preferência Após fazer Psicoterapia Livro de Psicologia
7	Motivos voltados para o processo educacional	Aspectos institucionais Universidade ser pública Valores educacionais Vestibular

A seguir, são descritas as categorias de motivos de escolha de curso identificadas. Para aprofundamento de sua descrição buscou-se nas publicações analisadas, trechos que auxiliassem quanto ao entendimento das idéias e conceitos envolvidos em cada categoria.

Na **categoria 1 – Motivos voltados ao estudante** estão incluídos os fatores relacionados às questões intrínsecas ao sujeito. Neste estudo, os estudantes são os autores da escolha do curso. Portanto, os termos de motivos agrupados nesta categoria referem-se aos fatores associados às características individuais, interesses pessoais, valores incorporados, aptidões identificadas e habilidades desenvolvidas.

Compreende-se que os termos descritores classificados nessa categoria de motivos se relacionam às referências pessoais dos estudantes, as quais buscam atender às necessidades desse indivíduo, tanto nos aspectos específicos como nos gerais.

Yamamoto et al. (1997) esclarecem que os “*motivos voltados para si*” podem ser subdivididos em “características pessoais, desenvolvimento pessoal, satisfação pessoal ou profissional e solução de problemas (próprios)” (p23).

Os aspectos individuais recebem a influência de inúmeros valores que são transmitidos nos contatos pessoais, escolares, sociais e familiares. Destri (1996) expõe que esses fatores se “caracterizam, em sua maioria, por constructos que visam elucidar os aspectos subjacentes a tomada de decisão de carreira do adolescente” (p.39).

Por isso considera-se que *os fatores psicológicos* associados aos determinantes internos do indivíduo também fazem parte dessa categoria por estarem relacionados à personalidade do indivíduo (BOCK, 2001). Soares (1987) mencionada por Luz Filho (2000) esclarece que os fatores psicológicos envolvem “os interesses, motivações e habilidades pessoais, a compreensão

e conscientização dos fatores determinantes versus a desinformação à qual o indivíduo está submetido” (p. 37).

Nesse sentido, como condição, o *conhecimento de si mesmo* é um processo que ocorre durante um período extenso da vida e não em um momento determinado. Filomento & Regis (2001) mencionados por Maran (2004), afirmam que “escolher o que se quer ser no futuro implica em reconhecer o que fomos, que influências sofremos desde a mais tenra idade, que fatos foram marcantes em nossa vida até o momento e qual será a expectativa *de vida*” (p.14). Segundo Maran (2004), entende-se que conhecer a si mesmo implica num “processo comparativo entre as características que o indivíduo supõe ter e aquelas que supõe serem necessárias para o exercício de determinada profissão” (p.14).

Silva (1990), explica que “o indivíduo dotado de um desejo que anseia ver materializado no futuro, se vê diante do mundo do trabalho, que lhe surge como campo de possibilidades. É um momento de ruptura socialmente determinado que exija um posicionamento do indivíduo”. Essa condição remete o transparecer dos valores pessoais (p.2).

Stumpf (1992) esclarece que os *valores pessoais* estão relacionados às satisfações e às frustrações que o sujeito é submetido em sua trajetória de vida. Então, esses valores vão sendo construídos e, simultaneamente, concretizando o conceito de si mesmo que contribuirão na escolha profissional e, conseqüentemente, no papel profissional.

Também, Destri (1996) diz que nos aspectos individuais, assim como nos *valores pessoais* estão incluídos um conjunto de motivos os quais determinam o papel individual e que influenciam no processo de escolha, tais como: “os valores, o papel do orientador educacional, o desempenho escolar, o contexto sócio - histórico, a questão financeira, a maturidade de carreira, os constructos cognitivos, o constructo de congruência, a auto - eficácia, o constructo de tomada de decisão de carreira, a identidade vocacional” (p.39-40).

Bohoslawsky (1987) apontado por Freire (1997), diz que “a identidade profissional desenvolve-se a partir da identidade pessoal e das relações do adolescente com outras pessoas, sendo assim influenciada pelas expectativas do próprio jovem frente ao seu ideal, interesse e possibilidade” constituindo seus valores pessoais (p.24-5).

Ainda, Pompermayer (1999) comenta que “o processo pelo qual todo sujeito tem de passar para sua subjetivação inclui encontrar uma forma, singular, de unificar a variedade de

referências que o constituem”, a partir de então reconhecendo seus valores pessoais que ajudarão na formação de sua identidade (p.86).

Dessa forma, é importante considerar que alguns indivíduos se tornam agentes de sua própria formação, no qual a busca de conhecimentos é uma preocupação que prevalece em alguns cursos de graduação. Garcia apud Ferreira et al (2000), considera que a busca de conhecimentos vai além do processo de ensino estabelecido entre professor e aluno. As relações sociais promovidas, as atividades desempenhadas neste contexto são importantes e faz parte do currículo e conteúdo oculto da educação.

Por fim, Lemos (2000) estabelece que os valores pessoais, assim como a formação da identidade, constituem um momento de “síntese de evolução, em que as identificações perdem seu caráter defensivo, mimético e adquirem um novo significado ao serem incorporadas ao ego, tornando-se parte da personalidade do indivíduo” (p.3).

Na **categoria 2 – Motivos voltados ao mercado de trabalho**, os termos associados estão relacionados às condições e aos fatores que implicam na dinâmica e perspectiva do mercado de trabalho.

Então, o núcleo central dessa categoria volta seu foco central para o mercado de trabalho, no qual incluem-se um conjunto de termos de motivos voltados para este campo que influenciam no momento da escolha.

Segundo Magalhães (1995), o mercado de trabalho *está* “associado à rentabilidade e à estabilidade financeira. A perspectiva de um mercado de trabalho mais ou menos promissor condiciona a opção dos sujeitos a ponto de determinar a renúncia de uma alternativa que, supostamente, não ofereça oportunidades seguras de inserção laboral”(p.53).

De acordo com a categorização de Bock (2001), o *mercado de trabalho* é um dos empecilhos para a realização da escolha. “Não ter futuro ou mercado ruim é condição de afastamento de profissões que a princípio interessariam aos sujeitos” (p.91).

Soares (1987) citada por Luz Filho (2000), estabelece uma relação entre o mercado de trabalho e *a* “à falta de oportunidade, de planejamento econômico, a queda do poder aquisitivo da classe média e todas as conseqüências do sistema capitalista” (p.37).

Ainda, Araújo (1999) ressalta que o mercado de trabalho está associado aos aspectos: “facilidade de emprego, mercado em alta, necessidade para concurso, obter promoção no

emprego” (p.107). Além disso, os economistas clássicos Smith, Senyor e Mill (1937) reportados por Destri (1996), relatam que “o indivíduo tem completa liberdade de escolha, escolhendo as ocupações as quais julga que lhe trarão maiores benefícios, ou seja, aquelas que lhe oferecerão melhores salários” (p.16).

Compreende-se, diante disso, que o processo econômico, a ampliação do campo profissional e outras diversas condições ligadas ao mercado de trabalho interferem nas escolhas de curso - direta ou indiretamente- exigindo dos estudantes ampliação das informações para garantir seu espaço com consciência e sabedoria.

Na **categoria 3- motivos voltados para o outro** foram envolvidos os termos que trazem uma preocupação voltada para o bem – estar do outro, do próximo.

Yamamoto et al. (1997), em sua pesquisa, descreve a categoria “motivos voltados para o outro”, envolvendo a “busca de conhecimento do ser humano, gostar ou valorizar o ser humano, interagir com o ser humano e ajudar ao ser humano” (p.23).

Nesta categoria predomina o fator *altruísmo* que, segundo Korbes (1992), envolve o interesse assistencial combinando à realização do valor de ajuda ao próximo. Nessa perspectiva a autora expõe que o termo *altruísmo* está associado “a preocupação com o ser humano, a busca de relacionamento, de conhecimento e de ajuda ao outro, como fator denominante” (p.156).

Percebe-se em linhas gerais, que o núcleo dos termos, alocados nessa categoria, tem como foco central os indivíduos próximos às atividades profissionais. , neste núcleo existe um olhar direcionado para o melhor atendimento e um relacionamento harmonioso.

A **categoria 4- Motivos ligados à profissão** encontram-se os termos que envolvem aspectos relacionados à profissão que se pretende exercer futuramente, por meio da formação adquirida no curso de graduação.

Nesta, o foco central dos termos associados aos motivos de escolha estão direcionados ao campo profissional. Os motivos indicados nesta categoria têm como núcleo referencial as características da profissão que se pretende exercer.

Yamamoto et al (1997), esclarecem em sua categoria ‘*motivos voltados para a profissão*’ a inclusão dos seguintes fatores: “interesse na prática profissional, condições do exercício profissional e compatibilizar formação e exercício profissional” (p.23).

Segundo Andrade (1991) é instituído histórico – sócio – econômico – culturalmente, ao longo dos anos, alguns *valores nacionais da profissão*, por meio do status, prestígio, poder, reconhecimento que a profissão proporciona aos indivíduos que a exerce. Dessa maneira, o termo, *nobreza da profissão*, apontado por alguns estudantes envolvidos nos estudos analisados, possui uma correlação com a expressão acima, no qual certos privilégios fazem algumas profissões se destacarem dentre as outras seja pela questão financeira, seja pelas condições de trabalho, tornando-se mais valorizadas e prestigiadas.

A **categoria 5 – Motivos ligados à família e às outras pessoas** centralizam os aspectos relacionados às manifestações expressas pela família e pelos pares no período que antecede a escolha profissional. Então, faz parte deste conjunto os termos valores familiares e pares, *identificação, admiração e respeito de profissional manifestada pela família, espírito de imitação*.

Soares (1987) citada por Luz Filho (2000), conceitua a categoria família “como parte importante no processo de inculcação da ideologia vigente. A busca da realização das expectativas familiares em detrimento aos interesses pessoais influencia na decisão e na fabricação de papéis determinados” (p.37). Diante disso, Luz Filho (2000) define em sua categoria influência familiar como “a ação exercida pela família sobre o estudante no processo de escolha do curso de graduação” (p.93).

Destri (1996) relata que a “família enquanto sistema comporta estratégias de apoio nas suas relações, tanto quanto executa tarefas que fracassam em fornecer aos seus membros uma rede de apoio apropriada na consecução de seus padrões interativos” (p.54). Assim, esclarece que os sistemas de apoio externos à família, isto é, amigos, parentes, escola, colega de trabalho, contribuem para o crescimento mais dinâmico do sistema familiar.

A **categoria 6 – Motivos voltados para a área de conhecimento e/ou curso** envolve os fatores que estão associados diretamente aos aspectos do curso ou da área de conhecimento em que o curso está inserido. Aqui estão os termos de motivos que justificam a escolha por determinadas áreas. Alguns desses termos são facilitadores do processo de escolha, por exemplo, conhecimentos anteriores sobre a área. E outros, se destacam pelas dificuldades encontradas durante o percurso, como a concorrência do curso.

Alchieri e Charczuk (2002) declaram que um dos motivos para a escolha do curso são os *conhecimentos e a experiência anterior* na área. Entretanto, Magalhães, Lassance e Gomes (1998) apud Alchieri e Charczuk (2002), falam que o desenvolvimento profissional se caracteriza por comportamentos exploratórios que compreendem uma gama de fatores responsáveis pela busca de informação: “orientação motivacional intrínseca, desenvolvimento da personalidade e estratégias racionais para a tomada de decisão” (p.9).

Segundo Traverso –Yepez e Morais (2004), muitos alunos desistem do curso de sua preferência e fazem outras opções em função de fatores associados aos processos relacionados ao curso. Essa realidade pode ser verificada no depoimento de um estudante pesquisado por esses autores: ‘o vestibular que é errado e não deixa que eu faça Medicina, pois tenho certeza que tenho capacidade. Mas “odonto” não é ruim. Espero ter todos os benefícios de um médico, embora seja bem difícil (estudante de odontologia-2º período)’ (p.328).

No estudo de Spíndola e Moreira (1999), também se destaca o depoimento de um estudante que transparece nitidamente essa realidade... ‘Bom, a princípio, minha primeira opção foi por medicina. A enfermagem surgiu para mim como opção quando esbarrei com as dificuldades de se passar num vestibular tão concorrido quanto que é de medicina. Sempre tive uma forte tendência à área de saúde (D₆)’ (p.31).

A **categoria 7- Motivos voltados para o processo educacional** encontram-se as diversas situações vivenciadas no ensino brasileiro e as dificuldades que o estudante encontra no processo ensino – aprendizagem.

Soares (1987) apud Bock (2001) define que, “os fatores educacionais compreendem aqueles referentes ao sistema de ensino brasileiro, à crise pela qual tem passado a educação, à necessidade e os prejuízos do vestibular e a questão da universidade de uma forma geral” (p.37).

Assim também, Silva (2003), comenta em sua análise que a escola possui uma grande responsabilidade quanto ao projeto profissional de seus alunos. E destaca algumas diferenças cruciais entre as escolas públicas e privadas. Na escola privada os estudantes acreditam que terão aprovação no vestibular atribuindo confiança à instituição em que estudam. Esses alunos acreditam em si, na instituição, a escola é o diferencial. Ao contrário, acontece nas escolas públicas, onde os sujeitos não possuem tanta confiança de ingresso à universidade e acreditam que o motivo para ingresso está no esforço pessoal e não atribuem créditos à escola.

Diante disso, entende-se que os currículos escolares possuem outras preocupações, embora a escolha de curso e profissão seja uma preocupação dos jovens. Essa temática envolve discussões esporádicas, nas quais são realizadas palestras e reuniões superficiais para a discussão das questões envolvendo o processo da escolha profissional.

Nas instituições privadas, percebe-se a preocupação com a existência de alguns projetos pedagógicos e educacionais, na busca de fornecer informações mais consistentes aos alunos que vão participar do processo seletivo das instituições superiores. Nas instituições públicas, essa preocupação é menos evidente no dia-a-dia escolar cujos encontros e palestras são mínimos para esclarecimentos em torno da temática escolha profissional, diante de tantos outros assuntos considerados “mais importantes e urgentes”.

Dentro dos aspectos educacionais deve-se salientar a questão dos processos seletivos, haja visto que o acesso aos cursos superiores no Brasil ocorre através deste processo, vestibular, e esse atua como um mediador importante na determinação da opção por carreira.

Silva (1990) aponta em seu estudo que “os indivíduos das classes baixas que se manifestaram em relação ao vestibular não alimentam esperanças de entrar nas faculdades públicas, direcionando suas expectativas para as faculdades particulares (quando não desistem da faculdade)” (p.194).

No entanto, sabe-se que existem diferenças entre as instituições, na qual cada uma tem sua filosofia de ensino, sua ética e seu currículo oculto de formação. Nesse processo educacional, Ramos e Lima (1996), dizem que “as escolas da rede pública e privada assumem posições diferentes diante da escolha profissional. Enquanto a escola pública não atribui maior relevância a essa questão a escola privada, segundo depoimentos dos seus orientadores e psicólogos escolares, incentiva os alunos do segundo grau a pensarem na profissão” (p.200).

A Ocorrência dos Grupos Categóricos

Apresenta-se a seguir a frequência e porcentagens em que as diferentes categorias de motivos foram identificadas no conjunto de trabalhos.

As categorias presentes em cada trabalho foram computadas apenas uma vez para cada trabalho, ou seja, mesmo que fosse encontrado dois ou mais termos correspondentes à determinada categoria, o registro foi único daquela categoria. Não houve repetição da categoria num mesmo trabalho. Então, o objetivo foi constatar se a categoria estava presente ou ausente nos resultados de cada pesquisa e não verificar a quantidade de vezes que os termos do grupo categórico se repetiam no trabalho.

Apresenta-se na Tabela 7, as categorias com suas respectivas frequências e porcentagens calculadas a partir do total de trabalhos. Numa análise geral dos percentuais de ocorrência indica que os vários grupos de motivos têm uma presença bastante diferenciada no conjunto de trabalhos analisados.

Tabela 7: Frequência das categorias de motivos de escolha de curso

Grupos Categóricos		Frequência	% (*)
1	Motivos voltados ao estudante	47	82,4
2	Motivos voltados ao Mercado de Trabalho	31	54,3
3	Motivos voltados ao outro	18	31,5
4	Motivos voltados à profissão	36	63,1
5	Motivos voltados aos Familiares e às outras pessoas	32	56,1
6	Motivos voltados à área de conhecimento e/ou curso	20	35,0
7	Motivos voltados ao processo educacional	15	26,3

(*) Porcentagem calculada sobre o total de 57 trabalhos

Verifica-se que os principais motivos de escolha de curso, entre os estudantes do ensino médio e das áreas de Ciências Humanas e das Ciências Médicas e da Saúde, estão voltados para as características internas e individuais do estudante, que constitui a categoria 1 (motivos voltados ao estudantes), conforme mostra os dados da Tabela 7.

Esta categoria de motivos destaca-se no total não só por estar presente em cerca de 80% dos trabalhos, mas também por distanciar-se nitidamente da frequência das outras categorias. Em virtude do que foi apresentado pode-se dizer que os demais seis grupos de motivos organizam, em termos de frequência em dois outros blocos. Vê-se que “motivos voltados à profissão, ao mercado de trabalho e aos familiares” formam um segundo bloco de motivos, destacando-se entre eles os “motivos voltados para a profissão presente em 63% dos trabalhos. Um terceiro bloco é constituído pelas categorias de motivo que estão presentes em cerca de 1/3 dos trabalhos, incluindo aqui os “motivos voltados para a área do conhecimento e/ou curso, ao outro e os voltados para o processo educacional”, sendo este último o menos frequente nas publicações analisadas.

Relação entre Motivo de Escolha de Curso e Variáveis de Interesse

No conjunto de resultados que aqui será explorado, o objetivo volta-se para a análise da associação entre as categorias de motivos de escolha e as variáveis de interesse. Assim, busca-se ao longo deste tópico estabelecer uma relação entre as categorias de motivos e os anos de publicação, as áreas dos cursos e a natureza administrativa das instituições em que os estudantes estão vinculados.

A- Motivos de Escolha de Curso e suas Tendências Temporais

Para analisar as tendências temporais em relação aos diferentes motivos de escolha do curso foi preciso identificar os respectivos termos registrados em cada trabalho de acordo com o ano de publicação e classificá-los dentro dos grupos categóricos.

Após classificar cada termo de motivo dentro das categorias, partiu-se para o agrupamento das categorias identificadas por ano pesquisado. Essa análise foi necessária à medida que aponta a presença dos grupos categóricos dentro dos anos privilegiados para pesquisa.

No Quadro 2 apresenta-se os grupos categóricos presentes no conjunto de trabalhos, ao longo do período de 16 anos pesquisados. Observa-se que, para cada ano, foi computada apenas a presença ou a ausência daquele grupo categórico, independente do número de trabalhos que apareceram no ano.

Quadro 2: Categorias de motivos de escolha entre os anos 1990-2005

Categorias	1- estudante	2- mercado de trabalho	3- ao outro	4- profissão	5- família	6- curso	7- educação	TOTAL
Anos								
1990	X				X			2
1991	X	X	□X	X	X			4
1992	X	X	X	X	X	X	X	7
1993	X		X					2
1994	X		X			X		3
1995	X	X	X	X	X	X	X	7
1996	X	X	X	X	X	X	X	7
1997	X	X	X	X	X	X	X	7
1998					X			1
1999	X	X	X	X	X	X	X	7
2000	X	X	X	X	X	X	X	7
2001	X	X	X	X	X		X	6
2002	X	X	X	X	X	X		7
2003	X	X	X	X	X	X	X	7
2004	X	X	X	X		X		5
2005	X	X	X	X	X		X	6
TOTAL	15	12	13	12	13	10	10	85

Numa análise dos dados apresentados no Quadro 2, foi possível observar que a frequência em que foram identificados os sete grupos categóricos variou de 10 a 15. A categoria 1 – motivos voltados ao estudante foi o mais presente, identificada em trabalhos distribuídos em 15 anos diferentes. Em menor frequência, as categorias 6 e 7 (motivos voltados para o curso/área e processo educacional) localizadas em trabalhos publicados em 10 anos. Os demais grupos categóricos formam pequenos grupos com presença das categorias 3 e 5 (motivos voltados ao outro e à família) em 13 anos estudados, e as categorias 2 e 4 (motivos voltados ao mercado de trabalho e a profissão) esteve presente em 12 anos.

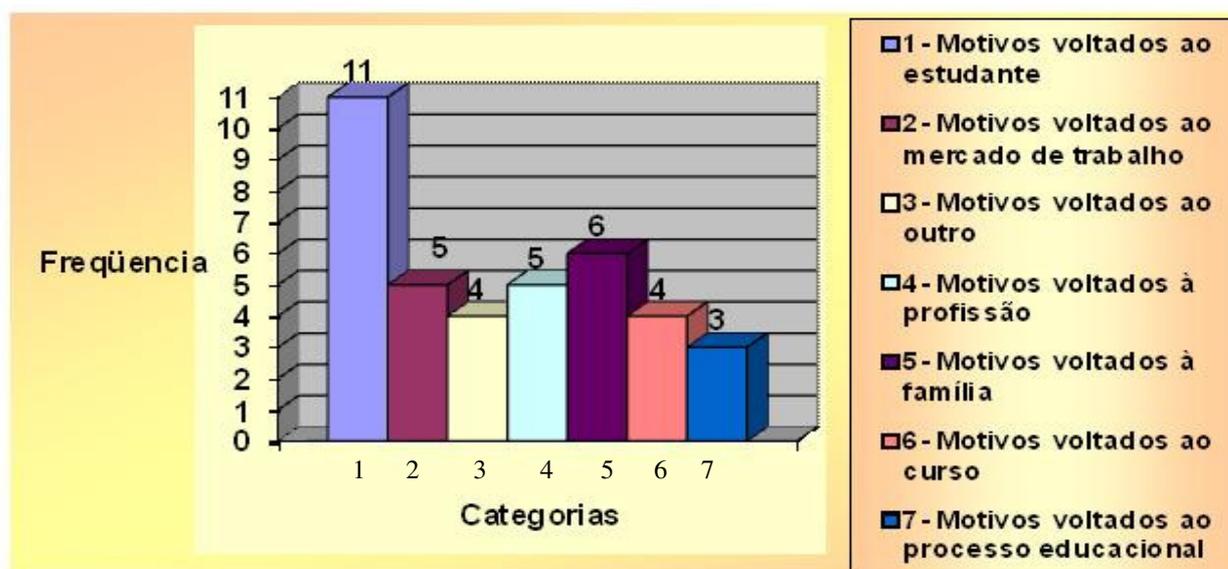
Constata-se que, dentro dos 16 anos analisados, em oito anos foi computada a presença dos sete grupos categóricos, nos outros oito anos há ausência de uma ou outra categoria.

Na busca de aprofundamento da análise das tendências temporais, passou-se ao estudo da frequência dos grupos categóricos a partir do agrupamento dos anos em três períodos. Já que são 16 anos em estudo, alocou-se no primeiro grupo os 6 anos (1990 a 1995) e os outros dois grupos com 5 anos cada (1996 a 2000) e (2001 a 2005).

Para computar a frequência das categorias em cada grupo temporal foi considerado o conjunto de trabalhos publicados em cada período. Em cada trabalho, as categorias de motivos indicadas foram contabilizadas uma única vez, mesmo quando na pesquisa analisada foram apontados dois ou mais termos pertencentes à mesma categoria.

Os resultados destes agrupamentos temporais estão presentes nas Figuras 1, 2 e 3.

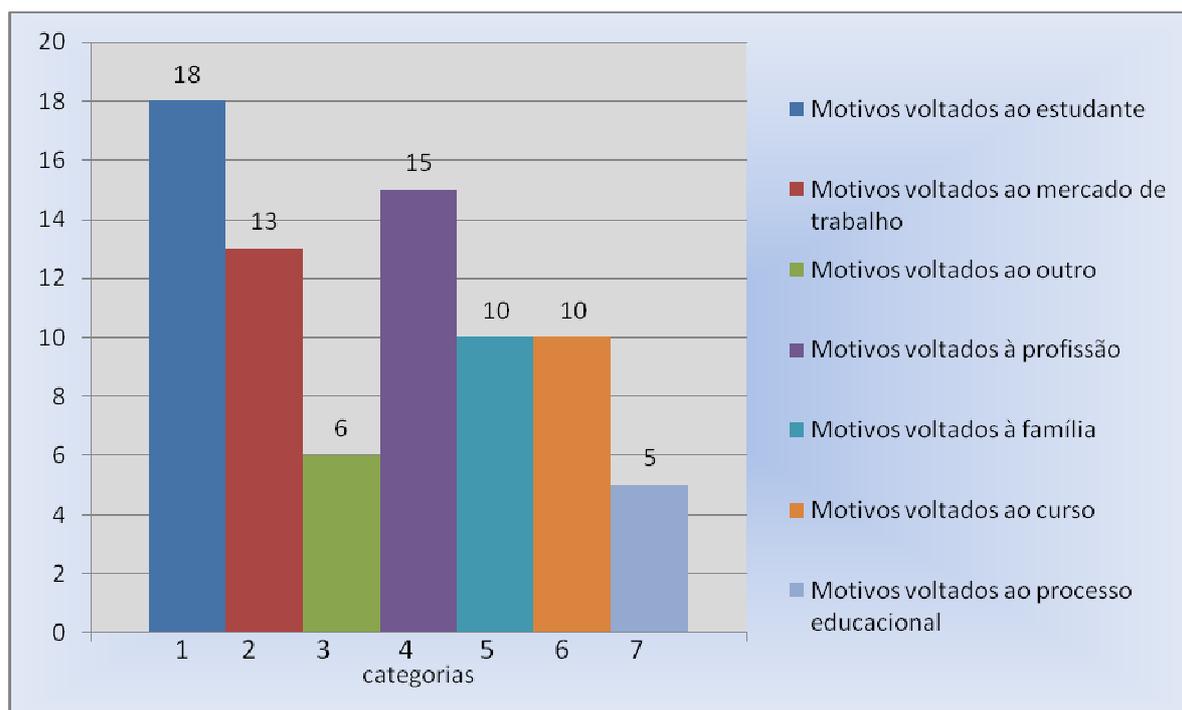
Figura 1 – Categorias de motivos entre os anos 1990 a 1995



Pode-se observar que entre os trabalhos do período de 1990 a 1995, sobressai a categoria dos motivos voltados para o estudante o qual aparece em, aproximadamente, o dobro de trabalhos comparados aos outros motivos. Deve-se notar que este motivo esteve presente em todos os 11 trabalhos do período. No bloco, formado pelas demais categorias pode-se, no entanto, destacar os motivos voltados à família e como, de menor frequência, os motivos voltados ao processo educacional.

No agrupamento temporal de 1996 a 2000, apesar de compreender um período de cinco anos, o que é inferior ao anterior, observa-se que o número de trabalhos selecionados é superior ao grupo temporal apresentado anteriormente, conforme é demonstrado na Figura 2.

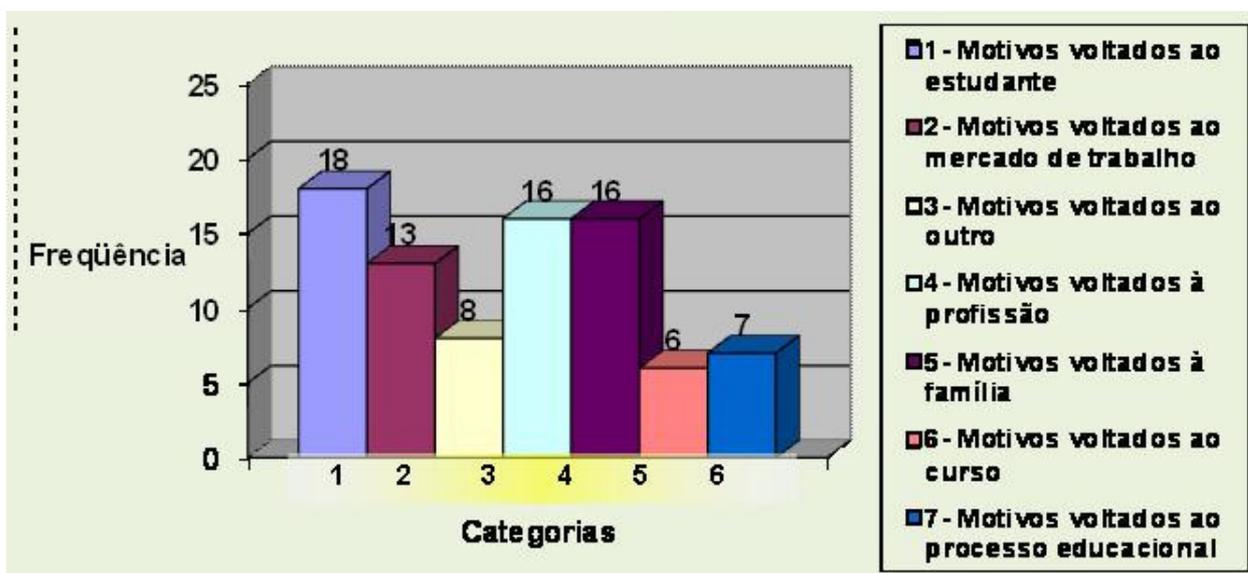
Figura 2 - Categorias de motivos entre os anos 1996 a 2000.



Observa-se que no agrupamento temporal de 1996 a 2000, a categoria 1 (Motivos voltados ao estudante), assim como ocorreu no primeiro agrupamento de 1990 a 1995, apresentou-se com frequência superior as demais categorias. Entretanto, a sua dominância não é tão acentuada. Isto ocorreu principalmente em função do aumento da presença de outros motivos dentre eles o aumento da frequência dos motivos voltados à profissão e dos motivos voltados ao mercado de trabalho. Pode-se também destacar que os motivos voltados à família que, no período anterior, tem a segunda maior frequência, neste período aparecem em quarto lugar, junto aos motivos voltados ao curso.

No último período estudado que compreendem os trabalhos publicados entre os anos de 2001 a 2005 foi possível observar novamente a prevalência de motivos voltados ao estudante, que, no entanto, têm sua posição proximamente semelhante a dois outros motivos, os motivos voltados para a profissão que já apresentavam presença destacável no período anterior e a categoria de motivos voltados à família que foi a categoria com maior aumento em relação ao período anterior.

Figura 3: Categorias de motivos entre os anos 2001 a 2005



Comparando-se os agrupamentos temporais analisados nas Figuras 1, 2 e 3 observa-se que todos os sete grupos categóricos estiveram presentes nos três períodos. No entanto, algumas categorias se destacaram com uma frequência superior em relação às outras, ocorrendo um movimento de reposicionamento entre algumas delas quando se considera todos os períodos.

Numa análise comparativa da distribuição das categorias, nos três agrupamentos estudados, pode-se dizer que os motivos voltados ao estudante destacam-se por sua prevalência sobre os demais. No entanto, ao longo do período estudado, os motivos voltados para a profissão vão ocupando espaço entre os determinantes da escolha de curso, acompanhado inicialmente de motivos voltados ao mercado de trabalho e mais recentemente de motivos voltados à família.

Os motivos voltados ao outro, ao curso e os voltados ao processo educacional mostram-se ao longo do período como os de menor atuação nas decisões de escolha de curso entre os estudantes envolvidos neste conjunto de estudos analisados.

B- Motivos de Escolha de Curso e Área do Conhecimento

Neste tópico, procura-se analisar a relação entre as categorias de motivos e as duas diferentes áreas do conhecimento dos cursos de graduação e ensino médio identificados no material bibliográfico selecionado.

Em função dos cursos identificados nos estudos, a presente análise incluirá as áreas de Ciências Humanas com dados dos Cursos de Administração, Direito e Psicologia; a área de Ciências da Saúde, na qual estão incluídos os cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia e o grupo de estudos em que os estudantes eram do ensino médio, no momento da coleta de dados. Os estudos, em que não foi possível identificar o curso de origem do estudante ou em que havia um conjunto de diversos cursos não foram incluídos, ficando a análise reduzida a um total de 50 publicações.

É importante ressaltar que o total de trabalhos analisados em cada área é diferente, o que contribui para a diferença dos resultados de uma categoria para outra. Na área Ciências Médicas e da Saúde foram analisados 12 trabalhos; na área Ciências Humanas 14 trabalhos e no ensino médio 24. Desta forma, será analisado o percentual de trabalhos em cada uma das categorias de motivo, calculados a partir do total de trabalhos de cada área.

Tabela 8: Motivos de escolha de curso e áreas do conhecimento dos cursos

Categorias	Áreas do Conhecimento		Ciências		Ensino	
	Médicas e da Saúde		Humanas		Médio	
	N	% ^(*)	N	% ^(**)	N	% ^(***)
1- Motivos voltados ao estudante	9	75,0	12	85,7	17	70,8
2- Motivos voltados ao mercado de trabalho	6	50,0	6	42,8	7	29,1
3- Motivos voltados ao outro	7	58,3	5	35,7	3	12,5
4- Motivos voltados à profissão.	8	66,6	5	35,7	13	54,1
5- Motivos voltados aos familiares e às outras pessoas	5	41,6	4	28,5	18	75,0
6- Motivos voltados à área de conhec. e/ou curso	3	25,0	4	28,5	1	4,1
7- Motivos voltados ao processo educacional	2	16,6	1	7,1	3	12,5

(*) Porcentagem calculada sobre 12 trabalhos; (**) Porcentagem calculada sobre 14 trabalhos; (***) Porcentagem calculada sobre 24 trabalhos

Pode-se constatar na Tabela 8, que entre as áreas do conhecimento analisadas, a categoria 1 (Motivos voltados ao estudante) teve frequência maior nos dois grupos que envolvem os cursos de graduação, destacando-se principalmente entre os trabalhos envolvendo estudantes dos cursos de Ciências Humanas. Também, entre os trabalhos envolvendo alunos do ensino médio, esta categoria de motivos, apesar de não ser a de maior frequência, apresenta um valor percentual bastante elevado.

Porém, a segunda categoria de motivos privilegiados por cada grupo é diferente: na área de Ciências Médicas e da Saúde, aparecem em segundo lugar “os Motivos voltados à profissão”, seguido de “Motivos voltados ao outro”, o que assemelha em parte ao que ocorre na área de Ciências Humanas em que os “os Motivos voltados ao mercado de trabalho” ficam em segundo, seguido com frequências iguais aos “Motivos voltados ao outro” e “à profissão”. Todavia, ao analisar a proporção de trabalho em cada área, pode-se dizer que os “Motivos voltados ao outro, estão mais fortemente contemplados nas decisões de escolha de cursos da área de Ciências Médicas e da Saúde do que na área das Ciências Humanas.

Em relação aos dados dos estudos com estudantes do ensino médio, observa-se um quadro um pouco distinto. Apesar dos Motivos voltados ao estudante, também terem sido

apontados em uma frequência considerável, observa-se que os Motivos voltados aos familiares e às outras pessoas apresentam-se em uma frequência proporcionalmente maior, e em terceiro os Motivos voltados à profissão.

Realizando uma análise comparativa geral desses três grupos pode-se apontar que os resultados dos estudos envolvendo estudantes do ensino superior de cursos das áreas de Ciências Médicas e da Saúde e as das Ciências Humanas apresentam entre si semelhanças maiores do que com os resultados dos estudos com alunos do ensino médio, os quais se distanciam pela maior força dos motivos ligados aos familiares e menor presença de escolhas direcionadas por “motivos voltados ao outro”.

C) Motivos de Escolha de Curso e Categoria Administrativa das Instituições em que os estudantes estão vinculados.

Neste tópico a atenção se volta para a relação entre as categorias de motivos e a natureza administrativa das instituições em que os estudantes pesquisados estavam matriculados. A preocupação central aqui está na análise dos motivos de escolha presentes entre os estudantes de Instituições Públicas e Privadas.

Dentre as 57 referências selecionadas para análise, foi possível identificar as categorias administrativas e dividi-las em três grupos: as pesquisas cujos motivos de escolha se direcionaram para alunos de *Instituições Públicas*, as pesquisas referente a alunos de *Instituições Privadas* e, um terceiro grupo, constituído por um conjunto de trabalhos com resultados referentes aos estudantes de *Instituições Públicas e Privadas*, cujos autores das pesquisas não tiveram o objetivo de diferenciar os motivos de escolha entre as categorias administrativas.

Para o estudo da relação entre motivos de escolha de curso e categoria administrativa da instituição em que o aluno estava matriculado, foram analisados apenas os dados dos estudos que envolviam alunos de escola pública ou de privadas, uma vez que aqueles que envolviam alunos dessas duas instituições não possibilitavam as distinções entre elas.

A análise do número de estudos dedicados a alunos de instituições dessas duas categorias administrativas mostra que os estudantes de escola pública têm sido mais envolvidos em estudos

sobre escolha de cursos que os das instituições privadas. Dos 57 trabalhos 26 (45,6%) envolvem alunos de escolas públicas, enquanto que as escolas particulares aparecem com 14 trabalhos (24,5%), incluindo estudantes do ensino médio e cursos de graduação.

A frequência de cada categoria de motivos dentro das categorias administrativas das instituições é apresentada na Tabela 9.

Tabela 9: Motivos de Escolha de Curso e Categoria Administrativa da Instituição

Motivos	Público		Privado	
	N	% *	N	% **
1- Motivos voltados aos estudantes	18	69,2	9	64,2
2- Motivos voltados ao mercado de trabalho	10	38,4	5	35,7
3- Motivos voltados ao outro	9	34,6	3	21,4
4- Motivos voltados à profissão.	16	61,5	11	78,5
5- Motivos voltados aos familiares e às outras pessoas	16	61,5	9	64,2
6- Motivos voltados à área de conhecimento e/ou curso	3	11,5	3	21,4
7- Motivos voltados ao processo educacional	4	15,4	4	28,5

(*) Porcentagem calculada em 26 trabalhos; (**) Porcentagem calculada em 14 trabalhos

Pode-se observar que tanto entre os estudantes das instituições públicas quanto entre o setor privado, o que incluiu alunos do ensino médio e graduação, os três grupos de motivos mais apontados são os mesmos. Porém, enquanto entre os alunos do setor público os Motivos voltados ao estudante prevalecem, dentre os do sistema privado estão os voltados para a profissão. Os Motivos voltados aos familiares e às outras pessoas aparecem em um percentual alto e semelhante para os dois grupos.

O segundo bloco de motivos constituiu-se pelos motivos menos apontados, também podem ser observadas algumas aproximações e distanciamentos entre os estudantes. Há certa semelhança no percentual de presença de motivos voltados ao mercado de trabalho, no entanto se distanciam em relação a três outros. Alunos das instituições públicas apontam mais os motivos

voltados ao outro, enquanto os do setor privado indicam os motivos voltados a área do conhecimento e ao processo educacional, numa frequência maior do que os do setor público.

De forma geral pode-se dizer que, os alunos de escola privada e pública se assemelham na frequência em que apontam os Motivos voltados aos familiares e às outras pessoas, ao mercado de trabalho; e se diferem quanto à presença dos Motivos voltados ao estudante, ao outro, à profissão, à área do conhecimento e ao processo educacional. O que leva a considerá-los com tendência a diferenças no processo de escolha de curso, no que se refere aos motivos determinantes.

Diante dessa distinção entre os motivos de escolha no setor público e privado, passou-se à análise dos motivos de escolha quando se considera separadamente os estudantes do ensino médio e o dos cursos de graduação.

Na Tabela 10 estão os resultados referentes aos estudantes do ensino médio. Foram encontradas 19 publicações em que foi possível a identificação simultânea do nível de ensino médio e a natureza administrativa da instituição. Dentre eles, 13 envolviam, exclusivamente, estudantes de escolas públicas e 06 pesquisas em escolas particulares.

Tabela 10: Natureza administrativa da instituição do ensino médio e categorias de motivos

Motivos	Público		Privado	
	N	% *	N	% **
1- Motivos voltados aos estudantes	7	58,3	3	50,0
2- Motivos voltados ao mercado de trabalho	5	41,6	1	16,6
3- Motivos voltados ao outro	-	-	-	-
4- Motivos voltados à profissão.	7	58,3	6	100,0
5- Motivos voltados aos familiares e às outras pessoas	10	83,3	4	66,6
6- Motivos voltados à área de conhecimento e/ou curso	1	08,3	1	16,6
7- Motivos voltados ao processo educacional	2	16,6	1	16,6

(*) Porcentagem calculada em 13 trabalhos; (**) Porcentagem calculada em 06 trabalhos

Observa-se na Tabela 10 algumas diferenças significativas entre o Ensino Médio público e privado. Os motivos de escolha em cada setor administrativo podem ser organizados em

blocos, conforme os percentuais atingidos. Verifica-se a presença de três conjuntos de motivos em cada natureza administrativa. No setor público tem - se os Motivos voltados à família, destacando-se como a principal categoria de motivos. Após esta categoria, estão os motivos voltados à profissão, ao estudante e ao mercado de trabalho. Como um bloco de motivos menos freqüente estão as categorias de motivos voltados ao processo educacional e à área de conhecimento. Os motivos voltados ao outro não foram encontrados entre esses estudos.

No setor privado difere, em parte, do público quanto à distribuição dos motivos nos três conjuntos. Neste setor administrativo os Motivos voltados à profissão é o grande destaque percentual (100,0%). As demais categorias se organizam, em termos percentuais, em dois outros blocos: os motivos voltados ao estudante e os voltados à família os quais formam um segundo e os Motivos voltados ao processo educacional, área do conhecimento e ao mercado de trabalho constituem o terceiro. Os Motivos voltados ao outro também não foram observados.

Uma comparação desses dados permite assumir a existência de indicativos fortes de diferenças entre os estudantes do ensino médio, de instituições públicas e privadas, em relação à natureza dos motivos de escolha do curso. Pode-se dizer que o setor público considera, no processo de escolha de curso, principalmente, os Motivos voltados à família e outras pessoas, enquanto que os do setor privado privilegiam os voltados à profissão. Diferem também quanto à atenção dada aos Motivos voltados ao mercado de trabalho, já que os do setor público são mais atentos a esses aspectos do que os do setor privado.

Por outro lado, os estudantes desses dois setores administrativos, assemelham-se em relação à importância colocada nos Motivos voltados aos estudantes e, à baixa presença de Motivos voltados à área do conhecimento e/ou curso e aos Motivos voltados ao processo educacional. Destaca-se, também, como semelhança entre eles, a ausência total de Motivos voltados ao outro, em seu processo e escolha de curso.

Apresentam-se na Tabela 11 os resultados relacionados aos motivos de escolha dos cursos de estudantes já inseridos na graduação, subdividido entre os cursos do setor público e privado. Foram analisados 13 trabalhos, os quais envolviam graduandos de instituições públicas e 08 do setor privado.

Tabela 11: Natureza administrativa dos cursos de graduação e a frequência entre as categorias de motivos

Motivos	Público		Privado	
	N	% *	N	%**
1- Motivos voltados aos estudantes	11	84,6	6	75,0
2- Motivos voltados ao mercado de trabalho	5	38,4	4	50,0
3- Motivos voltados ao outro	9	69,2	3	37,5
4- Motivos voltados à profissão.	9	69,2	5	62,5
5- Motivos voltados aos familiares e às outras pessoas	5	38,4	5	62,5
6- Motivos voltados à área de conhecimento e/ou curso	4	30,7	2	25,0
7- Motivos voltados ao processo educacional	2	15,3	3	37,5

(*) Porcentagem calculada em 13 trabalhos; (**) Porcentagem calculada em 08 trabalhos

Constata-se que a atenção dada aos motivos voltados ao estudante é um ponto de semelhança entre esses estudantes, apresentando-se com percentuais elevados nos dois setores. No entanto, no setor público essa categoria de motivos é mais presente (84,6%) no conjunto de trabalhos analisados.

Por outro lado, pode-se dizer que esses dois grupos se diferenciam principalmente em relação ao papel colocado nos Motivos voltados ao outro, sendo que os graduandos das instituições públicas os apontam com frequência bem maior do que os das instituições privadas e nos motivos voltados aos familiares e às outras pessoas..

Em relação aos demais grupos de motivos, torna-se difícil uma distinção clara entre os dois grupos, porém pode-se dizer que os alunos de cursos de graduação do setor público focam mais do que os do setor privado, os Motivos voltados à profissão e os voltados à área de conhecimento e/ou curso; enquanto os últimos atentam mais para o mercado de trabalho, os Motivos voltados à família e ao processo educacional.

Uma análise comparativa entre o que ocorre com alunos do ensino médio e os de graduação, Tabelas 10 e 11, nos setores públicos e privados mostra que no setor público, a maior diferença ocorre em relação aos Motivos voltados ao outro, categoria inexistente entre os alunos do ensino médio, passando para uma frequência próxima a 70% entre os estudos envolvendo

alunos de graduação. A outra diferença significativa neste setor é a diminuição de aspectos associados à família e às outras pessoas, nas explicações dos Motivos de escolha de curso entre o ensino médio e a graduação.

No setor privado, por sua vez, a maior diferença entre os alunos do ensino médio e os graduandos, está na menor atenção dada pelos graduandos aos Motivos voltados à profissão, que aparece em 62,5% dos trabalhos, enquanto entre os alunos do ensino médio foi identificado na totalidade dos estudos. Também neste setor observa-se um aumento entre os graduandos de Motivos voltados ao outro.

Quanto aos pontos em comum entre os alunos do setor público e privado em relação às mudanças que ocorrem entre o ensino médio e a graduação estão: maior atenção dos graduandos a três grupos de motivos: os voltados aos estudantes, os voltados à área de conhecimento e/ou curso e um sensível aumento dos Motivos relacionados ao outro, em especial, entre os alunos do setor público. Também, apresenta-se como aspecto em comum, a perda de espaço de fatores associados à família como fontes determinantes das escolhas, a percepção tanto de alunos do setor público quanto do privado. Em relação às diferenças entre eles encontra-se o papel atribuído aos motivos ligados a profissão que apresenta um pequeno aumento entre os alunos do setor público e uma acentuada diminuição nos percentuais dos estudos envolvendo alunos do setor privado.

DISCUSSÃO

Objetivou-se com essa pesquisa identificar e analisar os motivos de escolha de curso de graduação, a partir dos estudos nacionais sobre a temática. Além disso, pretendeu-se investigar a relação entre os motivos de escolha de curso e área do conhecimento dos cursos, natureza administrativa das instituições, as quais se vinculam os estudantes, e o ano de publicação do trabalho.

Pode-se dizer que os resultados apresentados nesta pesquisa respondem aos objetivos propostos inicialmente, de identificação e análise dos motivos de escolha do curso de graduação, a partir de um estudo de natureza bibliográfica.

Nesse contexto, o levantamento bibliográfico realizado a partir dos critérios determinados trouxe um número significativo de publicações envolvendo a escolha de curso, o que permitiu a realização de um estudo desta natureza dentro do período estabelecido. A quantidade de pesquisas analisadas, apesar de não ser um número alto, mostrou-se significativa.

Para a análise foram eleitos três formatos de divulgação da produção: as dissertações, as teses e os artigos de periódicos. Nesse conjunto da produção foi identificada uma quantidade superior de trabalhos da pós – graduação, dado este que aponta um envolvimento de novos pesquisadores na temática, indicando um interesse e preocupação renovada sobre o assunto.

A análise da distribuição anual da produção selecionada, dentro do período estabelecido para o estudo, indicou que a escolha de curso de graduação é uma temática que tem oscilado ao longo do tempo. Notou-se uma distribuição heterogênea de pesquisas no período selecionado, com uma maior concentração na última década, principalmente entre as dissertações e artigos de periódicos.

Essa distribuição não homogênea de trabalhos, dentro dos anos estudados pode ser indicativa de que a temática tem passado por períodos de maior atenção ou mesmo de que seja decorrência das estratégias de busca do material bibliográfico. Uma vez que o levantamento documental foi realizado por meios informatizados, este pode ter sofrido influências da disponibilidade das informações nos sistemas. Dessa forma, assume-se que os dados e conclusões deste estudo refletem as características deste conjunto bibliográfico selecionado e

localizado, e não do conjunto total da produção nacional sobre a temática. No entanto, como os sites e páginas de busca consultados referem-se aos das principais universidades brasileiras entende-se que contém parte significativa da produção.

Quanto ao que se refere às características dos estudantes das pesquisas sobre o tema, observou-se que os estudantes envolvidos nos estudos são, em sua maioria, pertencentes a instituições públicas. Essa concentração de estudantes dessas instituições pode, em parte, ser entendida como decorrente do vínculo empregatício dos pesquisadores às instituições públicas e privadas.

Como Nardi (2005) explica, a maioria das pesquisas é realizada por pesquisadores de universidades públicas que encontram em suas instituições suportes e facilidades para o acesso aos potenciais participantes de suas pesquisas, ou seja, seus próprios estudantes. Devido a isso, os setores públicos são mais referenciados por serem alvo de maior atenção das pesquisas. Esse dado revela uma contradição diante dos números de matrículas e quantidades de escolas privadas no Brasil, principalmente do ensino superior. De acordo com os dados do MEC/Inep (2007) foram efetuadas no Brasil durante o ano de 2006, 4.676.646 matrículas nos cursos de graduação presenciais nas duas naturezas administrativas. Houve um crescimento de 5% comparado ao ano anterior. As matrículas estão distribuídas 25,9% para o setor público e 74,1% para o setor privado. O maior contingente de estudantes está nas escolas privadas. No entanto, conhece-se mais profundamente as características das escolas públicas. Este é um viés que, sem dúvida, deverá ser corrigido pelos projetos de pesquisa os quais envolvam o estudante do ensino superior.

Esse direcionamento das pesquisas para certos grupos também é observado quando se analisa o curso de origem dos alunos. Foi identificada alta concentração de pesquisas em torno dos alunos de curso de Psicologia superando, em muito, o número de trabalhos envolvendo estudantes de outros cursos. Entende-se que isto também pode estar ligado às questões de facilidade do acesso aos estudantes participantes das pesquisas. Sendo a escolha de curso e processos de orientação profissional, temáticas próprias da área de Psicologia, entende-se que os pesquisadores desta área provavelmente tenham maior disponibilidade desses estudantes para participarem como sujeitos ou informantes de seus estudos.

Constata-se também que entre os estudos analisados, as pesquisas envolvem, na maioria dos casos, apenas um curso, não havendo interesse em estabelecer relações ou comparações entre

dois ou mais cursos. O número de trabalhos que, simultaneamente, se voltaram à investigação de dois ou mais cursos foi reduzido.

Diante disso, reconhece-se a necessidade de diversificação e ampliação dos sujeitos envolvidos nas pesquisas sobre o tema, na direção de expansão de estudantes das escolas particulares, tanto do ensino médio como de cursos superiores, assim como da inclusão de novos cursos em delineamentos que prevejam estudos comparativos envolvendo diferentes áreas do conhecimento.

Tendo como parte central da pesquisa as características do conteúdo da produção, o foco principal se constituiu na identificação dos motivos que atuam no processo de escolha dos cursos de graduação e, a partir da informação do próprio estudante, seja ele do ensino médio ou graduando.

Frente a um conjunto extenso e diversificado de motivos de escolha foi possível a organização de sete categorias por meio das aproximações dos conteúdos dos termos identificados nas pesquisas levando em conta as suas fontes de influência e focos de atenção.

A existência desse conjunto de sete categorias indica, portanto, uma diversidade de aspectos/condições atuantes na escolha de curso, que pode ser relacionado à formação educacional, como também é influenciada pelo processo cultural, histórico e profissional, aspectos, estes, que podem atuar simultaneamente no processo de escolha dos estudantes que pretendem ou que já ingressaram num curso de graduação.

Dentre as sete categorias de motivos agrupadas, observou-se em algumas delas um aglomerado maior de termos de motivos, por exemplo, os motivos voltados ao estudante que teve um destaque em comparação aos motivos voltados aos familiares e às outras pessoas, que foi a categoria com o menor número de termos agrupados.

Na análise, constatou-se várias categorias de motivos com frequências relativamente altas, apontando a presença simultânea de várias categorias no processo de escolha. Isso remete a idéia de que a opção por um curso de graduação é pautada por um conjunto diversificado de motivos que atuam simultaneamente sobre o indivíduo. Constitui-se, portanto, do ponto de vista do número de motivos atuantes, num direcionamento multideterminado.

Além da organização das categorias de motivo, neste estudo, voltou-se a atenção para as frequências e percentuais apresentados por cada uma delas, atribuindo destaque e peso aos elementos do conjunto das categorias. Isto permitiu, apesar da ação conjunta das categorias de

motivos, sobre o processo de decisão, destacar o papel e a presença das diferentes categorias nas decisões, conforme percebido pelos estudantes. Desta forma, assume-se que as diferentes categorias de motivo e sua frequência revelam o que o estudante assume, percebe, entende ou crê terem sido os motivos associados ao seu processo de escolha de curso de graduação.

Os dados relativos às frequências dos grupos categóricos indicam que a escolha de curso está permeada, pautada e referenciada, sobretudo, pelas características do próprio sujeito, o que inclui seus interesses pessoais, aptidões, habilidades e valores pessoais. Aspectos estes que estão diretamente associados às características individuais transmitidas pelos segmentos sociais, culturais, cognitivos e históricos os quais visam à formação da personalidade individual com características próprias de cada ser, e que vem a constituir o quadro de informações que caracteriza o conhecimento de si mesmo.

Dessa forma, sabe-se que os interesses pessoais e próprios de cada indivíduo são construídos numa constante e permanente troca de relações, experiências e informações. Todo o percurso vivido e o contexto histórico – social, no qual o sujeito interage, estabelece relações, adquire experiências, reconstrói seus saberes, as quais são condições propiciadas, de acordo com os princípios familiares culturais e sociais.

Lara et al (2005) expressam que para chegar a uma decisão de escolha do curso, os adolescentes devem utilizar critérios pessoais, conciliando-os a sua realidade, tendo consciência que o interesse e a afinidade são essenciais para uma escolha satisfatória. Assim, ao mergulhar dentro de si, a fim de tentar identificar suas metas, suas habilidades, seus valores, ao mesmo tempo em que busca se informar das várias possibilidades de cursos e profissões disponíveis no mercado; o adolescente se coloca num outro lugar diante de si próprio, da família e da sociedade.

A alta frequência com que esse grupo de motivos esteve presente no conjunto de publicações sugere que está fortemente presente nos estudantes a idéia de que ao fazerem suas escolhas de cursos, estão, entre outros aspectos, respondendo às demandas ou características pessoais.

Além das características voltadas ao estudante, outros conjuntos de motivos que se destacaram foram os voltados à profissão, à família e ao mercado de trabalho. Compreende-se que nesse conjunto categórico de motivos há um foco principal de atenção em torno do trabalho o que envolve as características da profissão e do mercado de trabalho, no qual um completa o outro no processo de formação e atuação profissional.

Os motivos voltados à profissão compreendem as condições e aspectos ligados às características, informações, conhecimento das vantagens e desvantagens profissionais, exigências e às possibilidades que a profissão pretendida oferece. Nesta categoria estão agrupados os termos que vão desde a obtenção das informações gerais sobre a profissão, através dos meios de comunicação, passando por preocupações que atuam no perfil e reconhecimento profissional e estende os olhares na direção de um campo mais amplo, diversificado com possibilidades do retorno financeiro profissional e a garantia de prestígio e status.

Assim, os motivos voltados à profissão apontam o quanto às informações e conhecimentos sobre o campo profissional têm sido fundamentais no processo de decisão. Alguns valores, instituídos culturalmente e socialmente, interferem na escolha de alguns cursos como medicina, direito, manipulando as reais condições do exercício profissional. Millan et al (2005), discutem que algumas profissões mais prestigiadas trazem um *perfil de profissional* que atraem os jovens e interferem no processo de escolha. Alguns jovens se sentem influenciados pelas inúmeras vantagens que a profissão oferece, esquecendo-se muitas vezes das desvantagens. Entretanto, esse perfil apresentado de profissional bem sucedido, com status, prestígio social são contextos que manipulam e induzem as escolhas. Deve-se reconhecer, no entanto, que em toda profissão há os seus prós e contras. Por isso, é sempre necessário a busca de mais conhecimentos, contatos pessoais e outros esclarecimentos, antes de fazer uma escolha.

Além disso, constatou-se entre os estudantes uma preocupação que influencia o processo de decisão, em relação aos motivos voltados ao mercado de trabalho que - intrínseca ou extrinsecamente – estão relacionados aos motivos voltados à profissão.

Os termos agrupados na categoria de motivos voltados ao mercado de trabalho estão associados às expectativas e conquistas que serão alcançadas no referente exercício profissional do indivíduo, como a aprovação em concursos, obtenção de empregos, segurança profissional, bons salários e, principalmente, estabilidade. Estas garantias e seguranças são condições e conseqüências desencadeadas por meio da escolha e pelo processo de formação do curso escolhido, sua integração, comprometimento, envolvimento com as atividades. Em suma todas contribuem na preparação e encaminhamento do estudante para seu ingresso no mercado de trabalho.

Percebe-se que os termos de motivos voltados ao mercado de trabalho apresentam características próximas aos motivos voltados à profissão. Enquanto os motivos voltados à

profissão incluem aspectos da natureza da atuação do profissional, os voltados ao mercado de trabalho envolvem itens relacionados às condições de acesso e permanência no mundo do trabalho. Então, uma categoria completa a outra, numa mesma direção, mas com olhares situados em aspectos diferenciados.

Perante essas categorias de motivos, reconhece-se que os voltados para a profissão e ao mercado de trabalho, em seu conjunto, estão presentes em grande parte dos trabalhos analisados, constituindo-se como fortes fatores na busca de um curso de graduação. Freire (1997), em sua pesquisa relata que a busca por *segurança profissional* é uma das preocupações de quem está escolhendo, pois “o que importa, mais uma vez, é a garantia de um futuro profissional estável através do diploma” (p.68).

Outro conjunto de motivos, que também esteve entre os mais freqüentes, é o voltado aos familiares e às outras pessoas, o qual inclui os aspectos relacionados às manifestações e ação exercida pela família e pares sobre o processo de escolha de curso.

Os motivos voltados aos familiares e às outras pessoas formam uma das categorias com menor número de termos associados. Todavia, apresenta-se com freqüência acentuada no conjunto dos resultados junto aos participantes das pesquisas.

Sob esse ângulo, Ferreira (1995) apud Freire (1997) relatam que a ocupação dos pais é fator condicionante e influenciador nas escolhas dos jovens. Então, há uma tendência para a “identificação dos filhos com a profissão do pai enquanto que, por outro lado, há pais que projetam seus próprios desejos nos filhos, muitas vezes, querendo que eles sigam a mesma carreira do pai a fim de lhe facilitar o ingresso ao mercado de trabalho” (p.26).

Nesta categoria, além da família constituída pelos parentes próximos ao estudante, estão inseridos também outros contatos pessoais, que podem interferir no processo de decisão da escolha de curso. Por exemplo, quando há identificação e admiração aos profissionais de determinadas áreas como dentista, advogado, médico, arquiteto, isto gerará influências na escolha do curso que pretendem atuar profissionalmente, em momentos posteriores. Então, esse respeito e admiração levam os estudantes, consciente ou inconscientemente, a optarem por determinados cursos, na tentativa de “imitação” desses profissionais.

É importante destacar que juntamente com a família, essas pessoas, com as quais o individuo convive, participa e mantém contatos sociais são grandes responsáveis pelas decisões. Por um lado, essas interferências podem ser de ordem positiva, pois buscam identificar com algo

de sucesso, vantajoso, de outro lado, podem expressar questões negativas, a vontade de ser o outro acaba camuflando os reais desejos do próprio ser, enquanto construtor de sua história.

Nos dados dessa pesquisa os motivos voltados para família, em vários estudos, são vistos como fatores facilitadores ou determinantes, porém, nem todos apontam essa direção. Bueno (2006), em um estudo realizado junto aos estudantes de pedagogia numa universidade pública de São Paulo, observou que a família pouco influencia nas decisões de escolha do curso de graduação. Mesmo entre os estudantes, cujos pais atuam na área do curso escolhido, a porcentagem é baixa. Pelos dados, a autora concluiu que as decisões de escolha do curso são autônomas e partem de experiências vividas, ideologias e pensamentos próprios. A família reconhece que o processo de escolha deve acontecer dentro da individualidade do jovem.

No último bloco de motivos de escolha de curso apontados por cerca de 1/3 dos trabalhos e, portanto, com frequência inferior as demais categorias estão os motivos voltados para a área de conhecimento e/ou curso, os voltados ao outro e aqueles voltados ao processo educacional. Isso sugere que alguns motivos de escolha exercem menor influência nas decisões do curso de graduação. Esses motivos, embora também apresentem suas contribuições no processo de formação do estudante e sejam responsáveis por um direcionamento, acabam sendo menos valorizados ou percebidos pelos estudantes.

Assim, os motivos voltados à área de conhecimento e/ou curso indicam uma preocupação aos aspectos associados diretamente ao curso ou à área de conhecimento em que se insere o curso. Entende-se que esses motivos, em alguns aspectos, correspondem às preocupações de pessoas que já possuem alguma experiência na área ou já tiveram oportunidade de vivenciar alguns contatos e possuem informações sobre o curso que pretendem realizar.

Essa categoria, que são os motivos voltados à área de conhecimento e/ou curso, envolve tanto os conhecimentos diretamente ligados as atividades e exigências do curso quanto à descoberta de tendências pessoais para a atuação na área e, estende, também, para aspectos mais complexos que estão além da estrutura do curso ou da área do conhecimento propriamente ditos. A concorrência do curso e a impossibilidade de fazer curso de preferência, termos agrupados nesta categoria, são condições que estão associadas à área do conhecimento, mas sofrem interferências sociais, políticas e educacionais.

Os motivos voltados ao outro, que compreendem a preocupação com o próximo, é uma categoria que esteve presente entre alguns estudantes específicos, principalmente dos cursos que

trabalham diretamente com a saúde e bem-estar da população. Estes demonstram valores que vão desde o atendimento até o relacionamento e o cuidar do outro.

O relacionamento e as motivações humanitárias parecem ser condições propiciadas e vivenciadas dentro das atividades dos cursos de graduação, nos quais são desenvolvidas nos estudantes a sensibilidade e a responsabilidade enquanto profissional da área, na busca de comprometimento e valorização do seu trabalho, considerado importante e útil. Essa categoria não foi apontada pelos estudantes do ensino médio, por isso acredita-se serem motivos de escolha próprios dos estudantes do ensino superior que, após a entrada no curso de graduação passaram a valorizar outros aspectos que vão além das questões pessoais e familiares.

Para descrever esses motivos, Korbes (1992), relata que no *relacionamento humano* “predomina o interesse assistencial, permitindo a realização do valor de ajuda ao próximo” (p.155). Nesse aspecto, a autora expõe que esses fatores de escolha ocorrem, “devido à preocupação com o ser humano, à busca de relacionamento, de conhecimento de ajuda ao outro” (p.155-6).

A categoria de motivos voltados ao processo educacional envolve um conjunto de fatores educacionais, aspectos institucionais e do sistema de ensino.

Stumpf (1992) esclarece que a escola e a universidade têm um papel fundamental e podem favorecer na orientação e informação do processo de escolha profissional. As instituições educacionais contribuem na construção dos conhecimentos específicos profissionais, nos aspectos estruturais e organizacionais, assim como nas relações priorizadas no processo de escolha, na busca de formação de personalidade e capacidades profissionais.

Entende-se que esse conjunto de fatores associados ao processo educacional deveria ser uma das condições básicas no favorecimento e esclarecimento das escolhas profissionais. O sistema educacional deveria propiciar a criar estratégias para que esse processo trouxesse resultados construtores e formadores de profissionais maduros e seguros de suas decisões, pautadas em informações legitimadas e coerentes.

Os motivos voltados ao processo educacional não se limitam, no entanto, ao âmbito das instituições escolares, às metodologias e didáticas empregadas pelos profissionais da educação. O processo educacional é mais amplo e complexo e exige um olhar voltado também para as questões políticas emergentes do sistema de ensino brasileiro, sua estrutura, suas demandas, assim como os investimentos, a expansão de matrículas e qualidade oferecida.

Todo esse conjunto de fatores associados ao processo educacional pode atuar como, facilitadores ou como barreiras de acesso ao ensino superior. Verifica-se que essas condições são apontadas por alguns estudantes como propiciadoras da entrada ao curso que deseja. Por outro lado, outros destacam as dificuldades encontradas mediante as deficiências de ensino ao longo da trajetória educacional.

Conforme foi destacado anteriormente, os motivos de escolha do curso percebidos pelo próprio sujeito da escolha estão ligados com maior frequência aos aspectos pessoais e características do próprio indivíduo tais como seus interesses e habilidades. Entretanto, esses aspectos não podem ser vistos como desconectados das condições sócio-econômicas, culturais e educacionais em que o sujeito está inserido, aspectos esses que são condicionantes das características do sujeito.

Além disso, percebe-se a partir do conjunto de categorias e dos termos a elas associados, fatores de ordem externa e interna ao indivíduo. Compreende-se que a decisão pelo curso de graduação, diante da diversidade e complexidade do contexto, é um processo desencadeado por questões que vão além da dimensão pessoal, interesse e realização. Várias outras dimensões, a familiar, o mercado de trabalho e a profissão atuam em conjunto, algumas com mais intensidade que outras, porém, cada uma com seu valor próprio.

Em suma, os motivos associados aos fatores internos estão presentes em algumas categorias, mas tem seu destaque maior junto aos motivos voltados ao estudante que se caracterizam por um conjunto de questões direcionadas às condições intrínsecas aos sujeitos que envolvem o auto-conhecimento das suas potencialidades, habilidades, aptidões e interesses pessoais, aspectos que são desenvolvidos e estimulados durante a infância e se estendem até a vida adulta.

Também, estão presentes dentro das categorias, os fatores de ordem externa, direcionando a escolha do curso de graduação, seja de ordem econômica envolvendo o mercado de trabalho, seja o profissional, familiar e educacional. Esses fatores estão relacionados aos contextos sociais, culturais, políticos emergentes na sociedade e sofrem transformações de acordo com as exigências e situações vivenciadas pelo processo histórico da sociedade. Assim, algumas profissões em determinados momentos são mais requisitadas, em outros tempos estão em baixa. Alguns profissionais em determinados períodos têm salários maiores do que em outros. Exige-se um perfil profissional em certa época e em outras esse mesmo perfil é desvalorizado. Então,

todos esses contextos interferem no momento da escolha do curso, de acordo com a realidade e o momento vivido historicamente.

Conforme foi observado nos resultados, esses fatores internos e externos têm contribuído, direta e indiretamente, no processo de escolha do curso, tendo uma integração conjunta sobre as decisões do indivíduo.

Entende-se que dentre as teorias discutidas, as de ordem psicológicas compreendidas pelos fatores internos e as teorias não psicológicas permeadas pelos fatores externos, conjuntamente auxiliam no entendimento da escolha profissional. Apesar do foco do trabalho ser o da escolha de curso, o uso desse referencial para o estudo aqui apresentado baseia-se no pressuposto de que a escolha do curso de graduação se constitui numa das ações fortemente direcionadas e indicativas da escolha profissional do indivíduo. Entende-se que as teorias da escolha profissional possam auxiliar na compreensão do processo de escolha do curso de graduação, uma vez que esse processo de formação direciona o indivíduo na sua atuação profissional, em outro momento.

Na busca de conhecer os motivos e seus movimentos dentro do período estudado foi possível constatar um conjunto de motivos focalizados com presenças diferenciadas ao longo desse tempo. A categoria 1 (motivos voltados ao estudante) foi a única que teve uma presença destacável nos três agrupamentos temporais, entretanto, ao longo dos sub - períodos analisados cedeu espaço para outras categorias de motivos, mais voltados ao mercado de trabalho, à profissão e a família que tiveram uma maior presença nos dois últimos agrupamentos temporais (1996-2000 / 2001-2005).

Diante disso, verifica-se que os fatores ligados às características pessoais do estudante, preocupações essas que se demonstram atuantes nos anos de 1990 a 1995, foram nos períodos de 1996 a 2005, abrindo espaço para outros fatores vivenciados pelos estudantes em relação à busca de informações e esclarecimentos sobre a profissão, preocupações com o ingresso no mercado de trabalho, a participação da família nas decisões. Observa-se, também, principalmente do período de 1996 a 2000, um crescimento relativamente forte em comparação aos outros períodos das preocupações voltadas para a área do conhecimento e/ou curso.

Ao contrário, do que ocorreu com a categoria de motivos voltados ao estudante que diminuiu sua ocorrência nos períodos estudados, todas as outras seis categorias de motivos ao longo dos períodos alcançaram um aumento relativo progressivo de ocorrências.

Quanto à relação entre categorias de motivos de escolha e as áreas do conhecimento dos cursos de graduação, os resultados indicam diferenças que se mostram associadas aos dois momentos em que foram coletados os dados: entre os estudantes do ensino médio, os quais estão num processo de realização das suas escolhas e, outro momento situado junto aos estudantes dos cursos de graduação, que já estão vivenciando o percurso da escolha realizada, na área de Ciências Médicas e da Saúde e na área de Ciências Humanas.

A análise dos resultados desses três grupos apontou que os estudantes de graduação das duas áreas de conhecimento apresentam entre si semelhanças maiores do que os resultados envolvendo alunos do ensino médio. Enquanto os primeiros apontam mais os motivos voltados ao estudante, os do ensino médio apontam em maior frequência os motivos voltados à família e às outras pessoas. Motivos voltados ao outro também estão mais contemplados entre graduandos das duas áreas do que entre os estudantes do ensino médio.

Essas diferenças encontradas entre os motivos de escolha das duas áreas do conhecimento e o ensino médio podem ser decorrentes dos níveis de formação em que se encontram os estudantes. Ou seja, os primeiros já realizaram suas escolhas e estão vivendo sua formação profissional, enquanto os de ensino médio, ainda estão criando suas expectativas em relação a sua formação profissional.

Nota-se que a passagem do ensino médio para os cursos de graduação parece trazer algumas mudanças na percepção dos alunos em relação aos determinantes que atuaram na sua escolha de curso. Os estudantes, então, passam a atribuir mais atenção a alguns aspectos e menos a outros.

Essa presença mais marcante da família entre os alunos do ensino médio parece indicar que esses alunos quando estão neste estágio de formação possui uma convivência mais próxima à família e certa dependência em relação às decisões. Realidade essa que parece ser diferente entre os alunos da graduação. Com o ingresso no ensino superior, o estudante universitário adquire uma condição de independência e suas relações com a família parecem distanciar-se, tanto nos aspectos físico quanto emocional e psicológico.

Pinheiro e Ferreira (2002) confirmam que o ingresso do estudante no ensino superior constitui como desafio para alguns, exige algumas mudanças de comportamento, de disciplina e competências de estudo. Para outros, entretanto, está é uma oportunidade de obter autonomia e o desenvolvimento de potencialidades em certas áreas científicas. Essa transição para o ensino

superior é acompanhada de um nível de estresse, principalmente com a entrada e os primeiros contatos neste sistema. Exige-se e expõe-se um conjunto diversificado de desafios que incluem, dentre outros, o afastamento do espaço familiar e dos amigos, a necessidade de novas formas de organização do tempo e de estudo (SALGUEIRA e ALMEIDA, 2002; SANTOS e ALMEIDA, 2002).

Nesse sentido, alguns teóricos e pesquisados que se dedicaram a coleta de dados nos cursos de graduação, distribuídos entre as áreas de conhecimento e o ensino médio indicam algumas diferenças de motivos de escolha. Na área de Ciências Humanas, os principais motivos entre os acadêmicos são interesse, realização pessoal, aptidão, liberdade de escolha, desejo de ajudar, busca de crescimento pessoal e busca de competência interpessoal. Dentre os vestibulandos os fatores apontados são realização pessoal, escolha livre, interesse e aptidão (LUZ FILHO, 2000; MAGALHÃES et al, 2001).

Na área de Ciências Médicas e da Saúde os principais fatores que determinam a escolha entre os acadêmicos são realização pessoal, escolha livre, vocação, ideal filantrópico, aspectos humanísticos, mercado de trabalho e forte apelo afetivo com vínculo em cuidar de alguém. Entre os vestibulandos os motivos são realização pessoal, escolha livre e influência da família (LUZ FILHO, 2000; SILVA, 1995; DOMENICO, 1998; SANTOS, 2005).

Os resultados obtidos entre as áreas de Ciências Médicas e da Saúde e Ciências Humanas, também demonstraram que os motivos voltados ao outro possuem uma freqüência forte entre os cursos da área de Ciências Médicas e uma porcentagem baixa entre os estudantes da área de Ciências Humanas e entre, principalmente, os estudantes do ensino médio. Isto pode indicar que alguns cursos de graduação moldam mais fortemente os valores altruístas, e os estudantes, após ingressarem nestes cursos passam a valorizar com mais intensidade os relacionamentos humanos e as atividades assistencialistas. Esses dados parecem apontar que a percepção dos motivos de escolha são mutáveis e sofrem interferências dos contextos vividos pelos estudantes durante a sua formação, pois, verifica-se que esses apresentam percentuais diferenciados entre as duas áreas do conhecimento analisadas e, principalmente, quando se compara essas áreas do conhecimento e os percentuais dos alunos do ensino médio.

O último tópico analisado envolveu a associação das categorias de motivos de escolha e a da natureza administrativa da instituição, em que os estudantes estavam vinculados, incluindo

aqui tanto os alunos do ensino médio como os do superior. Os dados demonstram que há uma concentração significativa de trabalhos envolvendo o setor público.

Uma análise global dos dados mostrou que é possível, apesar de algumas semelhanças, considerá-los com tendências a diferenças quanto aos motivos presentes no processo de escolha de curso, em especial em relação aos motivos voltados ao estudante, ao outro, à profissão, à área do conhecimento e ao processo educacional.

Essa realidade mostra que existem diferenças significativas entre os estudantes das instituições públicas e privadas no processo de escolha do curso de graduação. Isso propicia a reflexão do quanto, sem descartar outros fatores, os processos didáticos e metodológicos utilizados em instituições de diferente natureza administrativa e a filosofia de ensino podem ser responsáveis por estas diferenças.

Esses resultados, até certo ponto, vêm complementar o que Schiessl e Sarriera (2000) mostraram entre as diferenças dos alunos de instituições públicas e privadas. Estes verificaram que os alunos da primeira categoria administrativa são mais indecisos e inseguros em relação à escolha do curso universitário e possuem poucos conhecimentos sobre a área de atuação e o perfil do curso escolhido. Todavia não sofrem grandes pressões da escola e da família para obterem aprovação no vestibular e demonstram serem menos ansiosos quanto ao ingresso à universidade. Já os alunos da escola particular se apresentam mais decididos, seguros e informados sobre o curso escolhido. Entretanto, estes também são mais imaturos e a aprovação no vestibular é problemática devido às cobranças da escola e da pressão da família. Isso gera um alto nível de ansiedade, no período anterior ao vestibular.

Neiva et al (2006) em estudo com alunos do ensino médio da cidade de Curitiba/PR, percebeu diferenças significativas na maturidade para a escolha profissional dentre as variáveis estudadas, dentre elas pode-se destacar que os alunos da escola particular mostraram-se, no entanto, mais maduros do que os de escola pública.

No presente estudo, quando analisados, os motivos de escolha dos estudantes do sistema público e privado, priorizando apenas os alunos do ensino médio, notou-se uma preocupação constante nos dois grupos com os fatores voltados à família, à profissão e ao estudante. Embora entre os alunos do ensino médio do setor público e privado estejam presentes em maiores frequências três categorias, observa-se um percentual diferenciado entre as categorias apontadas.

No setor público, os percentuais são mais elevados para os motivos voltados à família e ao estudante. Já no setor privado, o grande percentual em destaque é para os motivos voltados à profissão.

Em contrapartida, apesar dos dados de Schiessl e Sarriera (2000), apontando que os estudantes das escolas públicas sofrem menor pressão da família para aprovação no vestibular, esta parece se constituir em fontes importantes de influência sobre a decisão do curso de graduação a ser escolhido.

A grande ênfase, dos alunos do ensino médio das escolas particulares atribuída aos motivos voltados à profissão, pode estar associada à presença de atividades de orientação profissional nessas escolas, baseadas principalmente na apresentação e discussão das profissões, juntamente aos profissionais convidados que atuam nas áreas.

Esse fato também evidencia que essa preocupação mais voltada para a profissão entre os estudantes, é acompanhada por consideração mínima em relação às características do curso a ser realizado, causando alguns contratempos e impactos quando ingressam no ensino superior. O desconhecimento das barreiras e condições enfrentadas na realização do curso pode se constituir em determinante de evasão e o abandono do curso. Está preparação e preocupação mais voltada para a profissão a ser exercida deixa um vazio em relação ao conhecimento das exigências do percurso de formação do curso como: acesso ao curso, localização do curso, disciplinas e conteúdos envolvidos, disponibilidade para estágios e envolvimento em projetos de pesquisa e programas de iniciação científica. Estes são contextos que precisam ser explorados com mais atenção junto aos estudantes, pois se constituem em fatores importantes para o sucesso acadêmico.

Salgueira e Almeida (2002) evidenciam que grandes mudanças ocorrem na vida do estudante quando ingressam no ensino superior. Juntamente com as alterações desenvolvimentistas surge uma série de novas exigências que são expostas pelo recente contexto educacional. E os adolescentes devem estar preparados e conscientes dessas mudanças próprias da transição da adolescência para a vida adulta, além das novas características deste nível de ensino, que representa uma descontinuidade em relação às experiências pessoais, sociais e estudantis anteriores.

Em relação à análise dos dados de estudantes das instituições públicas e privadas, quando se considera apenas os graduandos, verificou-se uma diferença considerável entre os motivos

voltados ao outro que obteve um destaque de freqüência no setor público. Essa categoria se apresentou com valores baixos no ensino superior privado e esteve ausente no ensino médio das duas modalidades administrativas. Estes dados sugerem que alguns aspectos influenciadores da escolha de curso podem estar sendo valorizados depois de algumas vivências e experiências dentro da própria formação superior.

Verifica-se que nos cursos de graduação, as categorias de motivos que tiveram maiores percentuais no setor público comparado aos percentuais do setor privado foram os motivos voltados ao estudante, ao outro, à profissão e à área do conhecimento e/ou curso. Restando para o setor privado os percentuais mais altos para as categorias de motivos voltados ao mercado de trabalho, à família e ao processo educacional.

Apesar dos dados indicarem diferenças entre esses dois grupos, considera-se que as conclusões acerca das diferenças entre os estudantes de instituições superiores públicas e privadas deveriam considerar os cursos envolvidos nos estudos, o que não foi possível de ser realizado no presente trabalho. Supõe-se que a significativa presença de determinados cursos, como a medicina e a psicologia, entre os estudantes de instituições públicas, possam dificultar a interpretação dos resultados.

Outro aspecto a ser focalizado, corresponde aos dados referentes aos alunos dos setores públicos e privados em relação às mudanças que ocorrem entre o ensino médio e a graduação. Observou-se que os graduandos em comparação aos estudantes do ensino médio, dão maior atenção a três motivos: os voltados aos estudantes, os voltados à área de conhecimento e/ou curso, um grande aumento nos motivos relacionados ao outro e uma menor atenção dada aos motivos associados à família, tanto entre alunos do setor público como do privado. No entanto, estudantes desses dois setores, movimentam-se de forma diferente em relação ao papel atribuído aos motivos ligados à profissão que apresenta pequeno aumento entre os alunos do setor público e acentuada diminuição nos percentuais entre os alunos do setor privado. Pode-se pensar esses dados como decorrências do status de graduando, isto é, das mudanças que acompanham o ingresso no ensino superior e que caracterizam os processos de integração ao novo contexto educacional.

Pode-se também, pensar na possível inversão da população do ensino médio e da graduação no que se refere à natureza administrativa da instituição. Melhor dizendo, a possibilidade do aluno do ensino médio público ir para os cursos de graduação do setor privado e

os do ensino médio particular para o superior público o que explicaria algumas inversões dos percentuais entre as categorias de motivos de escolha. Neste caso, por exemplo, a grande presença de motivos voltados à família dentre os alunos do ensino médio público pode refletir na maior frequência deste motivo entre os graduandos das instituições privadas. Outro indicativo de inversão poderia ser a maior presença de motivos voltados à profissão entre os graduandos das instituições públicas, enquanto no ensino médio este motivo é uma preocupação forte dos alunos de instituições privadas.

Borges e Carnielli (2005) apontam em suas pesquisas essa inversão, no qual estudantes oriundos de instituições públicas alcançam seu sucesso nos vestibulares das instituições de ensino privado. E os procedentes de escolas particulares, em grande parte, obtêm resultados satisfatórios nos processos seletivos de instituições públicas do ensino superior. Essa realidade explica algumas diferenças de desempenho dos candidatos na seleção ao ensino superior e na integração, ajustamento e vivências acadêmicas, dentro das instituições de ensino superior.

Nesse aspecto, Magalhães et al (2001) esclarecem que os alunos da universidade pública enfatizam o conhecimento do ser humano e o comportamento altruísta como os traços distintivos mais importantes do ser profissional. No entanto, os alunos da escola privada, também transpareceram aspirações de sucesso profissional e aprimoramento intelectual, embora o fazer pesquisas ter sido um dos fatores mencionados com mais frequência por alunos da escola pública.

Face à heterogeneidade de motivos de escolha em decorrência dos múltiplos contextos vivenciados e experimentados pelos estudantes, evidencia-se que as decisões profissionais vão além das questões pessoais, individuais do sujeito contemplado por um universo de situações e entendimentos, que perpassam o mercado de trabalho, a profissão, a família, os relacionamentos humanos, a área de conhecimento e o processo educacional.

No geral, os resultados levam a pensar na necessidade de intervenções direcionadas por uma abordagem mais consistente e ampla do tema, que contribuam para o processo de decisão dos estudantes dos vários cursos e áreas do conhecimento e diferentes naturezas administrativas permitindo que o processo de escolha seja discutido ou orientado a partir da multiplicidade de fatores que o compõem.

Nessa direção, os dados revelam a necessidade de uma expansão e um conhecimento mais aprofundado sobre os processos vividos pelos estudantes universitários e por aqueles estudantes

do ensino médio, principalmente vestibulandos, quanto às decisões profissionais. Além disso, recomenda-se uma atenção voltada ao equilíbrio de estudos às diferentes instituições, provenientes dos setores privado e público e uma ampliação direcionada às pesquisas comparativas envolvendo cursos diversos. Entende-se que o conhecimento sobre os motivos de escolha deve ser constantemente renovado, exigindo a realização de pesquisas constantes sobre a temática.

Enfim, essa pesquisa ficou limitada ao fato de ter contemplado em sua análise apenas dissertações, teses e artigos de periódicos, deixando informações de outros tipos de publicações, por exemplo, aqueles de circulação restrita como relatórios que integram documentos internos das inúmeras instituições. Há de se destacar a existência de número significativo de pesquisas que incluam a temática aqui focalizada, a partir dos centros de atendimento psicológico, serviços de apoio e orientação profissional distribuídos nos setores de IES e outros institutos. Sugere-se que trabalhos futuros ampliem o universo de dados.

REFERÊNCIAS:

ALCHIERI, J. C.; CHARCZUK, S. B. Escolha vocacional: aspectos da tomada de decisão em vestibulandos. **Alethéia**, nº 15, p.7-14, Jan-jun. 2002.

ALMEIDA, L. S. e SOARES, A. P. Os Estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In: MERCURI, E. E POLYDORO, S. A. J. (orgs). **Estudante universitário: características e experiências de formação**. Campinas: Cabral, 2003. p. 219-36.

ALMEIDA, L. S; SOARES, A. P. e FERREIRA, J. A. Questionário de vivências acadêmicas (QVA –r): avaliação dos ajustamentos dos estudantes universitários. **Avaliação Psicológica**, 2002. p. 81-93.

ANDRADE, J. M. de, et. al. O processo de orientação vocacional frente ao século XXI: perspectivas de desafios. **Psicol. Ciênc. Prof.**, v. 22, n.3, p. 46-53. 2002.

ANDRADE, T. D. de. **O jovem diante da síndrome da adolescência normal; opção profissional**: contribuições ao estudo da percepção pelos jovens dos processos psicodinâmicos presentes na adolescência e dos aspectos emocionais envolvidos na opção profissional. Tese (doutorado) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ASSIS, V. G. O jovem e a difícil tarefa de escolher sua profissão. **Liop**, 2006. Disponível em < www.Liop.ufsc.br> acesso em:02 de agosto de 2006.

BARDAZI, M. P. **A experiência universitária e a evasão no ensino superior**: aspectos contextuais e vocacionais. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977

BARIANI, I. C. D., et al. Psicologia escolar e educacional no ensino superior: análise da produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 8, n. 1, p. 17-27. 2004.

BASTOS, A. L. G. O adolescente com deficiência e seu processo de escolha profissional. **Adolesc. Latinoan**, v.3, n.1, ago. 2002.

BATISTA, R. G. R. e ALMEIDA, L. S. Desafios da transição e vivências acadêmicas: análise segundo a opção de curso e mobilidade. In: **Contexto e dinâmica da vida acadêmica** – Guimarães, Portugal, Universidade do Minho, 2002. p. 167-73.

BOCK, S. D. **Orientação profissional: avaliação de uma proposta de trabalho na abordagem sócio-histórica**. Dissertação (mestrado): Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BOHOSLASVSKY, R. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. 11. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRANCO, M. T. C. Que profissional queremos formar? **Psicologia: ciência e profissão**. V.18 n.3, p. 28-35. 1998.

BRANDÃO, M. R. F.; MATSUDO, V. K. R.. Stress, emoção e exercício. **Rev. bras. ciênc. mov**, v.4, n.4, p.95-9, out. 1990.

BRAGA, M. M; PEIXOTO, M. do C. L. e BOGUTCH, T. F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 129-52, julh. 2001.

BRAGA, F. C. R. O adolescente frente a escolha profissional. **Revista Psicologia Argumento**, Ano XV, nº XXI, p. 45-52, nov.1997.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Nº: 9394 de 1996, Brasília, 2003.

_____. MEC/INEP. **Censo da Educação superior** 2007. Disponível em <www.inep.gov.br/download/superior/censo/2006> Acesso em: 02 Jan. 2008.

_____. MEC/INEP. **Relatório referente aos tipos de instituições de educação superior**, 2006. Disponível em <www.educacaosuperior.inep.gov.br> Acesso em: 15 Jan. 2008.

_____. MEC/INEP. **Informativo 136**. 2006. Disponível em <www.educacaosuperior.inep.gov.br> Acesso em 10 de Mar. 2007.

BORGES, J. L. da G. e CARNIELLI, B. L. Educação e Estratificação Social ao acesso a universidade pública. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 113-39. Jan/abril. 2005.

BUENO, A. M. F. **A influência da família na escolha profissional dos estudantes de Pedagogia da Unicamp**. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Campinas, SP: [s.n.], 2006.

BUENO, J. M. H.; LEMOS, C. G de; TOMÉ, F A. M. F. Interesses profissionais de um grupo de estudantes de Psicologia e suas relações com inteligência e personalidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.9 n.2, p. 271-78, maio/ago. 2004.

CALDAS, M. A. E. **Estudos de revisão da Literatura**: fundamentação e estratégia metodológica. São Paulo: HUCITEC, 1986.

CAIRES, S. "Vivências e percepções do estágio pedagógico: Contributos para a compreensão da vertente fenomenológica do "Tornar-se professor". **Aná. Psicológica**. [online]. v.24, n.1, p.87-98, Jan.2006, Disponível em: <www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php> Acesso em: 19 de Jan. 2008.

CASTELHANO, L. M. O medo do desemprego e a (s) nova (s) organizações de trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v.17, n.1, p. 17-28. 2005.

CARVALHO, M. M. M. J. **Orientação profissional em grupo: Teoria e técnica**. Campinas: Editorial Psy,1995.

COSTA, L. A. F. **O olhar do jovem para o futuro profissional: descrença ou esperança?** (Um estudo de caso junto à Escola de Aplicação da FEUSP). Dissertação de Mestrado- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DESTRI, F. S. **Relações Entre Pais e Filhos Adolescentes e o Processo de Escolha Profissional**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

DINIZ, A. M. **Escala de determinantes da escolha de curso (EDEC)**. 2003

DOMENICO, E. B. L. de. Enfermagem: uma articulação entre escolha profissional, graduação e mercado de trabalho. **Mundo Saúde**, v.22, n.5, p. 287-90, set. – out. 1998.

DOMINGUES, S. “Cotas na universidade: sobre racismo enrustido e a exceção no lugar da regra”. **Revista Espaço acadêmico**, ano III, nº 26, jul/2003. Disponível em <www.espacoacademico.com.br> Acesso em 19 de jan. de 2008.

EHRlich, I. F; CASTRO, F. e SOARES, D. H. P. Orientação profissional: liberdade e determinantes da escolha profissional. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n.28, p. 61-79, out.2000.

FARAH, O. G. D. **Stress e coping no estudante de graduação em enfermagem: investigação e atuação**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, São Paulo, 2001.

FERRETTI, C. J. Considerações Críticas a respeito da orientação vocacional. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 10, p. 89-105, Set.1981.

_____. **Uma nova proposta de orientação profissional**. São Paulo: Cortez: autores associados, 1988.

FIAMENGUE, E. C; WHITAKER, D. C. A. Instrução superior e profissionalização feminina: as mães dos vestibulandos VUNESP e suas influências sobre as escolhas dos filhos (anos 80 x anos 90) **Rev. Bras. Orient. Prof**; v.4, n.1/2, p. 117-39, 2003.

FREITAS, M. de F. V. de. **Barreiras e condições facilitadoras do desenvolvimento de carreira percebidas por estudantes do ensino médio**. Campinas, SP:[s.n], 2002.

FREIRE, C. **Estratégias de negociação interpessoal do adolescente na escolha profissional**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; 1997.

GIL, A . C . **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GILSON, R. L. **Orientação para escolha profissional**. São Paulo: e.p.u., 1975.

GONÇALVES, A. **As asas do diploma**: A inserção profissional dos licenciados pela Universidade do Minho. Braga: Universidade do Minho, Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem- Apontamentos U.M, 2001.

GOMEZ, J. M. **Políticas e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas, 2000, p. 13-86.

GRANDIN, L. e MERCURI, E. Integração acadêmica e social no primeiro ano de graduação e destino acadêmico do universitário. **Projeto de iniciação científica**, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1997.

HARNIK, S. Má Escolha é a maior causa de evasão. **Folha de São Paulo**, 2005.

LAPO, F. R e BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p.65-88, mar. 2003.

LARA, L. D. de; ARAÚJO, M. C. S. de; LINDNER, V.; SANTOS, V. P. L. dos. O adolescente e a escolha profissional: compreendendo o processo de decisão. **Arq. ciências saúde UNIPAR**, v. 9, n.1, p.57-61, jan.-mar. 2005.

LEMOS, C. G. de. **Adolescência, identidade e escolha da profissão no mundo do trabalho atual**: um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LUZ FILHO, S. S. **O que pode ser determinante na escolha do curso de graduação**: um estudo exploratório em instituições federais de Ensino superior. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

KORBES, J. M. **Escolha profissional da mulher de meia-idade**. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

MAGALHÃES, M. de O. **Personalidades vocacionais e desenvolvimento na vida adulta**: generatividade e carreira profissional. Tese de doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. **Perspectiva experiencial da indecisão vocacional em adolescentes.** Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; 1995.

MAGALHÃES, M., et al **Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da psicologia. Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 2, p.10-27, 2001.

MALHEIRO, D. P. **Formação universitária de jovens e suas atitudes em face a realidade social.** Dissertação de Mestrado - Faculdade de Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1978.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). **Horizontes Antropológicos**, v.11, n. 23, 2005.

MARAN, M. L. C. J. **A escolha profissional de adolescentes através do BBT-Br e do questionário desiderativo.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

MARTINEZ, M. C., et al. Relação entre satisfação com aspectos psicossociais e saúde dos trabalhadores. **Rev. saúde pública**, v.38, n.1, p. 55-61, 2004.

MELEIRO, A. M. A. S. Suicídio entre médicos e estudantes de medicina. **Rev. Ass. Méd.** v.44, n.2, p. 35-40, 1998.

MERCURI, E. e POLYDORO, S. A. J. O compromisso com o curso no processo de permanência/evasão no ensino superior: algumas contribuições. In: MERCURI, E. E POLYDORO, S. A. J. (orgs). **Estudante universitário: características e experiências de formação.** Cabral, 2003, p. 219-36.

MILLAN, R., et al. O que está subjacente à escolha do estudante pela profissão médica? **CLINICS**, v. 60, n.2, p. 143-150, 2005.

MIRANDA, C. M. L; SAUTHIER, J. “*Evasão: um estudo preliminar*”. **Rev. Bras. Enfermagem**; v.42, n.1/4, p. 134-40, jan/dez. 1989.

MOURA, C. B.; MENEZES, M. V. Mudando de opinião: análise de um grupo de pessoas em condição de re-escolha profissional. **Rev. Bras. Orient. Prof.**, v.5, n.1, p. 29-45, 2004.

MUNANGA, K. "Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil - um ponto de vista em defesa de cotas". **Revista Espaço Acadêmico**, mar. 2003. Disponível em<<http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>> Acesso em 18 de jan. de 2008.

NARDI, M. **Os estudantes universitários e a aids**: o que aponta a produção nacional de 1980 a 2003. 110f. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NASCIMENTO, R. S. G. F. do. Adolescência, identidade e escolha profissional: relato de uma experiência e seu referencial teórico. **Psicol. Ver.**, v.13, n.1, p.31-39, maio 2004.

NEIVA, K. M. C., et al. “Um estudo sobre a maturidade para a escolha profissional de alunos do ensino médio”. **Rev. Bras. Orientação profissional**, v. 6, n.1, p. 1-14, 2006.

OLIVEIRA, M. A. M. T. de. **Dificuldades de decisão no processo de escolha profissional**. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

OLIVEIRA, J. **Finalização do Curso de Graduação**: que momento é esse? Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

PELLETIER, D. et al. **Desenvolvimento vocacional e crescimento pessoal: enfoque operatório**. Petrópolis: Vozes, 1979.

PENA, S. D. J.; BORTOLINI, M. C. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? **Estudos Avançados**, v.18, n. 50, 2004.

PEREIRA, A., et al. Características Psicométricas do inventário do stresse em estudantes universitários- estudo exploratório. **Avaliação Psicologia**, p. 326-29, 2004.

PIMENTA, S. G. **Orientação vocacional e decisão**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1981

PINHEIRO, M. R. M e FERREIRA, J. A. A. Suporte Social e adaptação ao ensino Superior. In: **Contextos e dinâmica da vida acadêmica** – Guimarães, Portugal, Universidade do Minho, 2002.

PINTO, J. M. de R. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 88, p.1-18, out. 2004.

POMPERMAYER, C. **O processo de luto do adolescente em relação às imagens parentais relacionado com a escolha de uma profissão**. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

PRIMI, R., HERNANDEZ MUNHOZ, A. M., BIGHETTI, C. A., et al. Desenvolvimento de um inventário de levantamento das dificuldades da decisão profissional. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.13, n.3, p.451-463, 2000.

PRIMI, R., et al. Características de personalidade e indecisão profissional. **Psico**, Porto Alegre, v.38, n. 1, p. 81-96, jan/jun. 2001

RAMOS, S G.; LIMA, E R. de. O secundarista e o processo de escolha da profissão. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 77, n.185, p. 191-219, jan/abr. 1996.

REGO, A., et al. Os motivos de sucesso, afiliação e poder: Perfis motivacionais de estudantes de graduação e pós-graduação e sua relação com níveis remuneratórios. **Psicologia reflexão e crítica**, v.18, n.2, p. 225-36, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSAS, P. “Construindo caminhos: “Uma abordagem histórica. Em I. D. Oliveira (Org.), **Construindo caminhos: Experiências e técnicas em orientação profissional**, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. p. 15-34.

ROSAS, P. **Vocação e profissão**. 3 ed. Petrópolis : Vozes, 1980.

ROSSI, R. A. **Vocação, tradição ou profissão**: um estudo sobre a escolha profissional e a evasão escolar na escola preparatória de cadetes do Exército. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SALGUEIRA, A. P.; ALMEIDA, L. S. Vivências acadêmicas e rendimento escolar em Estudantes do Ensino Superior Estudo Longitudinal na Universidade do Minho. In: **Contextos e dinâmica da vida acadêmica** – Guimarães, Portugal, Universidade do Minho, 2002. p. 195-204.

SANDERBERG, I. e PASTORE, K. Navegando num mar de profissões. **Veja**, p. 48-79, agos.1997.

SANTOS, L. e ALMEIDA, L. S. Vivências e rendimento acadêmico: a integração dos alunos na Universidade. In: **Contexto e dinâmica da vida acadêmica**, Instituto de educação e psicologia. Universidade do Minho, 2002, p.127-36.

SANT’ANNA, A. de S; MORAES, L. F. R.; KIMIMNIK, Z. M. Competências individuais, modernidade organizacional e satisfação no trabalho: um estudo de diagnóstico comparativo. **RAE eletrônica**, v.4, n.1, p. 1-23, jan/julh. 1995.

SANTOS, L. M. M. dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicol. estud.**, v.10, n.1, p.57-66, jan./abr. 2005.

SCHMIDT, D. R. C. e DANTAS, R. A. S. Qualidade de vida no trabalho de profissionais de enfermagem, atuantes em universidade do bloco cirúrgico, sob a ótica da satisfação. **Revista Latino-am Enfermagem**, v.14, n.1, p. 54-60, jan/fev. 2006.

SCHIESSL, C. S.; SARRIERA, J. C. O ingresso à universidade: dificuldade e expectativas dos jovens em relação a escolha do curso universitário. **Psico**, Porto Alegre, v.31 n.2, p. 123-46, julh/dez. 2000.

SILVA, A. L. P. e SOARES, D. H. P. A orientação profissional como rito preliminar de passagem: sua importância clínica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.6, n. 2, p. 115 –21, jul/dez. 2001.

SILVA, E. L. da; CUNHA, M. V. da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. **Ci. Inf.** Brasília, v.31, n.3, p. 77-82, set./dez. 2002.

SILVA, F. F. da. **A escola e a construção de projetos profissionais: escolarização, imagens do trabalho e dos gêneros.** Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo; 2003.

SILVA, L. B. de C. **Escolha da profissão:** uma abordagem psicossocial: estudo em alunos do último ano do segundo grau. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SILVA, L. D. da; ZORZO, C. M.; SERAFIM, M. L. Evasão: diagnóstico e prevenção. **Educ. Bras.**, Brasília, v.47, n.23, p.155-73, jul/dez, 2001.

SILVA, M. B. da. Reo-orientação: redefinição da escolha profissional. **Psicol. Argum.**,v.19, n.28, p. 13-16, abr. 2001.

SILVA, M. M. A da. **Trabalho Médico e o desgaste profissional: pensando um método de investigação.** Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

SILVA, R. B. F. da., et al. “Percepções atuais na orientação e re-orientação profissional.” **Barborói**, n. 20, p. 71-83, jan –jun. 2004.

SILVA, T. F. C. F. **Discentes recém-ingressados no curso de enfermagem da Universidade Federal do Pará, 1995: motivações e expectativas.** 203p. Dissertação de Mestrado - Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Enfermagem, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

SILVEIRA, F. R. da e MERCURI, E. Fatores que interferem na decisão de permanecer em um curso de segunda ou terceira opção. **Projeto de iniciação científica**, Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, 1998.

SOARES, A. P. **Transição para o ensino superior**, Braga – Universidade do Minho, Conselho acadêmico, 2000.

SOARES, B. P. e SCHULZE, L. C. Reorientação profissional: quando a escolha da profissão ou curso não produz a satisfação esperada. **Liop**, 2005. Disponível em < [www. Liop.ufsc.br](http://www.Liop.ufsc.br)> Acesso em: 02 de agos. 2006.

SOARES, D. H. P.; SESTREN, G.; EHLKE, S. B. A influência da percepção dos jovens sobre o mercado de trabalho na escolha profissional. **Contrapontos**, n. 5, p. 251-63, maio/ago, 2002.

SOARES, D. H. P. **A escolha profissional do jovem ao adulto.** São Paulo. Ed. Summus, 2002.

SOBRAL, D. T. Motivação do Aprendiz de Medicina: Uso da Escala de Motivação Acadêmica. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v.19, n.1, jun/abr, 2003.

SPARTA, M. **A exploração e a indecisão vocacionais em adolescentes no contexto educacional brasileiro.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SPÍNDOLA, T.; MOREIRA, A. O aluno e a enfermagem: por que esta opção profissional ? **Esc. Anna Nery Rev. Enferm**, v.3, n.3, p.25-36, dez. 1999.

STUMPF, M. C. T. **A escolha profissional na adolescência:** história de uma opção. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

TECNOLÓGICO, CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO /CNPq. **As áreas do conhecimento.** 2006. Disponível em <<http://memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>> Acesso em: 23 de set.2006.

TEIXEIRA, M. de P. **Mudança profissional: uma abordagem fenomenológica.** Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

TRAVERSO-YÉPEZ, M.; MORAIS, N. A. de. Idéias e concepções permeando a formação profissional entre estudantes das ciências da saúde da UFRN: um olhar da Psicologia Social. **Estud. psicol.**, Natal, v. 9, n.2, p.325-333, mai/ago. 2004.

ZIMERMAN, D. O paciente psicossomático. **Rev. bras. psicanál**, v.35, n.3, p.717-727, 2001.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, S. C. da C.; SIQUEIRA, G. da S.; CARVALHO, D. B. de. Psicologia e escolha profissional: a imagem da profissão no RN. **Psico**, Porto Alegre, v.28, n.2, p.17-33, jul./dez. 1997.

WITTER, G. P. Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, São Paulo, n. 1, p. 5-30, 1990.

ANEXO

Produção Seleccionada *

* Conforme-se anunciou no Método, os estudos obtidos para análise são aqui apresentados por um asterisco à esquerda de sua numeração correspondente.

TESES DE DOUTORADO:

*01 ANDRADE, T. D. de. **O jovem diante da síndrome da adolescência normal, opção profissional:** contribuição ao estudo da percepção pelos jovens dos processos psicodinâmicos presentes na adolescência e dos aspectos emocionais envolvidos na opção profissional. Tese de doutorado - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

*02 BRUNS, M. A. de T. **Não era bem isto o que eu esperava da universidade:** um estudo de escolhas profissionais. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

*03 TAKAHASHI, R. T. **Opção profissional do aluno de enfermagem:** um estudo na escola de enfermagem da USP. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1994.

*04 ARAÚJO, E. A. de. **Influências das habilidades e das atitudes em relação a matemática e a escolha profissional.** Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas., 1999.

*05 MELO-SILVA, L. L.. **Intervenção em orientação vocacional/profissional:** avaliando resultados e processos. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2000.

*06 LUZ FILHO, S. S.. **O que pode ser determinante na escolha do curso de graduação: um estudo exploratório em instituições federais de Ensino superior.** Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

*01 SILVA, L. B. de C. **Escolha da profissão:** uma abordagem psicossocial: estudo em alunos do último ano do segundo grau. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1990.

02 PASSARELLI, L. B. **Critica ao conceito de escolha profissional:** um estudo exploratório na carreira profissional de informática. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1990.

*03 STUMPF, M. C. T. **A escolha profissional na adolescência:** história de uma opção. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992

*04 KORBES, J. M. **Escolha profissional da mulher de meia-idade.** 177 p. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; 1992.

*05 ALVES, M. I. M. **O vestibular e a escolha profissional** . Dissertação de mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1993.

*06 LISBOA, M. D. Título: **Orientação vocacional/ocupacional:** projeto profissional e compromisso com o eixo social. Dissertação de mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

*07 FERREIRA, J. D. de S. **Motivos de escolha da profissão e características de personalidade, através do desenho da figura humana, em estudantes de psicologia e administração.** Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1995.

*08 BECKER, E. G. **A escolha da profissão:** uma leitura psico-pedagógica do conteúdo de discursos femininos. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

*09 MAGALHÃES, M. de O.. **Perspectiva experiencial da indecisão vocacional em adolescentes.** 114p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

*10 CIANFLONE, A. R. L. **Escolha da profissão médica:** um estudo das representações e atitudes junto a estudantes secundaristas e universitários. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1996.

*11 DESTRI, F. S. **Relações Entre Pais e Filhos Adolescentes e o Processo de Escolha Profissional.** Dissertação de Mestrado – Faculdade de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

*12 OLIVEIRA, A. C. C. de. **A escolha da profissão:** somos quem gostaríamos de ser? Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

*13 FREIRE, C. **Estratégias de negociação interpessoal do adolescente na escolha profissional.** 95p. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; 1997.

14 RIBEIRO, A. V. G. **Algumas contribuições para o uso dos métodos BBT e R-O em orientação profissional.** Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1998.

*15 GIMENEZ, P. D. **Orientação profissional numa abordagem clínica junquiana:** da técnica ao ritual. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1998.

*16 POMPERMAYER, C. **O processo de luto do adolescente em relação às imagens parentais relacionado com a escolha de uma profissão.** 94p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

*17 LEMOS, C. G. de. **Adolescência, identidade e escolha da profissão no mundo do trabalho atual:** um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2000.

*18 BASTOS, M. C. de J., **A opção pelo curso de psicologia:** motivações, expectativas e apoio familiar. 134p. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

*19 BOCK, S. D. **Orientação profissional:** avaliação de uma proposta de trabalho na abordagem sócio-histórica. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

*20 OLIVEIRA, M. A. M. T. de. **Dificuldades de decisão no processo de escolha profissional.** Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

*21 COSTA, L. A. F. **O olhar do jovem para o futuro profissional:** descrença ou esperança? (Um estudo de caso junto à Escola de Aplicação da FEUSP). Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2002.

*22 GABEL, C. L. M. **Mitos Familiares e Escolha Profissional:** um estudo junto aos estudantes do curso de Psicologia da Universidade Regional de Blumenau com Descendência Germânica. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

*23 MORETTO, C. F. **Ensino superior, escolha e racionalidade:** os processos de decisão dos universitários do município de São Paulo. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Economia,

Administração, contabilidade, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

*24 BARDAGI, M. P. **Os Estilos Parentais e sua relação com a indecisão profissional, ansiedade e depressão dos filhos adolescentes.** Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

*25 FILOMENO, K. **Mitos Familiares e Escolha Profissional: Uma Proposta de Psicoterapia Breve Focada na Escolha Profissional, à Luz da Teoria Sistêmica.** Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

*26 SPARTA, M. A **Exploração e a indecisão vocacionais em adolescentes no contexto educacional brasileiro.** Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

*27 SILVA, F. F. da. **A escola e a construção de projetos profissionais: escolarização, imagens do trabalho e dos gêneros.** 165p. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo; 2003.

*28 MARAN, M. L. C. J. **A escolha profissional de adolescentes através do BBT-Br e do questionário desiderativo.** 126p. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto; 2004.

*29 ABREU FILHO, A. G. de. **Um estudo sobre as motivações inconscientes presentes na escolha profissional do estudante de Psicologia.** 122p. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS

*01 OLIVEIRA, M. B. L. de. Programa de intervenção em orientação profissional com um grupo experimental. **Doxa**, Araraquara, v.1, n.2, p.89-108, maio/ago. 1995.

*02 SOARES, D. H. P. Os Desejos Familiares e a Escolha Profissional dos Filhos. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 14, p. 81-92, 1996.

*03 RAMOS, S. G. & Lima, E. R. O secundarista e o processo de escolha da profissão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 185, n.77, p.191-219, 1996.

*04 CRUZ, A. C. de S.; SILVA, E. M. de C. e. Motivos para a escolha da carreira odontológica. **Rev. odontol. Univ.**, São Paulo, v.10, n.4, p.315-22, out.-dez. 1996.

*05 CARVALHO, D. R. de; CARVALHO, A. C. P. de; SAMPAIO, H. Motivações e expectativas para o curso e para o exercício da odontologia. **Rev. Assoc. Paul. Cir. Dent**, v.51, n.4, p.345-9, jul.-ago. 1997.

*06 YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, S. C. da C.; SIQUEIRA, G. da S.; CARVALHO, D. B. de. Psicologia e escolha profissional: a imagem da profissão no RN. **Psico**, Porto Alegre, v.28, n.2, p.17-33, jul./dez. 1997

*07 SPÍNDOLA, T.; MOREIRA, A. O aluno e a enfermagem: por que esta opção profissional? **Esc. Anna Nery Rev. Enferm**; v.3, n.3, p.25-36, dez. 1999.

*08 PRIMI, R., HERNANDEZ MUNHOZ, A. M., BIGHETTI, C. A., et al. Desenvolvimento de um inventário de levantamento das dificuldades da decisão profissional. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.13, n.3, p.451-463, 2000.

- *09 SCHIESSE, C. S. & SARRIERA, J. C. O ingresso à universidade: Dificuldades e expectativas dos jovens em relação à escolha do curso universitário. **Psico**, v.31, n.2, p. 123-146, 2000.
- *10 BOSI, M. L. M.; ELIAS, T. F.. Um novo caminho: perfil e trajetórias de alunos de psicologia ingressos como portadores de diploma. **Estud. Psicol.**, Campinas, v.17, n.2. p.31-40, maio-ago. 2000.
- *11 FERREIRA, R. A; PERET FILHO, L. A; GOULART, E. M. A; VALADÃO, M. M. A.. O estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais: perfil e tendências. **Rev. Assoc. Med. Bras. (1992)**, v.46, n.3, p.224-31, jul.-set. 2000.
- *12 ROMERO, S. M; STREY, M. N e MARQUES, J. C. Relações de gênero na escolha da profissão de administrador/a: uma pesquisa preliminar com estudantes” **Psico**, Porto Alegre. v. 32, n. 1. p. 39-59, jan/jun. 2001.
- *13 MAGALHÃES, M.; STRALIOTTO, M.; KELLER, M. & GOMES, W. B. Eu quero ajudar as pessoas: a escolha vocacional da psicologia” **Psicologia: Ciência e Profissão**, n.2, p.10-27, 2001.
- *14 ALCHIERI, J. C.; CHARCZUK, S. B. “Escolha vocacional: aspectos da tomada de decisão em vestibulandos.” **Alethéia**; v.15, p.7-14, jan.-jun. 2002.
- *15 LEMOS, C. G. de; CUSTÓDIO, E. M.. O uso do Procedimento de Desenhos de Profissionais com Estórias (DP - E) no estudo de adolescentes em fase de escolha profissional. **Bol. Psicol**, v.52, p.116-63, jan.-jun. 2002.
- *16 NICODEMO, D.; NARESSI, W. G. O perfil do aluno de odontologia - do ingresso à sua graduação. **Rev. odonto ciênc**, v.17, n.36, p.135-139, abr.-jun. 2002.

*17 JUNQUEIRA, J. C.; COLOMBO, C. E. D; TAVARES, P. G.; ROCHA, R. F. da; CARVALHO, Y. R.; RODRIGUES, J. R. Quem é e o que pensa o graduando de Odontologia. **Rev. odontol. UNESP**, v.31, n.1/2, p.269-284, jul.-dez. 2002.

*18 SLAVUTZKY, S. M. B. de; ABBEG, C.; GROSS, R. F.; ROSA, M. A. C.. Mercado de trabalho: perfil do acadêmico de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Rev. Fac. Odontol.**, Porto Alegre, v.43, n.2, p.3-6, dez. 2002.

*19 CHEHUEN Neto, J. A.; SIRIMARCO, M. T.; MACHADO, A. C.; PAIVA, A. R. B. de; BARRAL, C. M.; LEITE, C. C. A.; COLEM, D. P.; KNEIPP, D.; FERREIRA, D. C.; RESENDE, F. H. M. de; CASTRO, G. S. de; NEVES, G. de M; MAUTONE, K. C. M.; OLIVEIRA, L. N. de. Perfil dos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. **HU rev**; v.29, n.1/2, p.417-422, jan.-ago. 2003.

*20 BUENO, J.M. H., LEMOS, C. G. de e TOMÉ, F. A. M. F. Interesses profissionais de um grupo de estudantes de psicologia e suas relações com inteligência e personalidade. **Psicol. estud.**, v.9, n.2, p.271-278, maio/ago. 2004.

*21 TRAVERSO-YÉPEZ, M.; MORAIS, N. A. de. Idéias e concepções permeando a formação profissional entre estudantes das ciências da saúde da UFRN: um olhar da Psicologia Social. **Estud. psicol.**, Natal, v.9, n.2, p.325-333, maio-ago. 2004.

*22 SANTOS, L. M. M. dos. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicol. estud.**, v.10, n.1, p.57-66, jan./abr. 2005.

*23 MILLAN, L. R., et al. O que está subjacente à escolha do estudante pela profissão médica? **CLINICS**, v. 60, n.2. p.143-150, 2005.

*24 LARA, L. D. de; et. al. O adolescente e a escolha profissional: compreendendo o processo de decisão. **Arq. ciências saúde UNIPAR**, v.9, n.1, p.57-61, jan.-mar. 2005